



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 43

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 28 de novembro de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 13 minutos.

Da **Agenda da Reunião** constava como único ponto a continuação do debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/X – “Plano Anual Regional para 2014”** e da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/X – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014”**.

Assim, usaram da palavra os/as Srs/as Deputados/as José Ávila (*PS*), António Parreira (*PS*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Renato Cordeiro (*PSD*), Luís Garcia (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*), António Pedroso (*PSD*), Luís Rendeiro (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), José Contente (*PS*), André Rodrigues (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Duarte Freitas (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Pedro Moura (*PS*), José Andrade (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*), o Sr. Subsecretário Regional da Presidência para as Relações

Externas (*Rodrigo Oliveira*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Proferiram intervenções finais os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Duarte Freitas (*PSD*), Berto Messias (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Seguiu-se a votação dos diplomas, tendo sido ambos aprovados por maioria, tanto na generalidade, como em votação final global.

No debate na generalidade usaram da palavra os/as Srs/as. Deputados/as Francisco César (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), José Ávila (*PS*), Benilde Oliveira (*PS*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Iasalde Nunes (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Ricardo Cabral (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), João Bruto da Costa (*PSD*), Duarte Freitas (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Miguel Costa (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), José Contente (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e o Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Proferiram declarações de voto os/a Srs/a. Deputados/a Duarte Freitas (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Por fim foi aprovada por unanimidade a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de novembro.

Os trabalhos terminaram às 3 horas e 41 minutos.

Presidente: Bom dia Srs. Deputados. Bom dia Srs. Membros do Governo.

Peço ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

Secretário: Muito bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam o/as seguintes Deputado/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão **Rodrigues**
André Jorge Dionísio **Bradford**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Arlinda Maria Focha **Nunes**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral**

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados vamos iniciar hoje o último dia de debate do Plano e Orçamento para 2014 com a intervenção do Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

Tem a palavra Sr. Secretário.

Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste debate parlamentar sobre o Plano Anual e Orçamento para 2014 cabe-me intervir sobre os programas 2, 3 e 12, relativos, respetivamente, aos setores da Agricultura, das Pescas e do Ambiente.

Perspetivando o cumprimento do Programa do Governo e das Orientações de Médio Prazo 2013-2016, reforçamos, na presente proposta de Plano, as estratégias fundamentais à capacitação das atividades produtivas na agricultura e nas pescas, fortalecendo o desempenho, a competitividade e o rendimento de todos os seus agentes económicos.

Ao setor agropecuário e florestal regional estão alocados 141,7 milhões de euros, que representam um reforço do investimento em relação ao ano que agora termina de 1,2 milhões de euros. Sinalizamos assim uma contínua aposta na principal base produtiva da Região.

Nas últimas duas décadas, a Região exibiu uma inequívoca reestruturação do setor agrícola, resultante de um processo de ajustamento que se situou em duas vertentes:

Em primeiro lugar, através da redução substancial do número de explorações;

Em segundo, pelo aumento relevante da sua dimensão média e dos seus efetivos, consubstanciados na intensificação da atividade agrícola.

Na base desta evolução, estão significativos investimentos, consumados na modernização das explorações. Na vigência do atual Quadro Comunitário de Apoio (QCA) foram aprovados mais de 1.000 projetos, representando um investimento superior a 80 milhões de euros.

O investimento realizado permitiu, por um lado, reduzir constrangimentos que então se colocavam à competitividade das explorações e, por outro, promover a modernização das empresas agrícolas e agroalimentares dos Açores, capacitando-as para modos de produção inovadores, melhorando a sua capacidade exportadora e, ao mesmo tempo, conseguindo manter, com estabilidade, a sua relevância social e económica.

Contribuíram assim, o Governo e os empresários do setor, para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, respeitando os valores paisagísticos e ambientais, aliás, já em sintonia com as principais orientações previstas para o próximo período de programação.

Registamos, com orgulho, a maior taxa nacional de jovens a trabalhar na agricultura. Este facto, indicia, por si só, uma excelente perspetiva de sustentabilidade para o setor agrícola no futuro que aí está.

No próximo período de programação pretende o Governo dos Açores estimular, ainda mais, a entrada de jovens na agricultura, promovendo um setor rejuvenescido, liderado por gente dinâmica, empreendedora, capaz de conjugar de modo rentável a imagem açoriana, a nossa qualidade e a segurança dos nossos produtos.

Permitam-me relevar o setor do leite pelo seu dinamismo. Num cenário de desmantelamento de quotas que se aproxima, é particularmente importante

manter a pressão junto da Comissão Europeia no sentido da salvaguarda desta produção nas Regiões Ultraperiféricas, onde os Açores são parte fundamental.

Tudo temos feito e continuaremos a fazer, por forma a estabelecer mecanismos adequados ao reforço da compensação dos produtores, seja através da revisão do POSEI, seja através do reforço dos pilares 1 e 2 do programa de desenvolvimento rural.

O setor agropecuário, nas atividades primárias, representa cerca de 9% do PIB da Região, um indicador relevante, quando comparado com os 2% a nível nacional.

Representa ainda um empregador marcante na Região, isto é, 13,8%, de acordo com os dados do SREA relativos ao segundo trimestre de 2013, bastante acima dos 10,5% do país e dos 5% verificados na União Europeia!

Ao nível da diversificação agrícola, importa continuar a aposta na revitalização das culturas tradicionais, bem como nas produções em que a Região é deficitária, reduzindo assim a nossa dependência do exterior e potenciando o mercado interno.

Por outro lado, continuaremos a apostar na diversificação da economia rural, através do desenvolvimento de atividades não agrícolas, criação de microempresas e incentivos às atividades turísticas no meio rural, também participadas no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

A Política Agrícola Comum, recentemente aprovada pelo Parlamento Europeu, garante à Região um envelope financeiro superior ao do Quadro que agora termina, facto que enalteço, atendendo ao enquadramento global europeu de recessão orçamental.

Temos, assim, boas razões para nos orgulharmos do caminho que já percorremos, mas temos também a consciência que mais e exigentes desafios iremos enfrentar.

Em 2014, concluiremos uma empreitada de reconhecido interesse estratégico para os Açores.

Refiro-me ao Laboratório Regional de Veterinária.

Trata-se de uma estrutura de natureza técnico-científica de elevada qualidade, que permitirá, não só satisfazer as necessidades da Região, mas também projetar o nome dos Açores para além das nossas fronteiras.

Já no primeiro trimestre do próximo ano ficará também concluído o Parque de Exposições de São Miguel, obra emblemática do Governo dos Açores, que certamente concorrerá para a promoção dos nossos produtos e, conseqüentemente, para o aumento da competitividade do setor agrícola regional.

Ao nível da sanidade animal, e em consequência do trabalho desenvolvido pela Autoridade Veterinária Regional, a Região atingiu um estatuto invejável à escala nacional e comunitária.

Seis das nossas ilhas detêm o estatuto de “Ilhas com efetivo bovino oficialmente indemne à brucelose”. Nas três restantes, S. Miguel, Terceira e S. Jorge, estamos prestes a atingir idêntica situação.

Mantemos o firme propósito de consolidar um estatuto sanitário de excelência e a observância das boas práticas produtivas. Estes são aspetos habilitantes da acreditação das nossas produções e da sua indiscutível e necessária diferenciação.

Nesta proposta de Plano prosseguimos ainda com outros investimentos públicos que são decisivos da competitividade e sustentabilidade das explorações agrícolas, designadamente na área das acessibilidades, da distribuição de água e do fornecimento de energia elétrica às explorações.

Em suma! O Governo dos Açores releva, nesta proposta de Plano para 2014, como principais objetivos para o setor agroflorestal o aumento do rendimento da produção regional, a sua modernização, a redução da dependência do exterior e o incremento das exportações das fileiras agroalimentar e agroflorestal.

Sra. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pesca é outro dos setores determinantes na economia açoriana, com particulares implicações na produção de riqueza, na inclusão social e na preservação dos valores culturais.

A modernização das infraestruturas e da atividade da pesca promovem o equilíbrio entre a gestão e a conservação dos recursos haliêuticos, o desenvolvimento sustentável do setor e a melhoria do rendimento de todos os seus agentes económicos.

A pesca representa um contributo significativo para as nossas exportações, é a atividade com maior impacto nos recursos marinhos e garante a coesão territorial de dezenas de pequenas comunidades, distribuídas pelas nove ilhas dos Açores.

As propostas para o setor das pescas constantes deste Plano espelham a aposta e a preocupação do Governo dos Açores na implementação de políticas de fortalecimento deste ramo produtivo da nossa economia marítima.

O incremento da procura de produtos naturais provenientes do mar, como é o caso do pescado, continuará a valorizar economicamente a pesca, que deverá diversificar a sua atividade, visando a captura de outras espécies ainda não exploradas, aproveitando assim, de forma sustentável, todo o potencial do Mar dos Açores.

Com esta proposta de Plano e Orçamento, daremos resposta às aspirações das comunidades piscatórias, consubstanciadas na melhoria das suas condições socioeconómicas, e incrementando políticas que visam a diversificação da atividade e das pescarias.

Fomentaremos novas formas de comercialização do pescado de menor valor comercial, contribuindo assim para a melhoria do abastecimento interno e, em consequência, substituindo as importações de produtos de menor qualidade no circuito da comercialização em congelado.

É nosso objetivo promover o uso de artes mais seletivas e menos nefastas para o ambiente marinho e encetar a mudança de paradigma no setor, envolvendo os produtores na área da comercialização, fomentando, desta forma, pescarias mais rentáveis.

O desafio será pescar com mais qualidade e em menor quantidade, concorrendo assim para o incremento do preço do pescado e vincando a diferença, essencialmente pela frescura e pelo reconhecimento das boas características do produto capturado.

A promoção da competitividade e sustentabilidade das empresas do setor, a aposta na inovação e na qualidade dos produtos, a implementação da aquicultura, recorrendo a regimes de produção e exploração ecologicamente sustentáveis, a correta adaptação do esforço de pesca aos recursos pesqueiros disponíveis e o incremento do valor do pescado são os nossos grandes desígnios para os próximos anos.

No âmbito do investimento de iniciativa pública, destacam-se, pelo seu volume financeiro, a conclusão das empreitadas dos portos de pesca de Rabo de Peixe e da Povoação.

Permitam-me relevar a construção do Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada, obra esta que está em fase de adjudicação e que, com financiamento no âmbito do PROPESCAS, arrancará já no início do próximo ano, representando um investimento público da ordem dos 3,3 ME em 2014.

Com mais este investimento estratégico para os Açores, ficará a Região dotada de maior capacidade de conservação e de congelação dos produtos da pesca, conforme definimos na nossa estratégia de incremento do preço e da melhoria da qualidade em que estamos fortemente empenhados.

Esta proposta de Plano dota ainda importantes meios financeiros à investigação científica dos nossos recursos pesqueiros e do Mar do Açores, através da celebração de protocolos de cooperação com o Centro IMAR da Universidade dos Açores.

Refiro-me ao programa nacional de recolha de dados da pesca, ao programa de observação das pescas dos Açores POPA, ao GEPETO e ainda a projetos no âmbito da avaliação dos mananciais das espécies demersais, de profundidade.

Neste âmbito, quero também realçar o desenvolvimento do estudo de identificação das áreas potenciais de implementação de estabelecimentos aquícolas, também em estreita cooperação com a Universidade dos Açores, que

certamente irá contribuir, de forma decidida, para o desenvolvimento desta atividade nos Açores.

Para as pescas, a proposta consagra a dotação de 27,3 milhões de euros.

Além de toda a estratégia referida, importa ainda relevar as preocupações do Governo dos Açores no reforço da capacidade de intervenção das associações da pesca, parceiros fundamentais numa região dispersa como a nossa.

Sra. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos domínios do Ambiente e da Gestão do Território, prosseguiremos a estratégia de investimento na promoção da qualidade ambiental, no uso sustentado dos recursos e na preservação e valorização das paisagens, dos espaços naturais e da diversidade biológica do arquipélago dos Açores.

Os resultados desta política de preservação e valorização do nosso património natural estão à vista e atestam o seu acerto, como o evidenciam as recentes distinções nacionais no âmbito do Prémio Nacional de Paisagem e do Green Project Awards.

Na conservação da natureza, daremos continuidade à monitorização e gestão da biodiversidade e concluiremos, até 2015, a rede de Centros de Interpretação Ambiental que hoje se assume também como elemento dinamizador da atividade económica e de promoção e animação turística das nossas ilhas.

Já no próximo ano, abriremos à visita os centros de interpretação da Pedreira do Campo, em Santa Maria, e da Serra de Santa Bárbara, na Terceira.

Concluiremos as obras do Centro de Interpretação da Cultura do Ananás, em São Miguel, e daremos início aos procedimentos conducentes à execução das empreitadas da Casa dos Fósseis, em Santa Maria, e da Casa dos Vulcões, no Pico.

Em 2014, duplicaremos a capacidade operativa dos serviços da Direção Regional do Ambiente, ao mesmo tempo que o Plano de Investimentos concretiza um aumento significativo das dotações destinadas à requalificação e

proteção de recursos hídricos, incluindo a monitorização das massas de água e a prevenção e análise de riscos.

Neste particular, serão concluídas as empreitadas na Ribeira do Testo e na Grotta do Tapete, em Porto Judeu, na Ribeira do Cabo da Vila, na Lagoa, e na Ribeira do Vilão, no concelho da Ribeira Grande.

Serão ainda lançados diversos procedimentos por toda a Região, com destaque para as intervenções na Fajãzinha, nas Flores, na Ribeira Quente e Pilar da Bretanha, em São Miguel, e na Prainha do Norte, no Pico.

Merece ainda destaque o alargamento da Rede Hidrometeorológica à totalidade do grupo Central e ao Grupo Ocidental, com a instalação de 40 novas estações automáticas.

Dentro em breve, aprovaremos o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), consagrando importantes objetivos estratégicos.

Com a finalização das obras dos Centros de Processamento de Resíduos do Faial e de Santa Maria concluiremos, em 2014, a rede de Centros de Processamento em toda a Região.

2014 marca também o lançamento das empreitadas de selagem e requalificação das lixeiras e aterros, a começar pelas ilhas das Flores, Corvo e Graciosa.

Por outro lado, será implementado um programa de apoio técnico e financeiro à remoção de produtos contendo amianto em edifícios particulares, com prioridade para as situações de remoção obrigatória previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/A, de 28 de julho.

Estamos certos que o fortalecimento das políticas públicas de ambiente constituiu um fator essencial para a indução de importantes mudanças estruturais e que o Plano de Investimentos para 2014 representa um contributo efetivo para uma adequada relação do Homem com a Natureza.

Para terminar permitam-me ainda referir o Mar....

O mar corre-nos nas veias: é o passado, o presente, mas também é o nosso futuro.

Assim, é uma prioridade para o Governo dos Açores consolidar as atividades marítimas e marinhas que hoje são centrais na nossa vida e incentivar os grandes vetores que potenciarão de facto o desenvolvimento socioeconómico futuro assente na chamada *economia azul*.

A nossa estratégia para o mar assenta em princípios que nos permitirão continuar a ser uma região única no contexto nacional e europeu, pela forma sustentável com que nos relacionamos com o mar e com os seus recursos.

O Governo dos Açores continuará a assegurar a sua participação ativa em organizações e iniciativas europeias de conservação do meio marinho, como a OSPAR e Rede Natura 2000, em fóruns estratégicos na definição das políticas para o mar e em iniciativas no âmbito da Conferência das Regiões Periféricas da Europa, onde o mar assume relevância estratégica.

Em termos políticos, a Região mantém o compromisso de incentivar a exploração económica sustentável dos recursos marinhos e a conservação ambiental.

Neste período, iremos continuar a trabalhar medidas e planos de gestão que permitam aprofundar as funções da nossa abrangente e coerente rede regional de áreas marinhas protegidas costeiras e do inovador Parque Marinho dos Açores.

A implementação de modelos eficazes de gestão de áreas marinhas é uma prioridade para compatibilizar atividades socioeconómicas e utilizadores do mar com os valores ambientais.

O Plano para 2014 contempla ainda a continuação do projeto GEMAS, de prospeção de inertes costeiros, em ilhas onde esses estudos ainda não foram realizados, para avaliar os melhores locais para a extração de areia.

Na área da integração e criação de emprego, permitam-me destacar o arranque do projeto que levará à Escola do Mar dos Açores, uma iniciativa âncora para o desenvolvimento das profissões do mar.

Pretende-se que este centro de formação seja de excelência e contribua para suprimir a demanda de marítimos certificados no mercado regional, mas que

também funcione como um polo de atração de públicos externos com interesse nas profissões do mar tradicionais e emergentes.

Para além das pescas e da navegação comercial e portuária, a formação de operadores marítimo-turísticos é percebida como uma área com grande capacidade de atração.

Numa perspetiva de continuar a garantir a qualidade da oferta balnear em todas as ilhas da região, este plano prevê a continuação da monitorização da qualidade da água das zonas balneares açorianas identificadas.

As ações de defesa da orla costeira, tanto na vertente da consolidação de arribas e taludes, sujeitas à erosão marinha acentuada, como na proteção de pessoas e bens em risco, são assumidas como prioritárias.

Atenção especial será dada igualmente ao ordenamento e gestão de domínio público marítimo que, como sabem, está na ordem do dia e foi recentemente debatida aqui neste Parlamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já nem pescadores temos!

O Orador: A manutenção da sustentabilidade das nossas atividades e o aprofundamento do potencial que o mar nos oferece só podem ser conseguidos com políticas articuladas e transversais, que permitam a conservação dos recursos e o desenvolvimento socioeconómico sustentável, alicerçadas num conhecimento científico sólido, com mecanismos eficientes de monitorização e de participação pública.

Este é um desígnio do Governo, porque, parafraseando Sophia de Mello Breyner:

“Há um intenso orgulho
Na palavra Açor
E em redor das ilhas
O mar é maior”.”

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

A Mesa já tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É conhecido que a pesca tem um peso importante na economia na Região Autónoma dos Açores pelo impacto positivo que regista no Produto Interno Bruto. É um sector exportador por excelência, é um empregador importante e encerra ainda um potencial de crescimento com o aproveitamento de todas as suas vertentes.

Há quem não acredite neste sector. Há quem emita “raios e coriscos” quando algo não corre como o previsto. Há quem brada aos céus quando as capturas diminuem. Dos mesmos nunca ouvi uma manifestação de satisfação quando aumentam as capturas, quando se inaugurou mais um porto, se colocou mais uma grua, se construiu mais uma casa de aprestos ou uma instalação de frio.

Resta-nos a satisfação de saber que os pescadores sabem que os Governos do Partido Socialista deram condições de segurança aos profissionais do mar, deram-lhes condições dignas para desempenharem uma atividade de qual depende cerca de 5% da população ativa dos Açores.

Platão dizia que existiam três tipos de Homens: os vivos, os mortos e os que andam no mar. Esta citação enaltecia, sem dúvida, estes profissionais pela vida rude que o mar lhes dava.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Na atualidade, nos Açores, essas dificuldades estão muito atenuadas fruto do grande investimento feito em todas as ilhas, nos portos, nos entrepostos de frio, nas casas de aprestos, nos equipamentos de apoio, na renovação da frota, na formação, apoio ao associativismo, etc..

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aleluia!

O Orador: Esta realidade advém do enorme investimento público desencadeado nessas ações ao longo dos últimos 17 anos.

Os resultados revelaram-se com: mais segurança, mais rendimento, novas técnicas aplicadas nas pescarias, melhores condições de habitabilidade nas

embarcações, organizações de pescadores mais dinâmicas, mais reivindicativas e mais participativas, etc..

Hoje o desafio neste sector passa pela mudança de paradigma. A qualidade em detrimento da quantidade.

O futuro nesta fileira passa pela valorização do produto da pesca, pela captura de novas espécies com aproveitamento ainda reduzido e pela transformação de subprodutos de modo a trazer mais-valias aos seus profissionais nos diversos níveis.

Será necessário também introduzir a discussão, com os diversos parceiros, de medidas cautelares relativamente à exploração dos recursos, como sejam a fiscalização até às 3 milhas ao redor das ilhas, a gestão do espaço das 3 às 6 milhas, já reivindicada por algumas associações do sector, e a constituição de zonas, parcial ou integralmente, protegidas.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: A questão da pesca entre as 3 e as 6 milhas é muito importante para algumas comunidades piscatórias, sobretudo das ilhas mais pequenas.

Os Projetos Inspeção e Gestão (0,9 milhões de euros), Infraestruturas Portuárias (13,8 milhões de euros), Frota e Recursos Humanos (3,7 milhões de euros), Produtos da Pesca (2,5 milhões de euros) e Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas (5,9 milhões de euros), representam, no seu conjunto, um investimento de cerca de 27 milhões de euros (21,5 do Plano e 5,5 proveniente de Outros Fundos) destinados ao Programa 3, Pescas e Aquicultura.

Completar a rede de portos de pesca, valorizar o pescado para obter mais rendimento, transformar o pescado com menos valor comercial para criar mais-valias, reforçar as medidas de proteção aos pescadores através do Fundopesca, introduzir novas pescarias e avançar com a aquicultura para preservar alguns *stocks*, são respostas que, penso, estão explicita ou implicitamente consagradas neste Plano.

Posto isto, pergunto ao Senhor Secretário Regional dos Recursos Naturais:

- Porque que razão há uma diminuição do total do valor investido no sector das pescas, relativamente ao ano anterior?

- O que prevê o Governo fazer no que se refere à pesca das 3 às 6 milhas por embarcações provenientes de outras ilhas?

Deputado Luís Garcia (PSD): Podia fazer fiscalização!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por exemplo!

O Orador: Que medidas estão previstas para melhorar a rede de frio na Região?

- Relativamente à transformação do pescado que iniciativas estão previstas em 2014?

- Que medidas serão tomadas relativamente à aquicultura?

- O que pensa a Lotaçor ou o Governo fazer para colocar o pescado o mais rapidamente possível no mercado exterior?

Obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já tinhas dado essas perguntas ao Secretário, não precisava ele agora está a escrever à pressa, tinha sido mais fácil!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No Plano Regional para 2014 para o sector Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural está inscrito uma verba no montante de 141.7 milhões de euros.

Atendendo ao momento atual é de realçar o reforço do investimento num setor tão importante e fundamental da economia regional.

Apesar do forte investimento que tem vindo a ser realizado na última década e meia, ainda assim é sempre preciso mais. Temos que acompanhar os tempos, temos que ser mais eficiente e mais competitivos, aliás as medidas plasmadas no Plano apontam neste sentido.

Uma das medidas importantes e fundamentais que tem estado em cima em mesa é os seguros agrícolas. Com as condições climáticas que temos nas nossas ilhas, sem duvida que é uma ferramenta importante para os agricultores.

Assim, Sr. Secretário Regional e não sendo esta uma matéria fácil de seleccionar, pergunto qual a estratégia definida e o que pensa o Governo fazer relativamente à implementação dos seguros agrícolas, como já disse, ferramenta tão importante para a nossa agricultura.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Finalmente vamos ter seguros agrícolas?

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No Plano Regional Anual para 2014 não vemos qualquer verba inscrita na Ação “Recursos Hídricos”, afeta à Ilha de S. Jorge.

Isto levanta-nos uma certa inquietação uma vez que S. Jorge no início deste ano foi palco de cheias que causaram avultados prejuízos em acessos e em bens materiais, muitos deles em habitações particulares.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: A Direção Regional do Ambiente fez um relatório sobre as ribeiras durante este ano, fazendo a sua classificação de acordo com o tipo de intervenções que seriam necessárias. Algumas delas foram consideradas de muito urgentes e em S. Jorge os locais com esta classificação são: a Ribeira Seca, a Ribeira da Água e a Ribeira da Canada das Faias em Rosais.

A minha pergunta é: qual o entendimento que o Governo Regional tem, uma vez que fez o levantamento e tem todas as informações necessárias para intervir cirurgicamente nos locais mais importantes, conforme referido no vosso relatório, mas não aloca verbas no Plano Anual Regional?

Outra questão: quais são as intervenções de proteção da orla costeira de S. Jorge que o Governo pretende executar e qual o montante que se pretende investir nestas intervenções?

O Sr. Secretário referiu em declarações à comunicação social que o Governo dos Açores prevê ao nível das infraestruturas de apoio aos produtores agrícolas um investimento global de cerca de 2,8 milhões de euros na Ilha de S. Jorge. Para quando se prevê esse investimento ao longo de 2014 e para que fins?

Finalmente, salientou que a Secretaria Regional dos Recursos Naturais, através do IROA, vai proceder à pavimentação e melhoria da rede de drenagem de cinco caminhos agrícolas, numa extensão global de 12,6 quilómetros, além da eletrificação de dez explorações agrícolas em S. Jorge.

A minha pergunta é: quais são os caminhos e as explorações agrícolas que serão contemplados em 2014?

Obrigada.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por cumprimentar o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais pelas alusões poéticas que fez ao mar, e sem nenhuma ironia Sr. Secretário, julgo que ao discurso político também faz falta esse tipo de referências.

É sobre a zona do mar em que o mar se funde com a terra, ou abraça a terra, a orla costeira, que queria colocar-lhe duas questões.

Uma delas tem a ver com a Baía da Maia em Santa Maria e com a proteção da orla costeira. Como sabemos houve recentemente (há dois ou três anos) algumas derrocadas que limitam a circulação e põem em perigo aquela zona e gostaria de saber para quando a resolução daquele problema na Baía da Maia, e não é necessário fazer aqui nenhuma referência à importância da beleza daquela baía.

Outra questão tem a ver com a orla costeira de Santa Clara em S. Miguel, designadamente em que ponto é que está a deslocalização dos reservatórios de combustível da Bencom? Sabemos que havia uma data que entretanto foi

ampliada para 2014, mas gostaríamos de saber quando se vai concretizar e que plano para a requalificação daquela zona da orla costeira de Ponta Delgada, designadamente de Santa Clara, que como sabemos já foi uma praia e tem lá uma ponta que é Ponta Delgada, uma pedra de biscoito, que deu origem ao nome da cidade de Ponta Delgada?

Portanto, gostaria que o Sr. Secretário se referisse a estas duas questões.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Informo que já terminou o seu tempo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não pode ser Sra. Presidente.

Presidente: Já terminou Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas questões apenas Sr. Secretário.

Em primeiro lugar a questão que o Sr. Secretário referenciou no seu discurso, que é a questão da diversificação da produção agrícola.

É uma prioridade dos nossos sucessivos orçamentos e planos, mas eu considero que tem vindo a ser uma prioridade que não temos vindo a concretizar na prática.

A questão que lhe deixo Sr. Secretário é a seguinte: eu verifico que temos novamente um programa nessa matéria, mas para descrever este Plano com mais algum pormenor, o que é que se vai fazer do ponto de vista concreto? Que resultados se esperam alcançar e também um breve resumo de qual foi a evolução registada nos últimos anos em relação a esta matéria. A ideia que eu tenho é que os resultados são residuais (ideia não, os resultados apontam nesse sentido).

A segunda questão tem a ver com as pescas (e se tiver tempo ainda volto a colocar-lhe algumas questões), duas questões fundamentais em relação à pesca de profundidade.

É também uma das áreas que tem vindo a ser identificadas como uma área fundamental para o futuro nos Açores.

O que eu lhe pergunto é a ação que está prevista em que é que se irá concretizar na prática, em relação à promoção da pesca de profundidade e se não considera que os valores que estão envolvidos são, apesar de tudo, insuficientes para a ambição que podemos ter nesta matéria?

Segunda questão, que é uma questão que tem vindo a ser referenciada por alguns pescadores que trabalham nas frotas que exercem a sua atividade entre o Canadá e o território da Região. A questão é se existe da parte do Governo algum plano no sentido de poder captar, do ponto de vista logístico, estas frotas para o futuro abastecimento nos Açores e o desenvolvimento de outro tipo de atividades de suporte logístico, na medida em que muitas das vezes estes navios até se encontram mais próximos dos Açores do que do Canadá?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda a semana passada ouvi da voz do Sr. Presidente do Governo, agora Confrade do Leite, que até Setembro foram aprovados 168 pedidos de apoio às instalações dos jovens agricultores.

A pergunta que eu faço aqui é quando é que se efetua o pagamento destas candidaturas que foram aprovadas e a situação das outras?

Deputados Cláudio Almeida e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Uma vez que foi notificado que em relação ao novo rateio, do prémio aos produtos lácteos, sendo a restante tranche deste apoio ser paga no final do ano, irá o Governo ou não, repor os 12.3% do prémio que não foi atribuído na totalidade?

Muito obrigado.

Deputados Cláudio Almeida e Luís Redeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O setor das pescas vive uma crise profunda e um aspeto que seguramente agrava essa crise nos últimos tempos é um aumento brutal no número de pessoas que têm procurado no setor das pescas uma solução para a sua situação profissional, facto a que não é alheio o número verdadeiramente assustador de 21 545 açorianos que estão desempregados.

Em apenas dois anos, de 2010 a 2012, registou-se um aumento de 1556 profissionais, ou seja, um aumento de 111% nos pescadores matriculados no arquipélago e esse regresso à pesca, Sr. Secretário, não está a fazer-se com pessoas qualificadas, pois mais do que 50% dos efetivos da pesca nos Açores têm apenas o 1.º Ciclo do ensino básico ou a antiga quarta classe.

Daqui acho que todos reconhecemos que sai reforçada a necessidade óbvia de uma aposta clara na qualificação dos recursos humanos ligados a este setor.

A pergunta que lhe coloco Sr. Secretário é que prioridade dá o Governo à formação no setor das pescas?

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Renato Cordeiro pede a palavra para?

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Para uma interpelação à Mesa, para tentar explicar as minhas questões ao Sr. Secretário.

Presidente: O Sr. Secretário não tinha percebido a questão?

Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros): Só não percebi os números! Uma percentagem qualquer que referiu!

Presidente: Então pode repetir os números se faz favor Sr. Deputado.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Julgo que seja a segunda questão.

Foi notícia que o Secretário iria repor, na segunda tranche ao pagamento do prémio aos produtos lácteos, os 12.3% que agora foram retirados. Queria saber se será pago na totalidade ou não.

Presidente: Penso que agora sim ficou esclarecido.

Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção necessariamente curta relativamente ao setor agrícola.

Em primeiro lugar para referir que esta bancada congratula-se com o volume de investimentos que irão dar continuidade no setor agropecuário regional, mantendo-se esta que é e tem sido de facto ao longo dos anos uma prioridade para o Governo Regional da responsabilidade do PS.

Quero começar aqui por discordar completamente daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão relativamente à diversificação da produção agrícola e basta rever e ver a evolução que esta área tem tido nos Açores, nomeadamente para não irmos mais atrás nos últimos sete anos que correspondem ao atual Quadro Comunitário de Apoio que termina no final do presente ano, quer em termos das áreas apoiadas, o que é um indicador significativo, tendo aumentado cerca de 40% em termos de área, mas também nas produções regionais que têm vindo a aparecer cada vez mais nas nossas superfícies comerciais. Basta ver, e quem conhece o setor, por exemplo na Ilha de S. Miguel, todos os investimentos que têm sido feitos nesta área com nova tecnologia e que têm permitido de facto chegar à mesa dos açorianos com produtos de grande qualidade.

Obviamente que este é um sector ainda que tem margem de crescimento e terá e é também uma prioridade para o PS e para o Governo Regional no sentido de cada vez mais substituímos as importações de produtos nesta área.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se ano para ano aumenta a margem!

O Orador: O segundo aspecto que queria referir aqui hoje tem a ver com o seguinte.

Estamos de facto no final de um ciclo de programação do atual Quadro Comunitário, inicia-se em 2014 um novo ciclo (2014-2020) e de facto os apoios comunitários no âmbito do desenvolvimento rural, mas também dos apoios às

produções locais, são um aspeto fundamental e essencial para o desenvolvimento do setor na Região, como tem vindo a ser demonstrado.

Sobre este aspeto e obviamente pegando no tema que o Sr. Deputado Renato Cordeiro também aqui trouxe, temos que referir o seguinte: relativamente às medidas de apoio às produções locais, no âmbito do POSEI, o envelope financeiro previsto anualmente, superior a 70 milhões de euros, tem sido executado praticamente na íntegra. Temos execuções financeiras praticamente de 100% em quase todas as medidas.

Como nós sabemos também as regras comunitárias preveem a transferência entre medidas, havendo disponibilidade financeira, no máximo de 20%.

Relativamente a rateios que têm vindo a acontecer isto deve-se também à boa política do Governo Regional, à execução financeira e ao crescimento que os próprios apoios comunitários promoveram nas produções locais, na produção de leite, mas nomeadamente na produção de carne e também nas áreas da diversificação.

Isto não é inédito na RAA quando assim acontece. Ainda recentemente vi notícias que o mesmo aconteceu, por exemplo, em França.

Relativamente a esta área e porque estamos numa fase importante, deixar aqui uma questão ao Sr. Secretário Regional que tem a ver com aquilo que tem sido referido e tem a ver com a manutenção das verbas para o envelope para o POSEI para os Açores, o que me parece que no quadro de redução global de investimento que aconteceu no País, a transferência livre da negociação da PAC é extremamente positiva e consideramos que é uma vitória também para os Açores, mas gostava de ter essa confirmação por parte do Sr. Secretário Regional.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo S. Jorge uma ilha com imensos recursos hídricos não se justifica, nos dias de hoje, que o abastecimento de água à lavoura seja insuficiente, criando situações constrangedoras aos agricultores.

Tantas verbas para parques de exposições e tão pouco para um bem essencial como é a água.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Sem água para os animais eu pergunto: os parques de exposições vão servir para quê? Vão servir vacas escanzeladas?

(Risos do Deputado Luís Garcia)

Deputado Luís Garcia (PSD): Nós não queremos vacas escanzeladas!

O Orador: Não fica bem na passerelle.

O que pretende o Governo em 2014 para resolver definitivamente este grave problema?

Para quando a definição dos perímetros agrícolas, já que há imensos caminhos agrícolas que estão abandonados e que estão quase intransitáveis?

Para quando se prevê a construção da sala de desmancha do matadouro de S. Jorge já que este ano foi considerado irrelevante?

No setor das pescas perguntaria para quando a melhoria da rede de frio na ilha de S. Jorge?

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não sei se o Sr. Secretário Regional quer esclarecer agora as questões.

Tem a palavra Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tenho de facto aqui um conjunto significativo de questões, vou tentar responder a todas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E só não tem mais porque não há mais tempo, senão ia ter mais!

O Orador: Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado José Ávila, relativamente ao setor das pescas, colocou aqui algumas questões bastante pertinentes que tenho todo o gosto em responder.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Algumas? Foi um rol!

O Orador: Relativamente à diminuição do montante do plano de investimentos comparativamente ao ano que agora termina, há de facto uma ligeira redução e esta redução deve-se ao termo que está para breve, das grandes obras públicas que estão incluídas no Plano de 2013, como são o porto de pescas de Rabo de Peixe e o porto de pescas da Povoação, que naturalmente têm ainda alguma dotação, menor do que aquela que foi em 2013 e que advém da fase final destas obras e daí a explicação para esta ligeira redução.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ligeira não! 18% não é ligeira!

O Orador: Relativamente à questão da pesca entre as três e as seis milhas, como sabe, isso está regulado numa portaria regional que foi publicada há pouco tempo e que mereceu concordância de todas as associações de pesca da nossa Região.

Há de facto concessão de algumas licenças de pesca por barcos de outras ilhas para operarem nessas zonas, com exceção das ilhas de S. Miguel e Terceira, dada a exiguidade dos stocks. Estas licenças e essa política é degressiva até 2017.

Portanto, é o que a lei contempla, os pescadores e algumas embarcações estão licenciados para essa pesca nessas zonas.

Deputado Luís Garcia (PSD): É saber se se justificava ou não justificava. Essa é a questão!

O Orador: A fiscalização naturalmente exerce a sua autoridade quando isso é necessário. Aquilo que está estipulado em letra de portaria é aquilo que nós

estamos a cumprir e iremos cumprir até 2017 com a redução progressiva destas licenças.

A rede de frio que também relevou vai ser naturalmente enriquecida no próximo ano com a construção do entreposto frigorífico de Ponta Delgada que tive oportunidade de anunciar e que já foi anúncio público há algum tempo atrás e ainda com a instalação de quatro novos equipamentos de produção de gelo nos portos da Horta, da Madalena do Pico, de S. Mateus e da Praia da Vitória.

Portanto, ficamos assim com estruturas melhores, mais modernas para aumentar a preservação da pesca e garantir a sua qualidade.

Do ponto de vista da aquicultura está neste momento a decorrer, em colaboração com a Universidade dos Açores, com o seu Departamento de Biologia, uma avaliação das zonas onde esses investimentos serão possíveis em todas as costas da nossa Região.

Portanto, este é um estudo que fazemos em parceria com a Universidade, conforme também tive oportunidade de referir na minha intervenção e que nos ajudará a tomar as decisões e a eleger as zonas mais propícias para este tipo de produção.

Deputado Luís Garcia (PSD): Aos anos que se andam a fazer estudos e ainda não se sabem as soluções!

O Orador: Relativamente às questões do mercado e do escoamento dos produtos nós temos trabalhado em estreita cooperação tanto com a Direção Regional dos Transportes da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, como com as associações de comerciantes do pescado, no sentido de encontrar formas do ponto de vista dos transportes que permitam um maior e melhor escoamento dos produtos da pesca permitindo que eles possam chegar aos mercados de destino em boas condições de venda e com rapidez.

Temos também na área da valorização e promoção do pescado alguns trabalhos a serem feitos em parceria com a Lotação e com a Direção Regional da Pesca, no sentido de se valorizar, de se encontrar formas de valorização do pescado, com etiquetagem, com certificação da sua qualidade que permitam de facto conceder-lhes maior valia nos mercados de destino.

Relativamente aos seguros agrícolas que foi uma questão colocada pelo Sr. Deputado António Toste, para além desta matéria fazer parte da Agenda do Emprego e Competitividade que o Governo publicou no final do ano de 2012, é de facto uma preocupação constante nossa e vai ser considerada no próximo período de programação com financiamentos comunitários, ou seja, faz parte das negociações e faz parte da decisão do Programa de Desenvolvimento Rural para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, que se inicia no próximo ano, conforme se sabe, uma medida que concede aos agricultores ajudas específicas para fazerem face aos prémios de seguros que hão-de contratar com as seguradoras.

Estamos também em negociações com o Instituto de Seguros de Portugal no sentido de definir as regras e a forma como tudo se irá articular já no próximo ano.

Relativamente a S. Jorge e às questões que a Deputada Ana Espínola colocou, gostaria de dizer que em termos de obras da orla costeira, aquela que é mais relevante é a obra de proteção da zona de Santa Catarina na Ilha de S. Jorge e tem um montante alocado total de 109 758 euros.

Para além disso estamos também a prever a conclusão da obra da estrada da Fajã dos Cumes que muito em breve se concluirá e que também faz parte do nosso Plano.

Os investimentos que refere e que eu publicamente também anunciei para a Ilha de S. Jorge são aqueles que são destinados à modernização em função dos projetos que temos e daquilo que se prevê para a Ilha de S. Jorge, são os montantes necessários aos investimentos que os agricultores vão fazer nas suas explorações ou têm em curso, bem como aquilo que em termos de desagregação também está no plano e representa investimentos na área dos caminhos e do abastecimento de água.

Posso relevar os caminhos de Pau Pique e de Santo Antão no Topo, como as prioridades do Governo em termos de elaboração de projetos e construção desses caminhos já no próximo ano.

Para além disso como sabe, não só na Ilha de S. Jorge, mas em todas as ilhas da nossa Região, a Direção Regional dos Recursos Florestais tem uma intervenção constante e cuidada para que se possa manter a nossa rede viária, garantindo assim boas acessibilidades dos agricultores às suas explorações, que é uma forma que todos reconhecemos muito relevante e muito significativa de contribuir não só para a segurança ou bem estar, mas também para o aumento da rentabilidade e da competitividade das explorações que são de facto os bons acessos que todos nos temos empenhado.

Uma palavra final para a eletrificação do Poço da Ribeira do Nabo, que também está inscrita neste Plano e que está neste momento em fase de adjudicação para que finalmente se conclua essa obra e se dote, respondendo também ao Deputado António Pedroso, aquela zona da ilha com um reforço significativo do abastecimento de água que é de facto uma preocupação nossa e que faz todo o sentido termos em prioridade não só na Ilha de S. Jorge, mas em todas as ilhas da nossa Região.

Do ponto de vista das obras na Maia, em Santa Maria, conforme questionou o Sr. Deputado Aníbal Pires, agradeço também as suas referências à forma como tive oportunidade de falar do mar. Existem de facto dois projetos que já estão concluídos para o reforço da zona costeira da Baía da Maia na Ilha de Santa Maria, na zona da piscina e na zona do peixe mais à frente do porto.

Esses projetos estão concluídos, mas nós tomámos as devidas precauções para garantir a segurança da circulação das pessoas nestas zonas, mas estas obras decorrerão não no próximo ano, mas em 2015, portanto não fazem parte do Plano de Investimentos que estamos aqui a discutir para 2014.

Do ponto de vista da diversificação agrícola, virando agora um pouquinho para a agricultura, que foi a questão que o Deputado Paulo Estêvão colocou, de facto tem sido e continuará a ser uma preocupação do Governo com muito ênfase que temos colocado nestas áreas.

É uma área de expansão da agricultura, existe mercado interno que potencia ou pode potenciar os investimentos nestas áreas de produção e é de facto isto que temos feito ao longo dos últimos anos.

Eu posso referir neste quadro que nós já aprovámos projetos na área da horticultura no montante de cerca de 6,1 milhões de euros; na área da fruticultura de um milhão de euros e na área da floricultura de 1,9 milhões de euros. Isso correspondeu na sua grande maioria à instalação de jovens agricultores em várias ilhas da nossa Região, não exclusivamente numa.

Portanto, é de facto uma aposta que o Governo encetou e que irá continuar a apoiar, porque faz parte da nossa estratégia, faz parte da nossa política e estamos convencidos de que todos os investimentos que forem feitos nestas áreas, desde que devidamente equilibrados, desde que devidamente dimensionados, fazem todo o sentido com o intuito de regular o mercado interno diminuindo as nossas importações e a nossa dependência do exterior.

A questão dos barcos de pesca daqui da zona do Atlântico Norte é uma circunstância que tem acontecido e que vamos naturalmente continuar a acarinhar, porque são fontes de potencial rendimento que vêm para a Região e portanto faz todo o sentido que assim seja e é isto que iremos naturalmente continuar a fazer.

Relativamente às questões que o Sr. Deputado Renato Cordeiro colocou, de facto na primeira questão, relativamente aos pedidos de apoio, conforme o Sr. Presidente do Governo teve oportunidade de referir recentemente, são projetos do atual QCA.

O Sr. Deputado perguntou quando seriam pagos? Os projetos são pagos à maneira que os pedidos de pagamento são feitos.

Como sabe o agricultor apresenta um projeto, o projeto tem um período de análise até à sua aprovação final e depois entrando na fase de execução os pagamentos são feitos à forma que os pedidos de pagamento oriundos dos beneficiários chegam à Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Após análise desses pedidos e confirmação de que tudo está bem é processado o respetivo pagamento.

Os projetos que estão em circulação estão naturalmente neste esquema de trabalho.

Existirão outros, conforme sabe e penso que certamente quereria referir-se a isto, que poderão estar em transição entre os Quadros Comunitários de Apoio.

É uma circunstância que é habitual quando se faz uma transição de Quadros. Portanto existem alguns projetos que de facto não vão ter enquadramento no atual Quadro e que terão de ser transacionados para o Quadro seguinte.

A forma como isto será feito ainda não está definida, nós já colocámos esta preocupação junto da Comissão Europeia para se definir a forma como esta transição será feita. Ainda não tivemos resposta. Aguardamos para depois se divulgar a forma como esta transição poderá de facto ocorrer.

É uma circunstância que tem sido vulgar em transição de outros Quadros e portanto esperamos com expectativa que tudo se faça dentro da normalidade.

A questão do rateio do prémio aos produtores de leite, como também é público, é uma circunstância que está a ser avaliada conforme também o Sr. Presidente do Governo deu indicações recentemente e portanto logo que exista uma decisão final sobre o assunto havemos de torná-la pública junto dos produtores e das suas associações.

A questão da formação na área da pesca é de facto uma preocupação que o Governo tem, temos consciência de todas as questões que o Sr. Deputado Luís Garcia levantou.

Como sabe e eu tive oportunidade de referir a Escola do Mar vem colmatar esta circunstância no futuro. No futuro mais próximo será através de pequenas ações de formação que a Direção Regional das Pescas desenvolve em todas as ilhas da nossa Região, que contribuem para que se possa minimizar estas circunstâncias que muito bem levantou.

Do ponto de vista do POSEI e dando resposta às questões que o Sr. Deputado Duarte Moreira também levantou, eu gostaria de dizer nesta Casa, nesta Assembleia Regional que de facto aquilo que nós conseguimos e que já está definido em termos do envelope financeiro global do POSEI para os próximos anos, que é uma verba idêntica ou igual àquela que tem vigorado nos últimos anos, são cerca de 76 milhões de euros, manter-se-á nos anos que aí vêm.

Portanto, nós entendemos que isso foi uma vitória para a nossa Região, uma vitória para os Açores, porque num cenário de recessão orçamental em tudo o que tem a ver com a política agrícola na Europa, nós conseguimos, ao contrário de outros Países e de outras regiões, manter um envelope financeiro que dará sustentabilidade a todas as medidas que fazem parte desse programa de apoio aos agricultores que como sabem também tem duas vertentes no apoio às importações em termos de auto abastecimento e no apoio às produções locais.

Do ponto de vista das questões levantadas pelo Sr. Deputado António Pedroso, penso que já respondi em parte relativamente à questão das águas. É uma preocupação que temos e que irá naturalmente estar sempre na ordem do dia relativamente ao abastecimento e à melhoria do abastecimento de água não só na Ilha de S. Jorge, mas em todas as outras ilhas da Região.

Sobre os caminhos agrícolas penso que também já falei, respondendo aqui à Sra. Deputada do PP.

Relativamente às obras do matadouro também já foi público, já foi discutido nesta Assembleia em diferentes oportunidades. Aquilo que são as prioridades do Governo neste ano são obras nestas áreas noutras ilhas, a que se seguirá depois a parte final do matadouro de S. Jorge, nomeadamente a sua sala de desmancha e alguma melhoria na zona de receção do gado e expedição final das carcaças.

Portanto é um projeto que o Governo tem na sua carteira e que não será executado em 2014, mas na segunda metade desta Legislatura.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais há neste orçamento uma brutal redução de cerca de 32% das verbas para ambiente e ordenamento do território, de 2013 para 2014, passando-se de quase 31 milhões de euros, para pouco mais de 21 milhões de euros.

Mas se desagregarmos os números e nos cingirmos apenas à parcela respeitante ao ordenamento do território verificamos que a redução orçamental é nada mais, nada menos, do que cerca de 84% de 2013 para 2014.

Sr. Secretário, com os crescentes problemas climáticos, orográficos e de ordenamento do território dos Açores, como é que se explicam cortes desta dimensão numa área tão sensível?

O PSD olha para a dimensão destes cortes com muita preocupação.

Gostaria de saber qual é a posição atual do Governo Regional dos Açores, face à contaminação por combustíveis e metais pesados dos aquíferos da Praia da Vitória?

De novo, tal como no ano passado, este Governo volta a não ter uma única palavra, nem sequer de preocupação para a contaminação com combustíveis e metais pesados nestes aquíferos, nem para pôr a culpa nos americanos (que até podem estar de saída) ou no Governo da República. Os senhores pura e simplesmente não querem saber.

Desaparecem do Plano e Orçamento as obras de requalificação das margens das lagoas das Furnas e das Sete Cidades que tinham uma dotação de mais de oito milhões e meio de euros em 2013.

Tivemos a confirmação por parte do Sr. Secretário dos Recursos Naturais de que o Governo decidiu parar com estas obras, em comissão.

Ontem o Sr. Presidente do Governo esteve tentado a falar nisto mas desistiu.

Qual o motivo que levou ao abandono do projeto depois de uma tão significativa afetação de verbas?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Precisamos do dinheiro para outras coisas!

O Orador: Quais os planos que o Governo tem para a requalificação desta requalificação?

O que é que o Governo vai fazer com o que já está edificado nas Sete Cidades?

Como é que se vai concluir o PEGRA sem estarem prontas ou sequer em construção as centrais de valorização energética de resíduos da Terceira e S. Miguel?

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Isso é uma obsessão!

O Orador: Neste Plano e Orçamento para 2014 está prevista a conclusão da rede de Centros de Processamento de Resíduos dos Açores, bem como a sua operacionalização.

No entanto as autarquias de S. Miguel e Terceira estão com imensos problemas com os seus limites de endividamento para conseguirem levar por diante a construção das centrais de valorização energética de resíduos, das quais depende toda a operacionalização e cumprimento integral do PEGRA. O Governo criou o PEGRA e depois empurra e continua a empurrar a parte mais difícil e onerosa exclusivamente para as autarquias.

O Presidente da AMISM já fala em parcerias com privados. É esse o caminho que se deve seguir? Vem aí PPP's?

No que ao combate às pragas urbanas diz respeito, as tão conhecidas térmitas, o Governo tinha em 2013 a quantia de apenas 36 800 euros para todas as ilhas dos Açores; para 2014 consegue a proeza de reduzir ainda mais esta verba ficando a mesma nos 32 880 euros.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sr. Deputado isso já foi respondido na reunião da comissão e o senhor sabe a resposta!

Deputada João Bruto da Costa (PSD): Eu não estava, não ouvi!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Ele estava e ouviu!

Deputada João Bruto da Costa (PSD): Eu é que não ouvi!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Mas podia ler o relatório que está lá a resposta!

O Orador: Pergunto: o que é que estes míseros tostões vão conseguir fazer na monitorização, controlo e erradicação das térmitas?

Como vão ser utilizados estes 32 800 euros e para quê?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria só de lembrar ao Sr. Secretário que ele não me respondeu em relação à rede de frio para S. Jorge.

Para quando a melhoria da rede de frio para o setor das pescas em S. Jorge?

Também pelo que entendi na proteção da orla marítima na Fajã dos Vimes, entre o porto e a Fajã dos Bodes não está contemplado. É uma zona de perigo e que oferece perigo a algumas das habitações que ali estão.

Outra questão que gostaria de perguntar muito rapidamente é em relação às saibreiras, uma das razões apresentadas pelo facto dos caminhos agrícolas estarem em mau estado é a falta de saibre. Gostaria de saber quando e como se vai resolver o problema da legalização das saibreiras para S. Jorge?

Muito obrigado.

Deputada Francisco César (PS): Está no relatório!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Moreira para lhe dizer que não posso discordar da sua discordância em relação à minha discordância do Governo. É a vida!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputada Francisco César (PS): Esteve a treinar até agora para dizer isso!

O Orador: Depois o que quero dizer ao Sr. Secretário é o seguinte: em relação ao esforço que a frota de pesca da Região tem neste momento a disponibilidade e capacidade para realizar no âmbito das nossas águas além das 100 milhas, o que lhe pergunto, e que está nas nossas propostas também, é se está previsto o reforço da capacidade da frota de pesca nesse sentido e se o Sr. Secretário não considera também que essa é uma das grandes prioridades para o futuro, em termos de reequilíbrio da capacidade da nossa frota de pesca.

Portanto, Sr. Secretário, a questão é: além das 100 milhas qual é a nossa capacidade atual e fundamentalmente o que é que está previsto para reforçar essa capacidade de pesca nessa zona?

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, relativamente à formação nas pescas eu aceito que o senhor diga que é uma prioridade do Governo, que o senhor está muito preocupado com essa situação, mas quero dizer-lhe que mais do que preocupações é preciso que isso se reflita efetivamente nos números e remeter isso para a Escola do Mar, o senhor sabe que a curto prazo isso não se resolve.

Quero falar-lhe de números: para 2013, para o ano que está em curso, os senhores tinham inscrito para a formação profissional nas pescas 161 mil euros; para 2014 os senhores inscrevem 69 mil e 100 euros, ou seja, uma redução de 57%.

Essa prioridade e essas preocupações que os senhores dizem que têm relativamente à formação das pescas estão bem retratadas, Sr. Secretário, neste gráfico que aqui tenho, sobre as verbas atribuídas para a formação neste setor. De 2013 para 2014 essa redução de verbas é de 57%. Se nós recuarmos mais um pouco desde 2009, por exemplo, essa redução atinge os 82%.

Portanto, Sr. Secretário, prioridades, preocupações, conversa, tudo muito bem, mas isso tudo tem que se refletir em números, não se refletindo em números podia ter uma justificação: que os problemas no setor, relativamente à formação, estivessem resolvidos e nós sabemos que não estão.

Isto tudo dá bem nota de que esta questão não é uma prioridade para o Governo, porque entre tantos milhões anunciados, tantos milhões inscritos, tantos milhões que vão vir, havia com certeza outras prioridades e exigiam-se outras opções.

Esta diminuição drástica é que é absolutamente condenável e contraditória com o vosso discurso.

Desta forma seguramente os senhores não ajudam estes profissionais, não ajudam este setor, não ajudam à qualificação e à dignificação destes profissionais e não ajudam sobretudo a mudar aquilo que o senhor diz que são os novos paradigmas das pescas, a sustentabilidade das pescas.

Estas alterações que os senhores pretendem promover fazem-se sobretudo com profissionais qualificados. Os senhores não dando essa formação, não dando essa qualificação ficam em risco efetivamente estas mudanças que querem fazer, que são precisas fazer, mas o caminho seguramente não é este relativamente à questão das pescas.

Já agora que estou no uso da palavra queria colocar mais uma outra questão relativamente à questão da fileira da carne na ilha do Faial que tem tido um crescimento significativo e que há anos espera por um novo matadouro para potenciar esta fileira. Um investimento que tem sido ano após ano, legislatura após legislatura adiado e o Sr. Secretário efetivamente disse-me na Comissão que o projeto para este matadouro ainda não está pronto e que não se sabe se vai incluir ou não uma sala de desmancha.

Esta questão, peço desculpa de voltar a colocá-la, tem de ficar absolutamente clarificada neste debate.

Renovo aqui as questões que coloquei sobre esta matéria na comissão: o projeto para o novo matadouro do Faial está ou não concluído e esse projeto inclui ou não uma sala de desmancha?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar responder muito rapidamente porque o tempo também já escasseia.

Relativamente ao Sr. Deputado Luís Rendeiro, a redução dos montantes devem-se também na área das pescas, ao termo das grandes obras, designadamente de tudo o que tem a ver com o processamento dos resíduos.

A questão da Praia da Vitória está em curso a limpeza dos aquíferos da responsabilidade das forças americanas, conforme sabe e nós temos monitorizado bem com a Câmara da Praia da Vitória.

Furnas e Sete Cidades foram opções claras do Governo publicitadas em devido tempo. Sete Cidades está concluído, vai ser adjudicado muito em breve; as Furnas foram abandonadas para melhor oportunidade.

O PEGRA está em revisão e no princípio do próximo ano será publicado também na sua nova versão com as partes da prevenção também.

A questão dos resíduos das centrais de valorização são da responsabilidade dos municípios, conforme também o Sr. Presidente da AMISM recentemente referiu publicamente e irá avançar.

A rede de frio em S. Jorge está prevista para 2015, em cooperação com a associação dos pescadores.

A questão das saibreiras também obedecem aos licenciamentos que a regulamentação define e portanto o Governo fará o seu papel nestas matérias em cooperação com as autarquias e com os privados que apresentarem projetos dessa natureza.

Finalmente para o Sr. Deputado Luís Garcia, para além daquilo que é a Escola do Mar, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Secretário quando é que a Escola do Mar vai estar em condições para dar formação?

O Orador: ... nós temos também, como tive oportunidade de referir, em programa para o próximo ano, ações de formação nas diversas ilhas, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Emprego já há, foi para um camarada, para um boy!

O Orador: ... com a Direção Regional das Pescas a intervir em todas as ilhas da nossa Região.

O matadouro, o projeto está de facto na sua fase final de execução e futuramente será publicitado para dar início à sua construção.

Deputado Luís Garcia (PSD): Relativamente à questão do matadouro o Sr. Secretário não me respondeu.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente para fazer uma interpelação à Mesa.

Eu pedia ao Sr. Secretário, se fosse possível, relativamente à questão do matadouro, se pudesse clarificar a questão, porque, efetivamente, peço desculpa, mas não ouvi.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional pode responder, não lhe vai ser contado o tempo.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O matadouro tem o seu projeto em fase final de execução e inclui de facto uma sala de desmancha.

Presidente: Agora sim não há mais inscrições.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

(Eram 12 horas e 18 minutos)

Peço ao Sr. Secretário o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo – 15 minutos, 15 segundos;

PS – 39 minutos, 25 segundos;

PSD – 22 minutos, 30 segundos;

CDS-PP – 13 minutos, 34 segundos;

BE – 40 segundos;

PPM – 2 minutos, 20 segundos.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Vamos continuar o nosso debate.

Estava inscrito o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para duas questões.

A primeira para me congratular com a evolução do Governo, da Comissão para este debate.

O Sr. Secretário na Comissão tinha deixado em dúvida se o projeto para o matadouro do Faial tinha ou não sala de desmancha, ora essa evolução é positiva e quero congratular-me com ela.

Deputada Judite Parreira e Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar há uma coisa Sr. Secretário, Srs. Deputados que tem que ficar aqui registado.

O senhor disse que o projeto está em fase final.

Sr. Secretário, quero dizer-lhe que não foi isso que foi dito aos faialenses em setembro de 2012 na campanha eleitoral para as eleições regionais, ou melhor não foi dito, foi apresentado.

Em setembro de 2012 foi apresentado o projeto. Dizia o *Incentivo* na altura, com fotografia e tudo: “Matadouro novo para 2014”.

Dizia no início da sua notícia: “O projeto do novo matadouro do Faial foi ontem apresentado na Secretaria Regional da Agricultura e Florestas. O início das obras estão previstas para 2013 e têm um prazo de execução de 12 meses, esperando-se assim que esteja pronto já em 2014”.

Portanto, Sr. Secretário um projeto que estava pronto em setembro de 2012, agora está em fase final.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Creio que assim, e é esse registo que quero aqui deixar, fica registada a credibilidade das apresentações do Governo Regional. Mera propaganda para enganar as pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos avançar para as intervenções de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Deputado António Toste Parreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agricultura é um dos pilares fundamentais da economia regional. Falar de agricultura é falar do futuro dos Açores, de estabilidade social, de empreendedorismo, de crescimento e de desenvolvimento.

Sendo um dos setores mais importante da economia regional, os Governos do Partido Socialista, conjuntamente com os produtores, com a indústria, com as empresas do setor e com as organizações iniciaram uma caminhada e uma estratégia que confere hoje a importância que o setor assume na economia regional, bem como no contexto nacional.

Foi necessário unir esforços e juntar todos, o Governo Regional, os agricultores, as organizações e as empresas do setor. Foi preciso reunir centenas de milhões de euros, traçar metas e objetivos, para executar um investimento nunca antes conseguido.

Edificou-se por todas as ilhas um parque Agroindustrial de qualidade, modernização das infraestruturas e dos equipamentos, atualização de métodos e processos produtivos e uma diversificação dos produtos.

A rede de caminhos agrícolas e florestais e as suas infraestruturas sofreram uma alteração profunda por todos os Açores, possibilitando assim aos agricultores melhores condições de trabalho e redução de custos.

Com os Governos do Partido Socialista, construiu-se e pavimentou-se cerca de 400 Km de caminhos agrícolas, levou-se a água a mais de 5.000 explorações e transportou-se a eletrificação a mais de 300 explorações.

Na última década e meia a agricultura Açoriana evoluiu consideravelmente, os resultados são por demais evidentes, é importante que as açorianas e os açorianos saibam o quanto se tem investido e que resultados se conseguiram. Assim, passo a referir alguns dos resultados obtidos nos últimos anos:

- a dimensão média das explorações cresceu 41%, para 8,9 hectares;
- a dimensão média do efetivo bovino cresceu 32,8%, para 32 animais;
- a produção média por exploração cresceu 190%, para 186 mil litros de leite;
- a produção leiteira cresceu 67%, para 583,8 milhões de litros;
- o gado bovino abatido nos matadouros da Região cresceu 162%, para 13,7 mil toneladas, com um forte impacto na exportação, crescimento de 590%, para 7,2 mil toneladas;
- o gado bovino IGP abatido nos matadouros da Região, de 2007 para 2012, cresceu 965%, de 259 para 2.758 animais;
- com a evolução do abate, a expedição de gado em vivo baixou 64%, ou seja, exportou-se menos 29.962 animais;
- a produção hortofrutícola, flores de corte e plantas ornamentais, de 2008 para 2011 cresceu 35%, para 778 hectares;

A produção local já assume um papel importante na economia Regional, designadamente, a hortifruticultura e a florícola, quer pela qualidade dos produtos, quer pelo impacto positivo que representa na redução das importações. De referir que em 2009, as produções vegetais contribuíram com 10% do Valor de Produção Padrão Total (VPPT).

A produção biológica também tem vindo a ganhar o seu espaço e a crescer na Região, de 2005 para 2011, passou de 22 para 46 produtores, enquanto que, a

área utilizada cresceu 289%. São números interessantes e que devem ser levados em consideração.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A isto nós chamamos investimento, enquanto outros, nomeadamente, o maior partido da oposição, o PSD, chama irresponsavelmente investimento em betão. Se fizéssemos como o PSD, ou seja, não investir, o que seria da nossa agricultura hoje. Não podemos parar no tempo, aliás, como vez o PSD enquanto Governo. Nos tempos modernos de hoje a evolução é constante e, como tal, devemos também evoluir de forma sustentada e equilibrada, razão pela qual, se conclua que a obra nunca está acabada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso era do tempo que o senhor era do PSD!

Deputado Luís Garcia (PSD): Quando o senhor era militante do PSD não dizia essas coisas!

O Orador: Os dados comprovam claramente a forte reestruturação e estratégia adotada num dos setores mais produtivos da Região.

Em todo este envolvimento, importa referir a importância dos Fundos Comunitários de Apoio, instrumento financeiro essencial para o nosso crescimento e desenvolvimento, associado a uma boa execução, aliás, nesta matéria a Região é exímia.

Os desafios são como as obras, nunca poderemos dizer que acabaram, a qualidade das intervenções necessitam de ser aprofundadas e de continuar e, o tipo de respostas altera-se de acordo com as necessidades. Por isso, serão necessárias novas estratégias para continuar em frente com o mesmo sucesso face a novos desafios do desenvolvimento do Setor Agrícola e da Valorização Rural dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar da conjuntura desfavorável provocada pelos cortes do Orçamento do Estado, aprovado também com os votos dos Deputados do PSD dos Açores na Assembleia da Republica, o Plano Regional para o ano de 2014, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é a vossa cassete neste debate!

Deputado Francisco César (PS): Não é cassete, é a verdade!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Luiz Fagundes também votou!

O Orador: ... para o Setor da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, atinge um investimento total de 141,7 milhões de euros, ou seja, aumenta em 1%, comparativamente a 2013.

Da análise ao documento constata-se o seguinte:

- **Infraestruturas Agrícolas e Florestais**, se considerarmos a menor afetação de recursos às obras que estão a decorrer e em fase de conclusão: Laboratório Regional de Veterinária e dos Parques de Exposições de S. Miguel e da Terceira, verifica-se um crescimento de 6%. Assim, reforça-se o investimento na melhoria das acessibilidades, no abastecimento de água e eletrificação agrícola, alocando uma verba no montante de 24,7 milhões de euros. A destacar ainda as novas construções dos matadouros do Faial e da Graciosa.

- **Modernização das Explorações Agrícolas**, com um crescimento de 10,6%, de realçar o reforço no Melhoramento da Sanidade Animal, 37,3%.

- **Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais**, a menor afetação de recursos está associada aos investimentos já realizados e em fase de conclusão, nomeadamente, os projetos ao abrigo do Programa PRORURAL.

- **Diversificação e Valorização do Espaço Rural**, nesta medida verifica-se o maior crescimento, 14,4%, a destacar, a Ação – Diversificação da Economia Rural, cofinanciamentos no âmbito dos Eixos 3 e 4 do PRORUAL.

Os últimos dados do Recenseamento Agrícola de 2009 (INE 2011), comprovam claramente que o cenário atual que se vive no setor agrícola regional é substancialmente melhor que há uma década atrás. Contribuindo para isso, o processo de reestruturação, quer nas estruturas produtivas, quer na diversidade da orientação produtiva.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os agricultores são conhecedores do seu trabalho, adquiriram conhecimentos que não se aprendem nos livros, passa-se de geração em geração.

Os agricultores, para além dos alimentos que produzem são também o garante da beleza das nossas paisagens, aliás, os agricultores enfrentam um duplo desafio: produzir alimentos, proteger a natureza e salvaguardar a biodiversidade.

Deputado Luís Garcia (PSD): Essa é interessante. Essa da biodiversidade é do Deputado Paulo Borges!

O Orador: A PAC teve o seu início nos anos sessenta, mais precisamente em 1962. Neste período a prioridade era a produção de mais alimentos para a população, incentivando os agricultores a utilizarem máquinas modernas e novas técnicas, incluindo produtos fitofarmacêuticos e adubos químicos.

Durante cinquenta anos foram introduzidas as várias reformas da PAC, adaptando-a a novos desafios e a novas realidades. Foram-se alterando costumes e tradições, modos e técnicas de produção, bem como as medidas de apoio.

Passados 50 anos colocam-se mais desafios. Hoje, estamos perante grandes desafios, por isso é importante definir uma estratégia eficaz na utilização dos recursos, definir objetivos concretos que procure implementar um conjunto de medidas adequadas e que responda às necessidades.

A nova PAC, recentemente aprovada no Parlamento Europeu (PE), numa primeira análise e ao que tudo indica, apresenta boas perspetivas para o futuro agrícola. De acordo com a Estratégia Europa 2020, os próximos anos serão decisivos para estabelecer as bases de uma agricultura forte e preparada para enfrentar os novos desafios: económicos, ambientais e territoriais.

Quanto ao impacto do desmantelamento do regime de quotas leiteiras, segundo o Comissário Europeu da Agricultura é um dossier em aberto para as Regiões Ultraperiféricas.

Relativamente à decisão comunitária de abolir o regime de quotas leiteiras, o Governo Regional dos Açores tem vindo a realizar um forte investimento nesta área. Foram implementadas um conjunto de medidas que visam tornar este setor mais forte e mais competitivo.

Tendo em conta os interesses de alguns Estados-Membros mais poderosos, a nossa tarefa torna-se mais difícil. Mas, cabe a todos nós, políticos, continuar esta luta, desenvolver esforços e proteger os interesses de uma fileira fundamental da economia regional.

Relativamente ao quadro plurianual para 2014-2020, no caso específico do FEADER, congratulamo-nos com a alocação de 295 milhões de euros, mais 21 milhões de euros comparativamente com o Quadro atual. Instrumento financeiro importante no apoio a um dos pilares fundamentais da economia regional.

Quero aqui nesta casa deixar uma mensagem de confiança a todos os agricultores desta Região. Dizer que o Governo dos Açores e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estão empenhados, aliás, como sempre para convosco trabalhar na procura das melhores soluções que deem resposta às vossas preocupações e anseios.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo passamos à próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A agricultura Açoriana, pela contribuição que dá ao longo dos anos à nossa região, merece o devido respeito de qualquer governo.

Afirmar que neste plano se aumentou a verba em cerca de 1 %, é tentar confundir todo um sector, e desta forma os fundos comunitários servem de justificação, sabendo que a sua execução nem sempre tem sido a mais eficiente nos últimos anos.

Deputados António Ventura e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Analisando este plano, o que se conclui é que há uma diminuição de 6 milhões de euros, cerca de 11,3 %, este sim o valor real da importância deste sector para o governo Regional dos Açores.

Com um corte na verba no eixo das infraestruturas agrícolas, o que se compreende com o decurso das obras dos Parques de Exposições e do Laboratório de Veterinária, esperava-se que outras obras surgissem tendo em conta a sua necessidade, como são as captações, reservatórios e ramais de distribuição de água para a lavoura.

Deputado Bruno Belo (PSD): Está a ouvir, Sr. Deputado. Disse todas!

O Orador: Começa a ser habitual a presença de invernos rigorosos, seguindo-se verões secos, onde era essencial a captação e reserva desta abundância de água, disponibilizando-a quando fosse precisa.

Ainda este ano se verificou uma enorme carência de alimento, ao que o governo deu resposta, com um apoio de um milhão e meio de euros na compra de fibra e palha.

Mas coitado de quem precisa, mais uma vez a lavoura Açoriana ficou sob a sombra de mendigar subsídios, e pior, em Novembro, em dia de Todos os Santos, recebem um corte no apoio ao gasóleo agrícola, assim como no apoio de Bruxelas nas ajudas aos produtos lácteos em cerca de 12,3%, onde só nesta ajuda retira 2,3 milhões de euros, numa altura de pagamentos de rendas e de serviços a máquinas agrícolas.

Justificou-se com a compra de quotas no continente, onde pelas regras do POSEI, quando se excede o número de candidaturas aplica-se o rateio do prémio.

Mas quem é responsável pelas candidaturas? Quem sobre uma quota que já tinha sido beneficiada permitiu que esta mesma recebesse um segundo

benefício? O IAMA como organismo governamental é quem tem esta responsabilidade.

O respeito pela lavoura, também passava simplesmente por um aviso antecipado da ocorrência deste corte, mas acreditamos que a época não era a melhor para trazer más notícias.

No eixo da modernização das explorações agrícolas, contempla-se um aumento de 26% no plano regional, ao que deixa aqui uma certa dúvida:

Uma vez que a erradicação da brucelose e tuberculose bovinas têm sido um sucesso anunciando, assim como a execução do Plano de Vigilância do Foro Veterinário. Perguntamos, a que se deve este aumento?

A elaboração do plano passa pelas opções mais adequadas em que o investimento deverá ser direcionado para as pessoas e para as atividades económicas capazes de criar riqueza na região, gerando emprego de forma direta e indireta, sendo assim este setor o grande responsável pela sustentabilidade de muitas famílias e da não desertificação do meio rural.

Se o executivo anuncia uma boa situação económica das contas públicas regionais, era de esperar que para um sector tão acarinhado pelo governo como a agricultura, e tendo em conta o crescimento das exportações e do efeito multiplicador das importações, este plano fosse atender à expectativa dos produtores Açorianos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo passamos à próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um dos principais problemas dos sucessivos governos socialistas tem sido a falta duma visão estratégica para o desenvolvimento dos Açores. Apesar de se terem mudado alguns dos protagonistas mantém-se a mesma linha de gestão contabilística que caracteriza a governação socialista.

Não se percebe a insistência em políticas de assistencialismo em vez da adoção de políticas estruturantes que possam combater os constrangimentos conjunturais.

Uma das maiores fragilidades da economia açoriana é o elevado défice da balança comercial alimentar, ou seja, importamos grande parte do que consumimos.

Isto resultou, por um lado, dum claro desinvestimento na agricultura, consequência em parte duma aposta na monocultura da pastagem e, por outro, do desaparecimento da agro-indústria de pequena dimensão.

A única forma de equilibrar a balança alimentar é apostar de forma séria, responsável e determinada no sector agroalimentar.

Só é possível nos tornarmos verdadeiramente competitivos no sector agropecuário, reduzindo os custos de produção: importar menos, potenciar a utilização dos fatores de produção endógenos, tornar o maneio da pastagem mais eficiente e reforçar o apoio técnico aos lavradores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Curiosamente, no Plano e Orçamento para 2014 verificamos para a agricultura um decréscimo de 10% das dotações provenientes das receitas da Região.

Afinal o esforço orçamental para agricultura é feito à custa do aumento de financiamento externo, que como se sabe, só entra na Região após a realização interna da despesa, o que levará a que execução orçamental fique novamente muitíssimo comprometida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Ouvimos em todos os discursos do Governo Regional, repetido até à exaustão, que é fundamental “agregar valor”, que temos que apostar em

produtos de excelência. Na prática a Lactaço vende o queijo DOP de São Jorge às grandes superfícies, que o comercializam como “marca branca”.

Isto é que é acrescentar valor?

É assim que no queremos distinguir pela excelência?

Como é que se pode exigir aos produtores a entrega dum leite de elevada qualidade, compatível com a produção dum produto DOP de excelência e não lhes pagar um único cêntimo a mais por isso?

É assim que queremos premiar o culto do mérito!

Resta dizer que, relativamente à promoção/exportação de produtos regionais, registava-se, em 2013, a existência de 3 programas, que totalizavam dotações no montante de praticamente 4 milhões de euros e, na proposta para 2014, há uma dotação de apenas de 3 milhões, ou seja, uma redução de 23,5%.

O nosso grande desafio é manter os pequenos agricultores em atividade, de preferência numa comunidade rural florescente, estimulando a agricultura de autoconsumo e promovendo a diversificação agrícola.

Mas para isso são necessários apoios diretos ao rendimento e aquilo que se observa é novamente mais uma redução, agora de 16% das dotações do Plano no âmbito da ação 2.4: “Diversificação e valorização do Espaço Rural”.

A tudo isto agrava o facto de grande parte das dotações orçamentais alocadas a estes programas se encontrarem comprometidas para pagamento de compromissos financeiros assumidos anteriormente, não produzindo qualquer efeito multiplicador da economia.

Sras. e Srs. Deputados:

Mesmo quando se esboçam algumas tentativas de definir orientações, como as que encontramos no Plano para 2014, constatamos que as opções políticas não têm a necessária correspondência em termos das respetivas dotações orçamentais.

Ou seja, o sector agroalimentar constitui uma prioridade para a Região, mas em 2014 o investimento regional diminui:

- 33,5% no “Apoio ao investimento nas explorações Agrícolas”
- 40% na “Manutenção de Atividade Agrícola”

-23,5% na Promoção/exportação de produtos regionais,

Com prioridades destas estamos conversados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção que acabámos de assistir há que esclarecer o seguinte: não há neste Plano, no Plano de Investimentos, uma redução de verbas para a agricultura.

Há de facto um aumento de verbas para a agricultura relativamente ao ano de 2013. Um reforço de verbas que tem a ver com verbas comunitárias, obviamente, mas a Região é uma Região que se tem pautado por uma elevada taxa de execução dos fundos comunitários na agricultura, sendo mesmo a região do país com maior taxa de execução dos fundos comunitários para a agricultura. Portanto, é um bom sinal, é positivo que neste Plano de 2014 há de facto um aumento das verbas relativamente a 2013, o que vem confirmar a importância que o setor tem para a Região e a importância que o Governo Regional e o PS dão a este setor.

Outra questão relativamente aos cortes e para que não fique qualquer dúvida relativamente ao programa POSEI.

O Governo Regional tem utilizado integralmente o envelope financeiro previsto no programa POSEI de mais de 70 milhões de euros.

Nós temos uma taxa de execução nos diversos programas, nas produções animais, nas produções vegetais, na transformação superior, ou muito próximo, dos 99% de taxa de execução. Não há qualquer redução de verbas, ou utilização de verbas do POSEI, até porque isso não era possível e era ilegal, para outros fins que não aqueles que estão previstos no apoio às produções locais.

Como em todo o lado, e como já tive oportunidade de referir e reforço novamente, os rateios existem em todos os países da União Europeia quando o número de candidaturas é superior ao envelope financeiro previsto.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Olhe que não, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, esta questão é de facto uma falsa questão. Obviamente que nós gostaríamos que houvesse cada vez mais verbas para o setor agrícola, mas é preciso que isto fique claro de uma vez.

Todo o envelope financeiro do POSEI tem sido executado por valores muito próximos dos 100%, o que representa uma excelente taxa de execução quando comparada com o todo nacional.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, vai falar de agricultura?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai falar de reciclagem!

O Orador: As políticas ambientais nos Açores que hoje analisamos, inscritas neste Plano de 2014 não se podem dissociar de alguns antecedentes e marcos históricos relevantes.

De modo necessariamente breve, recordem-se os anos do despertar das preocupações para com o ambiente, em meados da década de 50 do século passado, ou das novas atitudes a partir do início dos anos 70, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mais um especialista!

O Orador: Tenham calma srs. Deputados porque os vossos nervos não me incomodam.

... onde pontificaram as comemorações do dia da Terra nos EUA, ou os grandes impulsos que resultaram da Conferência de Estocolmo em 1972, como

o programa das Nações Unidas para o Ambiente cujas recomendações foram concretizadas em 1975. A partir deste momento quer com o Seminário de Belgrado e sobretudo com a conferência de Tbilisi passou a considerar-se um princípio geral que ainda está atualizado:

Fazer compreender às pessoas e à comunidade a natureza complexa resultante de factores físicos, biológicos, sociais, económicos e culturais do ambiente natural e urbano e dar a estas pessoas ou comunidades a oportunidade de adquirir os conhecimentos, os valores, as atitudes e as aptidões práticas que lhes permitam ajudar de uma maneira responsável e eficaz a prever e resolver os problemas ecológicos e a gerir a qualidade do ambiente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, no quadro da política europeia para o Ambiente até 2020 defende-se um programa de Ação intitulado “Viver bem, dentro dos limites do nosso planeta”. Deste modo, procura-se aumentar a resiliência ambiental e transformar a União Europeia numa economia inclusiva e sustentavelmente verde. É neste quadro que nos devemos mover, protegendo o ambiente como activo natural, promovendo a maior eficiência de recursos e acelerando a transição para uma economia hipo-carbónica, ou ainda combatendo as causas ambientais de doenças. Em última instância trata-se de promover o crescimento sustentável, criar novos postos de trabalho para continuarmos a ter o melhor lugar para viver. A caminhada para uma economia hipocarbónica, já teve expressão, por exemplo com as boas metas alcançadas em energias renováveis, no quadro do protocolo de Quioto ou mesmo com a simples renovação da frota de autocarros, a partir de 2007.

Deputado Luís Garcia (PSD): Frotas de autocarros? As “bertinhas”?

O Orador: Neste caso e só para dar um exemplo, por cada cada novo autocarro as emissões de monóxido de carbono são menores em cerca de 720%, sete vezes menos, em óxido de nitrogénio diminuem 350%, em hidrocarbonetos menos 465% e passou a assumir-se o controlo de emissão de partículas em 0,02g/kWh, o que não acontecia nos veículos antigos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Afinal o senhor nunca teve na área do ambiente!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não leu os manuais!

O Orador: É um dado significativo se atendermos aos mais de 200 novos autocarros que circulam nos Açores. Refira-se ainda o menor consumo de combustível com reflexos directos, na rentabilidade das empresas, na menor emissão destes poluentes e nas vantagens nas importações petrolíferas. Este aspecto aliado como se referiu ao incremento das energias renováveis e da eficiência energética aproxima-nos também da agenda 2020 nos domínios do binómio clima/energia. É por isso, que continuam a serem importantes os instrumentos de financiamento Life e Eco-Inovação ou o estabelecimento da Marca Açores no quadro daquilo que na Europa se designa por rótulo ecológico.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano de Investimentos para 2014 na Área do Ambiente e Ordenamento valoriza estes princípios e a estratégia europeia para o ambiente, mas tem ainda a objectividade de concretizá-los em medidas e projectos adaptados às nossas aspirações, necessidades e desafios em coerência com o programa do governo.

Felizmente passaram aqueles tempos que muitos se lembram das fracas taxas de execução nas poucas ações associadas ao ambiente, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... a existência de Matadouros que despejavam os seus resíduos directamente para as orlas costeiras, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não havia telemóveis, não havia internet...

O Orador: ... a ausência de divulgação científica às populações que criava grande conflitualidade na localização de lixeiras a céu aberto, as célebres arroteias que delapidaram muita da flora endémica ou ainda as inconsequente ações sobre as questões de eutrofização. Foi o tempo dos impulsos febris e das intenções messiânicas que não deram resposta às questões preocupantes

relativas ao Ambiente nos Açores legando um passivo que na última década se tem vindo a combater.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O senhor foi 16 anos Secretário Regional deste governo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Dezasseis anos e não conhece a Graciosa!

O Orador: Este Plano de 2014 para a área do Ambiente e Ordenamento é claramente mais integrador, como convém, do que conservacionista. Não se apresenta como proposta em que defender o ambiente significa preservar a qualquer custo a fauna e flora que nos rodeiam, como se pretendesse criar um ambiente em permanente primavera irisada, mas também não se aproxima de uma segunda atitude de menosprezo das questões ambientais ou na aposta do ambientalismo esporádico que normalmente dá maior relevância a objectivos políticos e económicos independente dos impactos ambientais. Assume-se neste Plano de 2014 para as Políticas ambientais e Ordenamento do Território que o Ambiente é parte integrante do desenvolvimento sustentável da nossa Região da qual dependemos mas também temos que organizar. Com os projectos e ações propostas neste plano de investimentos não se dissociam os aspectos económicos dos humanos e por outro lado, o desenvolvimento da Região não conduz a uma forçada e inevitável degradação ambiental, porque se pretendem respeitar os limiares de utilização dos recursos e se otimizar a sua gestão.

Neste sentido, são variados os bons exemplos inscritos no Plano 2014 como a prioridade ligada à gestão estratégica dos resíduos associada à valorização económica e energética desses resíduos, a contínua aposta na Rede Regional de Ecotecas e Centros de Interpretação ambiental, o planeamento e gestão de bacias hidrográficas de lagoas, o incremento do investimento nos recursos hídricos com mais 40% do que em 2013, o que tem grande significado na defesa das pessoas como se revela nas ações de prevenção e análises de risco de cheias e movimentos de massa ou na limpeza, renaturalização e reperfilamento de linhas de água. A qualidade ambiental associada ao programa eco-freguesias e a gestão de resíduos com selagem de lixeiras e a remoção de produtos

contendo amianto são igualmente duas ações que procuram a melhoria global da qualidade de vida das pessoas.

Sabemos que o governo tem na sua agenda global, uma visão sobre a economia da biodiversidade, onde o ambiente se cruza com a economia, como nas áreas protegidas onde se deve manter a pegada ecológica em parâmetros sensatos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Acha que o senhor ainda vai acabar de Secretário do Ambiente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está em lista de espera!

O Orador: Aliás, os próximos anos são desafiantes para o estabelecimento da agora designada economia verde, onde pode emergir um novo empreendedorismo ambiental.

A questão da biodiversidade é vital no equilíbrio dos nossos ecossistemas, no balanço hídrico e na preservação da paisagem das nossas ilhas, para além do valor dos nossos ecossistemas terrestres e marinhos, à escala global, em particular nas cerca das suas 500 espécies endémicas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra final para a grande linha do horizonte que nos impregna e molda. O hipercluster da economia do mar, embora temática transversal, é tratado na requalificação da orla costeira e na nas ações de monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha, para além de ações de conservação que integram o acompanhamento da Directiva-Quadro da Estratégia Marinha dos Açores. É neste domínio que se percebe o bom acompanhamento do Governo dos Açores, como ainda recentemente se viu na reunião nacional para o estabelecimento da Estratégia Nacional para o Mar. Entendemos, porém, que esta é uma matéria onde devemos ter grande sentido de Região, consensos e pró-actividade. São imperativos a vigilância, as diligências políticas e jurídicas permanentes, tanto no plano nacional como internacional. Caso contrário, corremos o risco de possíveis incursões históricas de pirataria nacional ou internacional, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pirataria?!

O Orador: ... aos nossos recursos marinhos e minerais, que diga-se às vezes já se vislumbram timidamente nas designações de “plataforma continental atlântica” agora “plataforma continental estendida”, o que para além de incorreção geológica, quando pretende chegar à nossa ZEE, é uma incipiente forma da linguagem dos novos corsários. Não há margens para cedências capciosas nesta matéria. Até por que, parafraseando Eça também hoje somos forçados a conviver com países e governos que mais parecem um quartel militar com soldados metafísicos. E como se viu no último Orçamento de Estado não podemos estar descansados com aquela gente lá de fora e nem mesmo com alguns que sendo deputados pela Região na República só se indignam, com total hipocrisia, nas suas declarações contra o Estado ou nas crónicas semanais em jornais açorianos depois de terem votado a favor dos garrotes austeros, sufocantes e centralistas contra os Açores e os que cá vivem.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Tem a palavra o Sr. Deputado Fagundes Duarte para defesa da honra!

O Orador: É uma inaceitável e nova forma de bipolaridade política que continuaremos a rejeitar sem tibiezas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Plano em matéria de Política ambiental demonstra a capacidade e a visão de atender às prioridades actuais, mas sobretudo de entender e valorizar os nossos recursos naturais, de modo a transformá-los num ativo estratégico para a nossa Região.

Hoje, o futuro chega depressa. Com trabalho, confiança e esperança o PS e o Governo dos Açores em termos de Política Ambiental integram-se no espírito da Agenda 2020 e naquilo que podemos designar um novo programa “viver bem dentro dos recursos da nossa Região”.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é um *slogan* de campanha, campanha interna!

O Orador: Apesar do realismo das dificuldades actuais, estamos pois todos convocados para ganharmos estes novos desafios da agenda 2020 e sobretudo do nosso futuro colectivo.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há um desafio que o senhor não aceita, o desafio de ser vereador!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo passamos à próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa região em que o desemprego e o Rendimento Social de Inserção atingem a taxa mais alta do país, em que o sector primário está a definhar, preocupa-nos a dinamização e revitalização da economia deste arquipélago e a urgência em encontrar soluções sustentáveis para os problemas específicos de cada ilha.

São Jorge passa por graves dificuldades, com o sector cooperativo em apertos financeiros, devido a vários fatores, entre eles o modelo de produção e comercialização imposto pelo governo regional socialista.

Quando havia dinheiro em abundancia, atirou-se com euros para cima dos problemas, convertendo uma economia sustentável numa população subsídio-dependente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora que não há dinheiro, diz-se simplesmente que a culpa foi da má gestão dos jorgenses.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Pois os gestores que lá estiveram eram da inteira confiança deste governo, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e quando se fez saneamentos em abundância, o governo tinha o dever moral de indagar e fiscalizar por onde andavam os dinheiros públicos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas o Governo Regional não o entendeu desta forma!

O “bendito” protocolo recentemente assinado entre o Governo Regional e a Unikeijo, longe de ser uma solução sustentável, foi um empurrar com a barriga para a frente um problema sem o solucionar.

O Sr. Vice-presidente anunciou 230 milhões para apoiar empresas e famílias em dificuldades na Região, destes 230 milhões, não há um cêntimo para apoiar o sector cooperativo em S. Jorge nem as famílias que deste sector dependem. Para o governo socialista dos Açores, a sustentabilidade do sector cooperativo parece ser irrelevante.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Todavia, e sem contribuir com um cêntimo, o Governo Regional exige, agora, fiscalizar e gerir.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As cooperativas geridas pelos jorgenses tem pago tarde aos produtores, no entanto a indústria conserveira de Santa Catarina, gerida pelos “boys” do governo regional socialista, ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Não apoiado!

O Orador: ... não consegue igualmente pagar atempadamente aos pescadores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está a ser injusto, Sr. Deputado!

O Orador: E os resultados continuam negativos, com as dívidas a crescer!

A culpa certamente não pode ser atribuída ao atum nem às vacas, até porque as conservas santa catarina e o queijo de S. Jorge são produtos de excelência, recebendo medalhas e certificados de qualidade.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos preocupados com estas duas situações da economia da nossa ilha de São Jorge. Pela quantidade de postos de trabalho que o sector cooperativo e a indústria conserveira englobam direta ou indiretamente.

Estamos preocupados com o facto de muitas famílias jorgenses, dependentes dos postos de trabalho ligados ao sector cooperativo de lacticínios e indústria conserveira, passarem por necessidades e até fome, em consequência de más gestões. Porque houve gentes e governantes que andaram a brincar e a fazer experiencias com a economia de São Jorge.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É habitual os governos serem maus gestores. E há hábitos que se tornaram vícios.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não basta anunciar e publicitar, para fazer manchetes nos jornais e abrir noticiários televisivos ou radiofónicos, a senhora Carta de Obras Públicas.

Há gente necessitada que quer trabalhar. Que não quer viver eternamente do subsídio de desemprego ou do Rendimento Social de Inserção. Acreditem! Eu conheço muitos jorgenses que estão ansiosos que muitas destas obras se iniciem para que a construção civil de São Jorge conheça outro folego.

Que falta faz o lançamento de pequenas obras publicas para que os 21. 545 Desempregados dos Açores não aumentem para muitos mais.

Os jorgenses querem acreditar em dias melhores. E apelam ao bom senso deste governo regional. Ser pequeno, para os jorgenses não é sinonimo de irrelevante, Disse

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Após esta intervenção do meu caro colega António Pedroso, gostava de partilhar algumas das preocupações que elencou. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está profundamente preocupado com o setor cooperativo da Ilha de São Jorge e não alterou a sua posição antes e depois das eleições.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não parece!

Deputado Berto Messias (PS): Estamos preocupados e procuramos soluções; os senhores estão preocupados e ficam de braços cruzados!

O Orador: Por isso continuamos a defender sempre a promoção da sustentabilidade do setor cooperativo, envolvendo os produtores, as cooperativas e o Governo dos Açores, de modo a que o seu produto de excelência, o Queijo São Jorge, transfira para a economia da ilha de São Jorge, rendimentos aos produtores, às empresas, às famílias jorgenses induzindo impactos sociais positivos decorrentes.

Como forma de traduzir esta relação, sempre numa ótica de parceria, entre o governo, os produtores e indústrias cooperativas, temos a recente assinatura de Protocolo.

Este protocolo, como referiu o Senhor Secretário Luis Neto Viveiros, não representa um fim em si mesmo! Representa sim um primeiro passo no processo de recuperação da União de Cooperativas de São Jorge e a

formalização deste compromisso não é um ponto de chegada, é um ponto de partida.

Um ponto de partida que permitirá à União de Cooperativas a elaboração de um Plano de Sustentabilidade da Fileira do Queijo São Jorge e de um Plano de Recuperação Financeira.

Documentos que deverão assegurar a sustentabilidade económico-financeira das respetivas unidades industriais, bem como à viabilidade económica das explorações leiteiras associadas.

Mas de igual modo, assegurar o pagamento do valor em dívida aos produtores associados; Consolidar a manutenção ou o aumento das entregas de leite e da qualidade higio-sanitária do mesmo; A implementação de uma gestão eficiente de forma a repor os níveis de confiança, permitindo a retoma efetiva da sua atividade e o cumprimento pontual dos seus compromissos.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Com este compromisso o Governo dos Açores assume desenvolver esforços junto das instituições financeiras, no sentido de garantir a concessão à UNIQUEIJO de um financiamento no montante global de 1.000.000,00 € (um milhão de euros),...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E a gente estamos preocupados!

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é empurrar o problema para a frente. O senhor sabe o que é isso?

O Orador: ... destinado a fazer face às necessidades de tesouraria de curto prazo, Promover junto das instituições financeiras a renegociação das dívidas bancárias existentes, procurando o reescalonamento dos prazos de pagamento de modo a reduzir os encargos mensais suportados pelas cooperativas.

Gostava de referir que gostaria de ter ouvido o Sr. Deputado indicar que houve um aumento de 40% em Plano para 2014 neste setor da agricultura.

Deputados José Ávila e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Vocês nunca aprenderam que enviar o dinheiro para cima dos problemas não os resolve. É preciso estratégia!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal o senhor não tem preocupações nenhuma!

O Orador: Quanto às suas afirmações sobre a habitação, gostaria de referir que na última legislatura foram autorizados pelo governo dos açores 156 processos de recuperação de habitação degradada, totalizando um investimento superior a 2.800.000,00€, estando para o ano de 2014 previsto para a área da ação social e habitação um investimento superior a 2 milhões de euros e continuará a ser um fator de inclusão na Ilha de S. Jorge.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Por último, Santa Catarina.

Claramente que estamos preocupados com o aumento do passivo que esta empresa teve em 2012, mas estamos em crer que a continua melhoria e valorização do produto Santa Catarina irá permitir no futuro a manutenção dos postos de trabalho que são muito importantes para a economia de S. Jorge.

Obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, tal como aconteceu ontem darei mais cinco minutos para encerrarmos pelo menos da parte da manhã este debate, pelo que poderá continuar depois às 15 horas.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):**Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Rodrigues, não me preocupa os milhões, preocupa-me a gestão do Governo e quando o Governo entra em gestões eu penso que até uma formiga consegue fazer melhor gestão do que o Governo Socialista.

(Risos do Deputados Lúis Rendeiro)

O senhor nunca olhou para as formigas? O senhor já viu alguma formiga desempregada? Já viu alguma formiga a passar fome? Não senhor, num formigueiro não há ninguém desempregado, nem há ninguém a passar fome.

Portanto olhem para as formigas e aprendam a gerir como as formigas.

A única semelhança que eu vejo entre o formigueiro e o governo regional, é que nos dois sítios há formigas e no governo socialista há buracos.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado permita-me discordar ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Da formiga!

Deputado Jorge Macedo (PS): Da parte do formigueiro?

O Orador: ... da sua visão de má gestão, por parte do Governo dos Açores, que praticamente, de três em três meses, é confirmada por todas as estatísticas nacionais e internacionais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então encerrar os nossos trabalhos por agora.

Peço ao Sr. Secretário o favor de indicar os tempos restantes para a parte da tarde.

Secretário: Governo Regional – 15 minutos, 15 segundos;

PS – 9 minutos, 35 segundos;

PSD – 13 minutos, 30 segundos;
CDS-PP – 9 minutos, 14 segundos;
PPM – 2 minutos, 20 segundos;
BE – 40 segundos.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Peço aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximarem da Mesa.

(Eram 13 horas e 12 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 11 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (*Rodrigo Oliveira*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“Neste momento solene da Autonomia em que debatemos o segundo Plano e Orçamento da corrente legislatura, começo, naturalmente, por dirigir uma particular saudação à Senhora Presidente da Assembleia e a todas as Senhoras e os Senhores Deputados.

A área das Relações Externas tem um valor de investimento público proposto para 2014 de 757 mil euros, representando um acréscimo aproximado de 3% em relação ao corrente ano.

Começando pelos projetos relativos às Comunidades, estes têm um valor global previsto de 537 mil euros, dos quais 335 mil euros atribuídos às ações de “Identidade Cultural” e 202 mil euros aos projetos “Emigrado-Regressado” e “Imigrado”.

Em cumprimento do espírito de parceria que preside à atuação do Governo nestas matérias, começamos por destacar a afetação prioritária de parte considerável destes recursos aos nossos parceiros estratégicos.

Propusemos, por isso, destinar 245 mil euros ao apoio de atividades de instituições, como as Casas dos Açores e diversas outras instituições, na Diáspora e na Região, em reconhecimento da relevância da sua ação no âmbito das Comunidades e da promoção da Açorianidade, mas igualmente, e não menos importante, no âmbito da integração dos imigrantes e dos emigrantes regressados.

No que diz respeito, em particular, às Casas dos Açores e à projeção da Região no Canadá, nos Estados Unidos, no Brasil, no Uruguai e no continente português, salientamos o recente alargamento da sua rede mundial, que passou a contar, em 2013 e por força da ação do XI Governo, com mais uma instituição.

O protocolo celebrado com a Casa dos Açores da Bahia representa assim, para além do alargamento da área de abrangência da respetiva rede mundial, o reconhecimento, pelo Governo e pela Região, da importante comunidade açoriana, integrada e influente, na cidade de Salvador e do seu contributo para a projeção dos nossos valores e identidade no Brasil.

Para além do apoio institucional às atividades das agora 14 Casas dos Açores, o Governo prosseguirá um trabalho, já iniciado, no sentido do alargamento das áreas de atuação dessas instituições.

Reconhecendo a maturidade, a relevância e a imprescindibilidade da sua ação no âmbito da promoção da Açorianidade, da preservação dos nossos costumes e tradições, o Governo procurará incentivar uma nova dinâmica, complementar, para as Casas dos Açores, nomeadamente, na promoção dos Açores de hoje e dos seus múltiplos interesses.

Foi com esta visão, aliás, que trabalhamos, já ao longo de 2013, com o Conselho Mundial das Casas dos Açores.

E será com este objetivo que prosseguiremos em 2014, desde logo, promovendo uma formação específica para as Casas dos Açores na área da promoção do turismo e da captação do investimento, disponibilizando ainda, em todas as

instituições, material de promoção e de informação sobre a Região e as suas potencialidades.

Por outro lado, serão afetos 102 mil euros às candidaturas a apoios no âmbito das Comunidades, introduzindo uma atenção particular à tradução para inglês de autores açorianos, visando a promoção de obras regionais, em particular dos nossos valores emergentes, na América do Norte.

Esta é, aliás, uma outra dimensão que reputamos de determinante: a promoção externa dos novos valores culturais dos Açores, relativamente à qual se prevê o reforço de uma ação concertada com a tutela da cultura e da juventude.

Com este objetivo, entre outras manifestações, promoveremos na Diáspora um ciclo de cinema para divulgação de uma nova geração de realizadores açorianos, que bem exemplificam não apenas a criatividade mas também a relação entre tradição e inovação que privilegiamos nos Açores e na nossa relação com as Comunidades.

Procurar-se-á, igualmente, favorecer as parcerias do Governo que visem a realização na Região de eventos de índole internacional, contribuindo, por essa via, para um efeito reprodutivo interno do investimento público no domínio das Comunidades.

É exemplo, entre outros, a realização, em 2014, do Encontro de Professores de Português dos Estados Unidos e Canadá.

Na área da imigração, reforçaremos os mecanismos de integração dos migrantes, bem como de coordenação entre o Governo e instituições, particularmente, através da definição do “Programa Regional para a Integração dos Migrantes nos Açores”.

Previstas estão ainda outras iniciativas, como a instituição de um “Prémio de Boas Práticas Inclusivas”, aplicável a empresas e instituições, e o alargamento do âmbito geográfico dos cursos de língua portuguesa para cidadãos estrangeiros residentes nos Açores, sempre com o objetivo de promover a integração e a multiculturalidade, bem como a valorização profissional e pessoal destes cidadãos.

Reforçaremos, ainda, o trabalho em rede com os diversos parceiros regionais e internacionais, através de iniciativas inclusivas e adaptadas às necessidades de cada público-alvo, com atenção para a situação dos cidadãos alvo de deportação.

Na procura permanente de melhores respostas, destacamos assim a criação da “plataforma regressos”, que permitirá uma melhor interligação institucional, acompanhamento e monitorização dos respetivos processos, bem como do programa “skype familiar”, uma rede de contactos com diversas instituições, nas Comunidades e nos Açores, para promover o contacto em linha com as respetivas famílias.

Do ponto de vista da incidência geográfica das atividades na Diáspora, merecerá uma atenção especial em 2014 a ligação da Região à Bermuda, celebrando os 165 anos da emigração açoriana, ao Brasil, tendo em conta a adesão da Casa dos Açores da Bahia, bem como o desenvolvimento do protocolo de cooperação com o Governo do Rio Grande do Sul, e aos Estados Unidos, muito em particular, na ligação à Califórnia e ainda ao Havai.

Finalmente, pugnaremos pelo resgate e preservação da memória e da história da nossa emigração e comunidades, por exemplo, através do tratamento do registo das comunicações dos 26 açorianos que, nas décadas de 50 60 e 70, emigraram para o Canadá, regressando depois, que transmitiram, em 2013, as suas experiências e vivências a mais de 2.200 alunos de todas as escolas secundárias da Região, ou ainda através do desafio à preservação e divulgação de diversos documentários da nossa televisão pública regional.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Finalmente, transversal à ação das Comunidades estará sempre um espírito de grande proximidade e de parceria com as nossas comunidades e suas instituições e, em particular na Região, um princípio de descentralização de atividades, abrangendo todas as ilhas, muito em especial, no âmbito do atendimento ao público e prestação de informação pela Direção Regional das Comunidades.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à cooperação e aos assuntos europeus, a ação do Governo dos Açores beneficiará em 2014 de um investimento público de 220 mil euros, destinados ao aprofundamento da visibilidade, presença e atuação externa da Região.

Prosseguiremos o desempenho de importantes funções, como nas Vice-Presidências da Assembleia das Regiões da Europa e da organização internacional *R20* – Regiões de Ação Climática, integrando ativamente os trabalhos e órgãos políticos de outras organizações de cooperação.

A ação do Governo junto do Comité das Regiões, a casa do Poder Regional na Europa, terá natural destaque.

Aliás, no âmbito daquele que é um objetivo de promover, nos Açores, iniciativas de âmbito europeu e internacional, teremos em 2014 e pela primeira vez, a realização na Região de uma reunião plenária da Comissão de Recursos Naturais do Comité das Regiões, iniciativa que permitirá a discussão de temas prioritários e a vinda aos Açores de altos responsáveis políticos das instituições e regiões europeias.

Por outro lado, o ano de 2014 marca, como bem sabemos, o início de um novo ciclo de programação e uma nova fase institucional da União Europeia.

O Governo dos Açores estará, por isso, particularmente atento e ativo na coordenação e transmissão das posições regionais, em defesa dos nossos interesses.

Neste contexto, o próximo ano será certamente importante para o aprofundamento das relações externas, muito em especial no âmbito dos espaços da Macaronésia e do Atlântico, por força da integração, pela primeira vez, da Região na modalidade de cooperação transfronteiriça da União Europeia.

Aliás, este foi mais um dos objetivos plenamente atingidos nas negociações para o pós-2013: a exceção ao critério dos 150 km de fronteira marítima e a

consequente inclusão dos Açores nesta modalidade da cooperação territorial europeia.

Na Região, prosseguiremos uma ação centrada junto dos mais jovens, sendo implementado, na sequência do recente Primeiro Encontro Regional de Clubes Europeus, o programa de apoio e incentivo às suas atividades, bem como concretizadas iniciativas ligadas à promoção do conhecimento sobre a União Europeia e ao exercício da sua cidadania, em particular no âmbito das próximas eleições para o Parlamento Europeu.

Será criado ainda um programa de incentivo à frequência de estágios de curta duração em diversas instituições europeias.

Com este programa, o Governo incentivará os jovens açorianos a candidatarem-se e frequentarem estágios em situação real de trabalho, promovidos pelas instituições da União e organizações inter-regionais, compensando-os pelas desvantagens comparativas decorrentes da ultraperiferia, como sejam os custos de deslocação entre a Região e os centros de decisão europeus.

Em suma, o programa relativo às Comunidades e Cooperação permitirá aprofundar o compromisso assumido de assegurarmos uma presença forte e a visibilidade dos Açores no âmbito das relações externas, numa perspetiva de continuidade, como é exigível a estas áreas, mas igualmente inovando e preparando o futuro.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Refiro-me ainda ao programa “Informação e Comunicação”, domínio na dependência da Presidência do Governo.

Neste âmbito, o investimento previsto para o Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada, o PROMEDIA III, será de 515 mil euros, mantendo assim a intensidade do apoio de 2013 e demonstrando, como tal, a atenção do Governo no que diz respeito a este setor.

Por outro lado, no contexto onde persiste a indefinição do Governo da República sobre a futura estruturação do serviço público de rádio e televisão nos Açores e sem transigir no que toca à posição deste Governo no sentido de

garantir a sua componente regional, prevê-se uma ação de apoio complementar ao serviço público de rádio e televisão da Região.

Com um montante de 75 mil euros, este apoio constitui assim, mais uma vez, a exemplo de anos anteriores, a disponibilização de um relevante contributo, por parte do Governo, com vista à contínua qualificação dos meios e recursos técnicos da rádio e televisão públicas.

Finalmente, referimos ainda o montante de 480 mil euros destinado à plataforma eletrónica de comunicação com o cidadão, um investimento que implica a reformulação do atual Portal do Governo (cujo desenvolvimento data já de 2003, portanto, de há 10 anos atrás), mas que, essencialmente, procede à criação de uma plataforma de implementação de serviços públicos eletrónicos, em cumprimento de orientações da União Europeia, muito em particular da sua Agenda Digital Europeia.

Proceder-se-á, assim, não apenas à reformulação de um suporte tecnológico manifestamente desatualizado, mas à integração do suporte informático do Portal do Governo, do Jornal Oficial e respetivas bases de dados, com a criação de uma plataforma de governo eletrónico, que permitirá, em particular, a interligação com os serviços em linha da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão.

Trata-se, em suma, de um projeto estruturante de governação eletrónica, integrado na Agenda Digital e Tecnológica dos Açores e que possibilitará a disponibilização de serviços interativos aos cidadãos e empresas, de modo a tornar o Portal do Governo interoperacional com outras bases de dados e a colocá-lo, assim e cada vez mais, ao serviço de todos os Açorianos.

Disse”.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Subsecretário.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou aproveitar esta última intervenção para falar de dois aspetos, na medida em que já só tenho dois minutos e portanto não terei oportunidade de realizar uma nova intervenção.

Nesse sentido gostava de dizer o seguinte.

A questão referente à Base das Lajes, é uma questão absolutamente essencial no que diz respeito ao contexto das relações externas da Região e do interesse absolutamente estratégico que nós temos na presença desta Base Militar estrangeira e também as condições de alteração que se preveem para a mesma, ou pelo menos que foram anunciadas por alguns meios dos Estados Unidos.

Portanto, nesse sentido, referenciar o seguinte: eu vejo em relação à Base das Lajes com muita preocupação aquilo que foi veiculado quer oficialmente, quer através dos órgãos de comunicação social, em relação à diminuição da presença militar norte americana e dos meios que estão ao seu serviço.

Devo dizer que olho para esta questão com alguma ironia da história. Nós fomos absolutamente fundamentais no âmbito da Segunda Guerra Mundial, para o esforço militar americano e aliado ainda na Segunda Guerra Mundial.

Os Açores tiveram um papel absolutamente fundamental ao longo da Guerra Fria, era uma posição estratégica de grande importância, ligando os Estados Unidos e o Canadá à Europa Ocidental e nesse sentido tivemos um papel fundamental no triunfo ocidental, no âmbito da Guerra Fria e na derrota da União Soviética.

Devo dizer também que tivemos um papel importantíssimo naquele que foi o esforço de projeção militar e diplomático dos Estados Unidos no Médio Oriente.

Estou absolutamente convencido que essa presença continua a ser uma presença e a Base das Lajes continua a ter uma importância estratégica absolutamente fundamental.

Não tem hoje a mesma importância logística, mas a questão relevante para o PPM é que não é aceitável para os Açores ...

Presidente: Tem que terminar Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar.

... depois do papel tão importante que os Açores e a Base das Lajes desempenharam ao longo de todos estes anos que agora os estados unidos e a diplomacia americana nos descarte desta forma.

Mas o que os Estados Unidos estão a fazer não é (e termino Sra. Presidente) um pedido, não é um abandono dum local que continua a ser estratégico, é pura e simplesmente da parte dos Estados Unidos ou do aparelho militar uma diminuição do esforço de presença militar na Base das Lajes.

Ora isso para os Açores não é aceitável.

Presidente: Tem mesmo que terminar Sr. Deputado.

O Orador: Termino Sra. Presidente porque eu considero também que não seria da minha parte e da parte do PPM aceitável que não se referenciasse o papel que teve a diáspora neste processo de auxílio à comunidade açoriana. Há gente muito relevante no mundo da política dos Estados Unidos e os contatos que nós temos, os diversos partidos e o Governo Regional em particular, com a diáspora americana.

Nós reconhecemos a ajuda que nos tem sido prestada pela nossa comunidade, pelos nossos irmãos açorianos, reconhecemos e agradecemos o apoio que nos tem sido dado nesta questão como em muitas outras questões na defesa dos interesses legítimos dos Açores.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com o drama e o problema gravíssimo que já se começou a abater sobre o concelho da Praia da Vitória, ao que tudo indica de forma irrevogável, com o adormecimento da Base das Lajes e conseqüente despedimento de centenas de trabalhadores portugueses, é incompreensível que o Plano Regional para 2014

não tenha uma referência à eminência desta catástrofe social e económica pelo menos no item “Cooperação Externa”.

Por isso pergunto: quando é que todos e todas neste Parlamento dizem basta na real defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras portuguesas da Base, da economia terceirense e da economia regional e exigem que o Governo da República e a administração norte americana assumam de forma séria, decente e imediata as suas responsabilidades para com os trabalhadores e para com esta Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto devo em primeiro lugar reconhecer o genuíno empenho na defesa dos interesses dos Açores, concretamente da Base das Lajes que a nível da diplomacia tem sido desenvolvido pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Também reconhecer sempre que com elevada cortesia nos tem informado dos esforços que tem feito junto da comunidade portuguesa e dos políticos americanos com capacidade de influência para tentarmos minimizar aquilo que já é um processo irreversível.

O que se trata agora é de minimizar a questão.

Eu estou muito à vontade, não rejubilei com a eleição de Barack Obama, sempre achei que seria um mau presidente para os Estados Unidos e a história infelizmente está a dar-me razão da má política sobretudo para Portugal e para os Açores.

Os Estados Unidos resolveram reduzir substancialmente o seu orçamento de defesa, não só na Base das Lajes mas em todas as bases militares, no mundo e nos Estados Unidos.

De maneira que com certeza nós seríamos afetados por isso.

Mas é bom que também tenhamos presente que essa já era uma promessa do presidente americano, eleitoral, pública e que desde março pelo menos já era conhecida do Governo português.

O CDS já defendeu, já desafiou e já propôs que equacionássemos um plano B para a Base das Lajes e sem nenhuma diplomacia paralela, mas sempre nos Açores, quando o Governo equacionou e foi anunciado pelo Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes a eventualidade de uma mudança da base operacional da SATA Internacional, nós defendemos que essa poderia ser uma das hipóteses para minimizar, criar mais emprego e dinamizar a economia da Ilha Terceira e da Praia da Vitória particularmente.

É claro que “casa roubada, trancas à porta” e digo especificamente isso do autarca da Praia da Vitória, que depois de ter a casa absolutamente roubada é que acordou e tinham-lhe assaltado a casa e ele dentro dela.

Lembro bem aqui e é preciso lembrar, também a posição do Governo dos Açores, quando foi o processo de descontaminação ou contaminação dos solos da Praia pelos produtos petrolíferos da Base das Lajes.

Fomos acusados de estar a fazer aqui terrorismo político e até fomos ameaçados de tribunal por algumas forças socialistas.

Aliás ainda me lembro da célebre conferência de imprensa dada no Hotel Terceira Mar, onde o atual Presidente da Câmara de Angra e outros distintos governantes sentaram-se exatamente a hipotecar o nosso futuro aos americanos, porque neste momento podia estar em execução um processo de descontaminação, com postos de trabalho efetivos criados que durariam, para ser bem feito, anos, não era um ano nem dois.

Por último recorde também para alguns esquecidos, o excelente trabalho que este parlamento fez num relatório que foi aprovado por unanimidade sobre a Base das Lajes em 2008.

Portanto, o problema não é novo, ...

Deputado André Bradford (PS): Os relatórios não resolvem problemas!

O Orador: Diga Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Os relatórios não resolvem problemas!

O Orador: O que não resolve problemas foi vir alterar as condições laborais dos trabalhadores da Base das Lajes ao longo do tempo e o que não resolve problemas Sr. Deputado André Bradford, e o senhor foi um dos grandes defensores daquele lado de hipotecar aos americanos os nossos interesses e contra os solos americanos da Base das Lajes.

Esta é a história Sr. Deputado Berto Messias e por muito que doa aos senhores ela tem que ser feita.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor concorda com a gente, para que é esse memorial de lamentações?

O Orador: Estou a falar da descontaminação dos solos, a contaminação dos aquíferos da Praia da Vitória e da Ilha Terceira.

Contaminação dos aquíferos da Praia da Vitória e da Ilha Terceira, Sr. Deputado Berto Mesias!

Por muito que custe é isso.

Deputado Berto Messias (PS): Não custa nada. Temos a nossa consciência perfeitamente tranquila!

O Orador: Mais uma vez faço referência àquela que tem sido a postura e a atitude do Sr. Presidente do Governo distinguindo-se nessa matéria, fazendo uma política de bastidores séria, como se deve fazer, sem parangonas públicas, mas procurando obter resultados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma referência muito concreta à situação da Base das Lajes e àquilo que me parecem ser algumas das perspetivas que aqui estão em cima da mesa.

O processo relativo à decisão da Força Aérea Norte Americana sobre a Base das Lajes e o novo Estatuto da Base das Lajes é um processo que todos sabem (aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima referiu de uma comunicação e de uma informação da parte do Presidente do Governo tem sido comum a todos os

partidos políticos que aqui estão representados nesta Assembleia tenho dado conhecimento a todos das diligências que têm sido efetuados) em que ponto é que está.

Aquilo que releva do facto de estar neste momento em apreciação pelo Senado, os riscos que enfrenta a situação da Base das Lajes, em função de matérias que nada têm a ver com a Base propriamente dita, nomeadamente a questão do acordo sobre orçamento dos Estados Unidos, mas também é público e são conhecidas aquelas que são algumas diligências que alguns partidos políticos, no âmbito interno do nosso País, têm desenvolvido quanto a precaver aquilo que se torna já necessário desenvolver e que tem a ver com o processo de reativação económica da Base das Lajes.

Eu gostava apenas, em relação à intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, esclarecer e clarificar o seguinte: nós não estamos apenas à espera da componente desta decisão e da componente militar.

O facto é que fruto de diversos contatos foram e estão a ser trabalhadas vias alternativas de utilização daquela infraestrutura que naturalmente a partir do momento em que a decisão norte americana teve os desenvolvimentos que teve, ao nível da câmara dos representantes e agora do senado, levaram a que fossem de certa forma colocadas em *stand by*, colocados em resguardo esses projetos. Certamente da parte do Governo dos Açores o que sempre foi manifestado, foi que não seria por causa de falta de espaço que esses investimentos deixariam de se fazer na Terceira ou nos Açores, estaríamos obviamente interessados e prontos a colaborar para que eles acontecessem.

Há, desse ponto de vista uma questão que me parece importante salientar e que tem a ver com o impacto que já se regista, nomeadamente em virtude da não presença deste contingente que este ano já chegou à Base das Lajes de familiares, de famílias, o impacto que isso tem nomeadamente no mercado de arrendamento.

Sei que era uma das ideias desse plano de revitalização, apesar daquilo que foram os resultados numa ida à Assembleia da República no Orçamento Geral do Estado. Estamos confiantes que também da parte do governo da república

haverá a sensibilidade quanto à atenção que se deve dar a esse aspeto e quanto à atenção que essa componente da intervenção merece já, independentemente daquilo que no futuro pode acontecer em relação à Base das Lajes.

É pois neste ponto de situação que todos conhecem, que todos sabem os riscos que essa situação enfrenta e sobretudo aquilo que ela já significa para a economia do concelho e para a economia da ilha, que o Governo Regional tem desenvolvido a sua atividade.

Obviamente que na preparação destas soluções alternativas de uso da Base das Lajes o Governo tem um papel mais preponderante, o facto é que colocamos nos contatos que foram estabelecidos todo aquele que é o nosso manancial de atratividade fiscal, de atratividade de incentivos de apoio, tudo isto foi colocado e foi transmitido a essas entidades.

Portanto, o Governo não está praticamente parado, ou não está propriamente sem uma intervenção na exploração de todas as possibilidades para que esse processo a ir em frente decorra com a menor perturbação possível para a economia da Ilha Terceira. Haverá sempre, é certo, mas a nossa luta é para que isso aconteça da forma o mais suave possível para os cidadãos da Praia da Vitória, para a Ilha Terceira, para todos os Açores.

É nisso que estamos a trabalhar, é nisso que continuaremos a trabalhar, contando também, e devo reconhecê-lo aqui, com a atenção, não digo com o apoio porque não me compete a mim referi-lo, da parte de todos os partidos políticos quanto a esses contatos que têm sido desenvolvidos da minha parte.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Presidente.

Informo também que a bancada do Governo esgotou o seu tempo neste debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Caros Deputados, breves palavras, estamos todos limitados pelo tempo em relação à questão da Base das Lajes.

Eu gostaria de dizer aqui com toda a clareza que não concordo com a sugestão da Sra. Deputada Zuraida Soares, ou eventualmente, uma crítica ao Governo, por não ter apresentado no plano e Orçamento regionais, propostas ou medidas que visassem mitigar a consequência do *downsizing* dos americanos da Base da lajes ou compensar.

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma referência!

O Orador: Eu compreendo a sua posição, só lhe quero dizer que acho que não era o momento de colocar no Plano e Orçamento regional esta matéria, concordando com o Sr. Presidente do Governo, ao dizer que até que se esgotem todas as soluções no âmbito do Senado no seguimento das decisões do Congresso, não o devemos fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Concordo com o Sr. Presidente do Governo, embora compreenda a sua posição. Portanto temos que esgotar aquilo que é preciso esgotar e depois vamos então avançar para essas soluções, não quer dizer que não façamos o trabalho de casa. Esse tem vindo a ser feito e continuará.

Quero dizer aqui, já o disse publicamente, o Sr. Presidente do Governo tem contado comigo e com outros partidos, naturalmente aqui, na tentativa de termos aqui um consenso e uma voz firme sobre isto.

Agora o que eu estranho é que concordando com o Governo de não colocar no Plano e Orçamento estas medidas para já, como disse o Sr. Presidente, dizendo que diligências postas em resguardo neste momento, é estranho que essas diligências não tenham sido postas em resguardo na Assembleia da República servindo de arma de arremesso contra o Governo da República...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e dando instrumentos aos americanos para poderem ter aqui mais causas para fazerem o *downsizing*.

É aí que temos que colocar o dedo na ferida. É aí que se põem os interesses político partidários e a mesquinhez da luta entre a República e a Região, acima dos verdadeiros interesses da RAA.

Contra essa demagogia aqui me insurjo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é uma matéria que já foi amplamente e várias vezes debatida nesta Casa, mas é sempre importante sobretudo num debate como este abordar a questão da Base das Lajes.

Não tenho muito tempo, temos ainda uma intervenção de tribuna, mas tendo em conta a declaração do Sr. Deputado Duarte Freitas não posso deixar de intervir, para dizer o seguinte:

Nós, ficamos absolutamente perplexos quando o PSD, hoje, num jornal, através da voz do Sr. Deputado Joaquim Ponte e agora pela voz do Sr. Presidente do PSD-Açores, acha que é demagogia ou arma de arremesso político manifestar publicamente a preocupação pelo facto do PSD-Açores e do PSD na Assembleia da República ter chumbado uma proposta do PS-Açores para consagrar no Orçamento de Estado um plano de revitalização económica para a Praia da Vitória e para a Ilha Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São argumentos do Governo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): São do Presidente do Governo!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Têm que se entender aí!

O Orador: Volto a dizer que é demagogia e politiquice o facto de nós manifestarmos publicamente essa preocupação. Ficamos no mínimo perplexos, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor ainda não tinha ficado perplexo neste debate!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ...até porque há aqui uma questão importante e muito relevante que é o facto de haver notícias públicas, e muito claras, que já está em curso a redução da Base das Lajes através de várias medidas internas naquela Base.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi o Sr. Presidente do Governo. Basta fazer uma proposta de alteração!

O Orador: Eu estou a referir-me ao Orçamento de Estado.

Parece-me que isso é absolutamente relevante e que era uma boa oportunidade para reforçar a união que todos os partidos, felizmente, nos Açores têm tido sobre esta matéria.

Deputado António Ventura (PSD): Por que é que não introduzem no Plano Regional?

O Orador: Portanto aquilo que se esperava era que o PSD pudesse ter apoiado esta proposta de alteração, apresentada pelo PS-Açores, na Assembleia da República, pelo Deputado Carlos Enes.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não apoiamos pelas razões que o Sr. Presidente do Governo acabou de anunciar!

O Orador: Julgo que se perdeu uma boa oportunidade de reforçar e materializar mais uma vez esse acordo.

É indiscutível aquela que é a responsabilidade primeira do Governo da República nesta matéria, que como se sabe tem um papel determinante neste acordo entre estados, entre Portugal e os Estados Unidos.

Portanto, não há qualquer tipo de contradição.

Deputado António Ventura (PSD): Há sim senhor!

O Orador: Não há qualquer tipo de contradição.

As posições são muito claras.

No Orçamento de Estado faria todo o sentido tendo em conta ...

Deputado António Ventura (PSD): E aqui não faz sentido?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que grande demagogia! Que grande contradição!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os terceirenses vão gostar de saber isso!

O Orador: ... aquilo que está a acontecer na Base das Lajes, consagrar desde já esse plano de revitalização para ser desenvolvido em articulação com o Governo dos Açores. Não posso por isso deixar de lamentar estas referências do PSD porque parecem estar interessados em sacudir a água do capote e afastar as responsabilidades do seu Governo da República.

Portanto não faz sentido classificar estas afirmações como demagogia ou arma de arremesso político. É a manifestação pública e um lamento pelo facto do PSD não ter aprovado esta proposta do PS-Açores na Assembleia da República.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): De facto é lamentável!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer o seguinte:

Ficámos a saber que a proposta foi do PS-Açores. Eu julgava que era apenas do Sr. Deputado Carlos Enes, porque esse já nos habituou a fazer propostas que sejam contra a economia da Terceira como fez contra as touradas e o regulamento das touradas na Assembleia da República. Portanto o senhor votou contra aquela que é uma das principais fontes de dinamização da economia da Terceira.

Queria dizer uma coisa, Sr. Deputado Berto Messias.

Eu acho que não é aqui, não é lá, porque é uma medida...

A proposta, vim depois a saber, não tem nenhum impacto orçamental, não tem nenhum impacto financeiro e portanto não é em sede de Orçamento de Estado que devia ser feita.

Deputado Francisco César (PS): Ai não?

O Orador: Não Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Quantos artigos do Orçamento de Estado sofreram alteração?

O Orador: Devia ser sim feita em entendimento porque ela não tem impacto financeiro nem orçamental. Ela não tem nenhum impacto. Portanto devia ser feita noutra quadro de diálogo e de entendimento entre os partidos que defendem efetivamente a presença americana na Base das Lajes e não de uma propostazinha que eu acho que é a segunda de Carlos Enes desde que está na Assembleia da República.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta questão, e sendo muito breve, penso que ficou clara.

Nós concordamos com aquilo que o Sr. Presidente do Governo tem feito nesta matéria e com aquilo que é opinião do Sr. Presidente do Governo relativamente ao resguardo – e cito – “que devemos ter nesta fase enquanto a solução do Congresso não estiver definida”.

Concordamos com aquilo que tem vindo a ser feito, aliás temos dialogado sobre isso e concordamos em especial que deve haver este resguardo neste momento.

Agora, parece que o Grupo Parlamentar do PS não ouviu o Sr. Presidente, que o resguardo pelos vistos é só no âmbito do Plano do Orçamento e da Região, porque a nível nacional é usar instrumentos políticos para fazer guerra ao Governo República mesmo que isso possa prejudicar interesses mais profundos dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, eu não quero fazer disto uma grande questão, acho que foi um mau serviço mas não devemos “bater mais no ceguinho” porque isso pode prejudicar mais os interesses dos Açores e da Base das Lajes.

Por isso por aqui me fico apenas sublinhando a incongruência do PS dos Açores, incongruência aliás essa bem revelada por acaso pelo Sr. Presidente do Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas não há qualquer tipo de incongruência, a nossa posição é perfeitamente clara ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa parte é verdade! É claríssima!

O Orador: ... e julgávamos aliás que o PSD poderia e deveria, até pelo simbolismo político que isso representa, ter apoiado a proposta do PS-Açores e do Deputado Carlos Enes na Assembleia da República, que diz que era importante consagrar no Orçamento do Estado um plano de revitalização económica e social para a Praia da Vitória e para a ilha Terceira para minimizar o impacto económico e social da redução da Base das Lajes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Oh, senhor ainda não chegámos aí!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ainda não chegámos a essa fase!

O Orador: Era isto que dizia essa proposta. Não percebemos porque é que o PSD entendeu não apoiar esta proposta e naturalmente lamentamos.

Portanto cá estaremos sempre para manifestar publicamente o nosso desagrado quando isso acontecer, porque julgamos que isso não contribuiu para manter a união entre todos os partidos nesta Casa sobre a Base das Lajes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É cada uma!

O Orador: Portanto, eu registo a sua normal habilidade para jogar com conceitos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que não está a ter habilidade nenhuma, isso é verdade!

O Orador: ... e para tentar confundir as pessoas, mas a nossa posição sobre esta matéria é perfeitamente clara da mesma forma também que saúdo a sua iniciativa de fazer contatos através de diplomacia paralela nos Estados Unidos, sensibilizando várias personalidades e intervenientes para a importância que tem a Base das Lajes.

É certo que, enfim, com uma ânsia imensa de mostrar serviço com um pequeno momento trágico ou cómico, deverá obrigá-lo a preparar melhor a sua agenda. Mas saúdo a sua iniciativa. Saúdo o facto de ter ido aos Estados Unidos fazer sensibilização sobre esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já ca faltava! Quando se começa a perder a razão...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh Duarte, tens que explicar esta!

O Orador: É bom que todos os partidos se mantenham unidos sobre este assunto, mas também é bom que o empenho que o Sr. Deputado teve nos Estados Unidos seja igual ao empenho que o Sr. Deputado deveria ter junto do Governo da República, junto do Sr. Ministro Manchete, junto de Sr. Ministro Aguiar Branco para que possamos levar a bom porto a defesa e a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores da Base das Lajes, do concelho da Praia da Vitória, da ilha Terceira e dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer o seguinte, repito, já o disse publicamente: isto é uma matéria que eu devo reconhecer e já o fiz elogiando publicamente o Sr. Presidente do Governo, relativamente àquilo que tem vindo a ser feito e ao diálogo que tem tido nomeadamente comigo e ao que sei com as restantes oposições.

Aquilo que o Sr. Presidente do Governo tem vindo a fazer, tem conversado previamente e feito o favor de transmitir *a posteriori* as suas diligências, eu próprio tenho feito com ele.

Qual não foi o meu espanto quando sem qualquer diálogo aparece uma proposta apresentada no âmbito do Orçamento de Estado sobre uma matéria perante a qual não encontramos nada no plano e Orçamento da Região (e bem, como disse o Sr. Presidente do Governo).

Agora é aqui que se revela claramente quem é que está imbuído de boas intenções ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... colocando o espírito institucional acima de tudo e coloca o mero interesse partidário, da trica partidária, acima de coisas tão importantes como a defesa consensual e unânime que devemos fazer sobre a Base das Lajes.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Nesse aspeto estou muito mais próximo daquilo que tem sido o relacionamento que tem tido com o Sr. Presidente do Governo do que estas meras bolas ao lado, como aconteceu agora com a proposta do Deputado Carlos Enes.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Sendo assim vamos avançar para as intervenções de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falar de comunicação social, exige desde logo uma atitude da política e dos políticos: abstenção e respeito.

Abstenção, porque uma verdadeira sociedade democrática tem que deixar à sociedade civil o livre exercício da comunicação, da informação, da opinião e da crítica.

Essa separação não só é saudável como é essencial.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: No entanto e porque o PS Açores continua a acreditar na presença de poderes públicos ativamente colaborantes e prestadores, e porque conhecemos a nossa realidade, também nesta matéria, de pequenos mercados descontínuos e com sobrecustos inerentes, pugnamos e prosseguimos um apoio ativo e concreto aos órgãos de comunicação social existentes na região.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Trata-se, na verdade, de prosseguir com coragem e sem complexos o difícil equilíbrio entre a independência e a liberdade de informação, que tanto prezamos, e a constatação de que os naturais sobrecustos e a pequena dimensão da nossa realidade arquipelágica impõem-se e penalizam bastante os órgãos de comunicação social dos Açores.

Por isso mesmo o plano anual regional para 2014 continua a prever as ações adequadas para prossecução prática e cumprimento da legislação vigente designadamente do Promedia 3 que já tivemos oportunidade de aprovar.

Para além disso, continuando aliás a cumprir uma velha praxe e tradição autonómicas, o documento provisional ora em debate, contempla igualmente a previsão de um apoio suplementar à programação e produção da RTP Açores, denotando assim a tradicional e proactiva opção Açoriana de colaboração construtiva e relevante com o serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Tal não invalida a fundamental reafirmação de princípio, aliás corroborada pela constituição e pela lei em vigor, que o serviço público de rádio e televisão nos

Açores, não só existe, sem qualquer crise de identidade, como é e sempre foi responsabilidade da república.

É certo que vivemos tempos difíceis. E que o governo da república, amiúde e de forma persistente denota uma irreprimível vocação para se colocar fora da lei, também nesta matéria.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Convém nunca esquecer as profundas dúvidas existenciais do anterior titular desta pasta no governo da república, Sr. Dr. Miguel Relvas, que nos momentos de maior angústia arranjou um estudo para fundamentar o seu desejo, aliás, conveniente e barato, de inexistência dum regional serviço público de rádio e televisão...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que felizmente, no conceito e na simples existência, lhe sobreviveu, para além de qualquer janela.

Registe-se aliás, que este parlamento, de forma quase sempre consensual, tem cumprido, com gosto, a sua função de acompanhamento, vigilância e propositura acerca do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Muito recentemente aliás, e na sequência de uma resolução, aprovada por unanimidade, da iniciativa do Bloco de Esquerda, uma delegação deste parlamento reuniu com o ministro Poiares Maduro, tendo obtido a confirmação do último entendimento do Governo da República sobre esta matéria, qual seja o reconhecimento da existência e importância de um serviço público de rádio e televisão nos Açores, que sendo para nós elementar, ainda assim se saúda, face à espúria, estranha e arrelvada anterior posição, do mesmo governo.

Constatamos igualmente com natural apreensão e reforçada prevenção autonómica, a obsessiva preocupação em aliviar custos e imputar despesas a quem as não tem, ou seja à região autónoma dos Açores.

Também acompanhamos com empenho e preocupação, o andamento do grupo de trabalho entretanto constituído para estudar o futuro do modelo organizativo da RTP Açores, e que integra representantes do Conselho de Administração daquela empresa e do Governo dos Açores.

Presidente: Agradeço que abrevie Sr. Deputado.

O Orador: Não podemos a este respeito deixar de registar, com estranheza, a recente posição do maior partido da oposição sobre esta matéria.

Efetivamente o PSD parece estar agora em total sintonia com o CA da RTP SA. O PSD Açores parece ter abandonado o exercício de, nos Açores, fingir que não é PSD.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Somos irrelevantes, mas estão sempre a falar na gente. Afinal não somos assim tão irrelevantes!

O Orador: E agora defende a respeito do serviço público de rádio e televisão nos Açores que nos devemos pagar e Lisboa mandar.

Diga-se ainda que uma decorrência lógica da merceeira posição do Governo da Republica é aliás o argumento simplista, da necessária proporcionalidade na redução de custos. O mesmo é dizer que no entendimento ministerial a RTP Açores deve exercitar uma absurda redução de custos nos seus orçamentos presentes e futuros.

Este tardio amor pela equidade, face ao histórico recente de abandono e escandaloso desinvestimento, na RTP Açores, é tão razoável como receitar dieta as vítimas da fome do terceiro mundo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Vamos esperançosamente confiar que da prometida e próxima visita do ministro Poiares Maduro aos Açores, resulte um saudável choque com a realidade e que dessa constatação resultem medidas designadamente ao nível da dotação financeira, minimamente coerentes com a atual realidade.

Nesta matéria é a afirmação política que prevalece, na exigência, justa e legítima, daquilo que nos é devido, e que a república deve sustentar.

Este grupo parlamentar, e estamos certos o Governo dos Açores que apoiamos, continuarão firmes e intransigentes na defesa do serviço público de rádio e televisão nos Açores, instrumento essencial na consolidação no conhecimento, reconhecimento e coesão da identidade e união Açorianas.

É nesse contexto que sublinhamos a reiterada atenção do governo dos Açores, mais uma vez justamente expressa no plano de investimentos para 2014, com as Comunidades Açorianas espalhadas pelo mundo.

Efetivamente há todo um conjunto de ações de presença, sensibilização, difusão cultural e apoio ao regressado que significa uma aposta firme e continuada na reafirmação da identidade Açoriana.

Presidente: Tem que terminar Sr. Deputado.

O Orador: Elemento fundamental dessa aposta é a vitalidade espontânea das muitas Casas dos Açores da diáspora e que constituem uma natural e preciosa ponte entre a região e as comunidades Açorianas.

Estamos certos que o governo dos Açores aproveitará da melhor forma a importância e a vitalidade das nossas comunidades e das suas instituições para também prosseguir uma estratégia de diplomacia económica a favor da nossa região, e consideramos estar em boas condições para que essa estratégia produza a médio prazo os seus frutos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Face ao atrás exposto, estamos por isso convictos, que nas áreas aqui referidas, o Governo dos Açores fez as opções firmes e determinadas que lhe competia, e com a nossa aprovação, teremos com certeza tempos de maior prosperidade económica e melhor justiça social.

Disse

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não propriamente para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Berto Messias (PS): Ele não pode falar!

O Orador: Desta vez é o PS que não pode falar, portanto não lhe vou pedir nenhum esclarecimento, mas antes pelo contrário para lhe dizer que concordo com algumas das questões que o Sr. Deputado levantou, nomeadamente no que tem sido o papel deste Parlamento na fiscalização e na propositura muitas vezes e lembro, naturalmente, porque não teve tempo de referir na sua intervenção, que por proposta do CDS foi criado aqui um grupo de trabalho para estudar o serviço de áudio visual nos Açores, que é premente mas agora Sr. Deputado, eu insisto, nós não podemos alijar as nossas responsabilidades.

A responsabilidade primeira pelo serviço público é do Estado, é do Governo da República. Isso deve ser assim.

A defesa do papel da RTP Açores, na coesão social e territorial dos Açores, é desta Casa, é nossa, é da democracia.

Isso nós devemos fiscalizar todos os dias, todos os meses e todos os anos, a qualidade do serviço público prestado nos Açores.

A RTP Açores só será uma mais-valia, só será uma diferenciação positiva quando definitivamente for digna de ganhar o nome Açores (RTP Açores), porque é isso que a distingue da RTP S.A.

O erro foi um erro de nascença. Foi querer criar nos Açores uma RTP à semelhança da RTP nacional. Esse foi o erro. “Pariu-se” uma má RTP. Foi querer criar nos Açores uma RTP continental para um território insular, para um território arquipelágico, disperso e descontínuo.

Julgo que ainda vamos a tempo de corrigir esse erro, mas para isso também é preciso que estejamos todos unidos e acabe de uma vez por todas as ingerências político-partidárias no Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Para a última intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente uma palavra para a Diáspora, duas para a Cultura e três para a Comunicação Social na apreciação setorial do Plano de 2014.

Para as **COMUNIDADES AÇORIANAS**, este Plano não traz nada de novo.

Nas opções, o Plano afirma uma continuidade preguiçosa.

Mantém as mesmas ações, os mesmos projetos e os mesmos programas de 2009, de 2004 e até de 1999. Não há novidade digna de registo desde a organização do “Congresso das Comunidades Açorianas”, que terminou em 1995, ou desde a implementação do “Conselho Mundial das Casas dos Açores”, que começou em 1997.

Este é um plano sem inovação.

Nas dotações, o Plano confirma um desinvestimento incoerente.

Em “Identidade Cultural”, o investimento era de 800.000 euros há 15 anos, 900.000 euros há 10 anos e 1 milhão de euros há 5 anos. Mas caiu para 300.000 euros, com este governo, no Plano de 2013 e no Plano de 2014. Parece um problema de dupla personalidade. O governo que garante, no seu programa, que “**reforçará a cooperação** com as comunidades açorianas” é o mesmo governo que regista, no seu plano, um **desinvestimento de 70%**.

Este é um plano sem ambição.

A Diáspora Açoriana merece mais.

É preciso consolidar a nossa identidade cultural lá fora. Com inovação e com ambição.

E é preciso exercitar a nossa dinâmica cultural cá dentro. Com estratégia e com responsabilidade.

Deputado André Bradford (PS): Isso é tudo muito bonito mesmo, mas propostas, nada!

O Orador: A **CULTURA** oficial nos Açores gasta muito e anda pouco.

Três grandes obras nas três maiores cidades confirmam a tendência para uma política de “mãos largas” a “passo de caracol”.

Na Ribeira Grande, o **Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas** foi anunciado para 2010 mas só em maio de 2011 é que foi adjudicado. Custava 12 milhões de euros e terminaria no primeiro semestre de 2013.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Afinal, não só ainda não está concluído como já sofreu uma derrapagem financeira de quase meio milhão de euros.

Deputados António Ventura e Claudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Em Angra do Heroísmo, a nova **Biblioteca Pública e Arquivo Regional** foi anunciada em 1997 mas só foi iniciada em 2009, com 12 anos de atraso. Começou com um orçamento de 13 milhões de euros mas já registou 5 derrapagens financeiras, incluindo trabalhos a mais de quase 2 milhões de euros. Como se não bastasse, a obra está estagnada, inacabada e degradada, há mais de um ano.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Em Ponta Delgada, o núcleo sede do **Museu Carlos Machado** no Convento de Santo André está encerrado ao público há mais de 2.500 dias para obras que, afinal, nem sequer se vão realizar.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É uma vergonha!

O Orador: Pelo caminho, foram pagos prémios de 100.000 euros aos cinco concorrentes e o último projeto foi adjudicado por 400.000 euros para coisa nenhuma. Como se não bastasse, o governo está agora a gastar mais de 50.000 euros para remediar a degradação do edifício que resulta simplesmente do facto do governo o ter fechado há mais de 7 anos!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muto bem!

O Orador: Esta **política de cultura** ilustra uma **cultura política** de gastar, gastar muito, gastar mais do que previsto e não cumprir os prazos estabelecidos nem cumprir os compromissos assumidos.

Quando há tantas pessoas com tantas dificuldades, custa tanto assistir a tanto desperdício de tempo e dinheiro...

Deputado Claudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs:

A Diáspora e a Cultura formam um triângulo virtuoso com a Comunicação.

A **COMUNICAÇÃO SOCIAL** dos Açores, pública e privada, precisa e merece respostas capazes de vencer as suas dificuldades para cumprir as suas responsabilidades.

O serviço público de rádio e televisão é mesmo indispensável nos Açores. Por ser estruturante e por ser estratégico.

Estruturante, porque reúne as ilhas na consciência de região como causa e efeito do desenvolvimento regional.

Estratégico, porque afirma a nossa realidade no território nacional e projeta a nossa identidade na diáspora transatlântica.

Mas o serviço público de rádio e televisão, tal como hoje é prestado nos Açores, não satisfaz. Tem constrangimento e sofre desinvestimento.

Tem um constrangimento próprio da falta de autonomia de decisão administrativa e financeira que condiciona a capacidade de gestão operacional e, portanto, editorial.

Deputado André Bradford (PS): Principal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Principal, foi o que o senhor acabou de dizer?

O Orador: Sofre um desinvestimento responsável por instalações desadequadas, equipamentos desatualizados, profissionais desajustados.

As coisas não podem continuar como estão.

É preciso refundar o serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Em primeiro lugar, importa assumir a sua **missão estratégica**.

- Deve produzir e emitir informação e programas sobre todas as ilhas e para todas as ilhas, através de canais próprios de rádio e de televisão.
- Deve contribuir para melhor integração e maior promoção dos Açores no território nacional, designadamente através da produção de conteúdos para todos os canais do Grupo RTP.
- Deve assegurar uma permanente ligação nos dois sentidos entre os Açores e a diáspora açoriana, seja disponibilizando o seu sinal nos

Estados Unidos e no Canadá, seja recebendo conteúdos e investimentos oriundos das nossas comunidades.

Em segundo lugar, impõe-se garantir o **modelo operacional**.

- Deve estar sediado na Região Autónoma dos Açores.
- Deve ter estruturas modernizadas em S. Miguel, na Terceira e no Faial.
- Deve contar com meios adequados em Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Corvo.

Em terceiro lugar, convém definir a **estrutura empresarial**.

- Deve ser constituída uma entidade autónoma, com enquadramento constitucional, participada pelo Estado e pela Região, associada ao Grupo RTP.
- Deve ser considerada como principal participação da Região a Contribuição Audiovisual que já é cobrada nos Açores.
- Deve ter gestão partilhada regional/nacional e capacidade de aproveitamento dos programas operacionais da União Europeia para modernização indispensável e urgente dos seus meios técnicos e humanos.

O PSD/Açores tem a sua proposta para o futuro – de curto ou médio prazo – do serviço público de rádio e televisão na nossa Região, com a irrelevância própria de quem representa mais de 35 mil eleitores açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Seja ou não coincidente com o Governo Regional ou com o Governo da República, temos uma proposta e ela é coerente com o nosso programa eleitoral de governo.

Não se pode criticar a oposição por não apresentar propostas e criticar a oposição pelas propostas que apresenta.

Deputado André Bradford (PS): Ah pode-se, pode-se!

O Orador: Todos temos a obrigação de contribuir para uma solução de consenso em benefício de uma questão de regime.

E devemos fazê-lo com sentido de responsabilidade.

Uma coisa é defender a Autonomia. Outra coisa é fazer demagogia.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: O futuro do serviço público de rádio e televisão justifica e exige que todos se entendam.

Pela nossa parte, sobre esta matéria, não temos dúvidas.

Os Açores são a nossa certeza!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já disse muitas vezes que o que distingue o PSD do PS é muito pouco, é às vezes uma letra.

O que acabo de ouvir aqui, que a relevância dos 35 mil que votaram no PSD, acaba de dar razão, Sr. Deputado, ao PS, quando aqui contra nós nos demanda com a sua maioria absoluta musculada.

Se a maioria tem sempre razão, os 35 têm sempre razão, a conclusão é que todos nós temos sempre razão. É uma questão de escala e de dimensão, Sr. Deputado José Andrade.

Depois eu gostaria que me explicasse, acho que não percebi bem. O PSD defende uma RTP Açores com uma sede em Ponta Delgada e uma delegação na Terceira e outra no Faial?

É essa a proposta de uma RTP autonómica, de uma RTP açoriana, de uma RTP que sirva os Açores, de uma RTP com capacidade editorial distinta, de uma

RTP plural, de uma RTP verdadeiramente açoriana? Que tenha uma sede numa ilha e delegações nas outras? É isso que o PSD defende?

Sr. Deputado José Andrade, recorde-lhe o passado. Esse foi o erro de nascença, foi o pecado original cometido pelo PSD, encapotado estes anos todos e que o senhor agora aqui vem assumir, como deva ser esse o futuro da RTP Açores.

Lamentamos profundamente que seja essa a posição que o PSD-Açores tem e fica também a conclusão que ao fim destes anos todos se assumiram tendo desviado para onde devia estar a RTP Açores, que a desviaram para onde não devia estar e querem novamente corrigir a história e voltar escrever a história.

Lamento profundamente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para me limitar a repetir duas frases que disse na minha intervenção e que respondem cabalmente à dúvida do Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então percebi mal!

O Orador: “Deve estar sedeadado na Região Autónoma dos Açores.

Deve ter estruturas modernizadas em S. Miguel, na Terceira e no Faial”.

Tenho dito

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Não há mais inscrições e também não temos mais intervenções.

Vamos encerrar os nossos trabalhos.

Regressamos às 17 horas com as intervenções finais.

(Eram 16 horas e 21 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados agradeço que ocupem os vossos lugares.

(Eram 17 horas e 07 minutos)

Vamos recomeçar os nossos trabalhos com as intervenções finais.

Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a viver momentos verdadeiramente históricos. Momentos históricos na medida em que a nossa organização social e o nosso modo de vida estão a ser colocados em causa de uma forma muito violenta.

Existe uma enorme pressão da conjuntura e das mãos invisíveis, e nada limpas, do mercado para que nada fique como antes. Para que não fique pedra sobre pedra de um sistema social tendencialmente mais igualitário, solidário e justo.

Ninguém contestou, nos últimos anos, o paradigma da História linear. O progresso irreversível das condições de vida de todos. A ideia – a convicção – de que nós vivemos melhor que os nossos pais e avós e que os nossos filhos e netos lograriam superar a nossa qualidade de vida.

Por tudo isto – por culpa desta ilusão – estes são tempos tão difíceis de enfrentar. É como se tudo isto não fosse mais que um pesadelo. Um sonho terrível de uma noite mal dormida. É difícil enfrentar uma realidade que supera as piores perspetivas dos Velhos do Restelo, que habitam em cada um de nós.

Nenhum de nós está verdadeiramente preparado para abandonar o futuro. A esperança em dias melhores e redentores. É por isso que a religião constitui a mais persistente manifestação humana. Todos estamos prontos para abdicar do presente, desde que nos garantam o futuro.

Mas é precisamente esse futuro que nos é negado pelos profetas do neoliberalismo. O nosso e o dos nossos filhos e netos. E até o futuro de quem já o tinha começado a viver: o dos pensionistas e reformados.

Meus senhores! O futuro da sociedade neoliberal é a escravatura dos trabalhadores e a construção de uma sociedade com apenas duas classes: a dos

que sobrevivem e a dos poucos privilegiados que vivem grandes tempos à custa do futuro de todos os outros.

Nestas circunstâncias, a nossa resposta é cerrar fileiras ao lado de todos aqueles que não abdicam da sobrevivência de uma sociedade solidária. De uma sociedade na qual é proporcionada uma educação pública gratuita a todas as crianças e jovens dos Açores.

Uma educação que dote os nossos jovens de conhecimentos, competências e valores humanistas. Uma educação que seja sinónimo de igualdade de oportunidades. Uma educação que permita que todos, à custa do trabalho e da superação, possam vir a ser aquilo que um dia sonharam ser. Uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

Este Orçamento e este Plano garantem esse princípio. Um princípio que para nós é sagrado e intocável.

Temos, no entanto, um enorme desafio para superar na área da educação: arrancar as nossas escolas e os nossos alunos dos últimos lugares das listas de classificações obtidas nas provas e exames nacionais.

Eu não aceito para os alunos açorianos um rótulo destes. Eu não aceito esta fatalidade.

Temos, todos nós, desde o Governo Regional, aos deputados da oposição, às famílias, aos alunos e aos professores, de alterar esta situação. Cabe à escola pública derrotar o fatalismo do neoliberalismo que postula que não é possível alterar a realidade social subjacente aos maus resultados escolares. É uma ideia perigosa, na medida em que a conclusão de que as escolas não conseguem derrubar circunstâncias sociais e familiares adversas, convida ao desinvestimento no sistema educativo público. Nada vale a pena fazer, na medida em que nada pode ser alterado.

Isto é falso! É possível melhorar, e muito. É possível através da dedicação sem limites dos professores e das escolas. Cada professor tem uma batalha a vencer. Cada aluno – todos os alunos – têm de ser transformados num caso de sucesso. É por isso que o PPM propõe a criação de um programa de tutorias escolares, que permita a dedicação exclusiva do sistema educativo a cada aluno em

particular. Que permita que o professor-tutor esteja por perto e solidário nas dificuldades. Que motive a melhoria e o sucesso. Que sonhe ao lado do aluno e partilhe as suas dificuldades. Que se entusiasme com o seu progresso.

O sucesso de muitos, individualmente considerados, significará, certamente, a vitória e a superação de todos nós.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

É o Estado Social que aqui se defende! O Orçamento e o Plano é o maior de todos os instrumentos ideológicos. Nele se estabelecem prioridades reais e escolhas que assinalam presenças e ausências. Temos de redistribuir de forma justa aquilo que é de todos e no âmbito desse processo não matar a galinha dos ovos de ouro. De nada nos serve dar tudo hoje e não ter nada para dar amanhã. É por isso que ao lado do Estado Social deve estar a preocupação em reunir recursos económicos e desenvolver estratégias que promovam o crescimento económico.

Para que este crescimento económico seja possível, é necessário que as empresas criem emprego e que todos os setores de atividade potenciem a sua capacidade de criar riqueza. Para ajudar nesse processo temos de criar as infraestruturas adequadas, instalar de forma racional todas as redes de mobilidade interna, desenvolver instrumentos fiscais justos e adequados e apoiar, também de forma justa e transparente, a capacidade empreendedora de todos os que desenvolvem projetos e atividades económicas viáveis.

No caso dos Açores, dada a nossa limitada capacidade de exportação, é necessário começar por potenciar o nosso mercado interno.

Unificando-o de ponto de vista espacial – através do desenvolvimento de boas ligações marítimas e aéreas –, mas também protegendo o poder de compra dos açorianos. É por isso que apoio a compensação regional de todos os cortes nos vencimentos das pessoas e a limitação da carga fiscal ao mínimo justo, funcional e legal.

Nenhuma economia funciona se as pessoas não tiverem dinheiro para adquirir os bens produzidos. Tudo isto constitui uma verdade universal, mas é ainda mais inquestionável nos Açores. Destruir os rendimentos das pessoas em ilhas

com uma dimensão demográfica reduzida é condenar grande parte do tecido empresarial local à completa destruição. A economia dos Açores não pode trilhar esse caminho.

Esta última premissa transporta-nos para a questão autonómica. A pergunta é: temos ou não o direito de efetuar escolhas diferentes e decidir de forma diferente nos Açores. Os órgãos de governo próprio dos Açores têm ou não legitimidade democrática, constitucional e as que resultam do direito natural dos povos para decidir de forma diferente de Lisboa? Temos, ou não, essa faculdade?

A minha resposta é sim, temos! Temos mesmo que os outros achem que não temos. Temos! Temos de ter!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Em Lisboa, este e outros governos – olhando através das suas secretárias voltadas para o Tejo majestoso de onde partiram as naus que conquistaram o mundo – ainda pensam, ainda agem, como se fossem a cabeça de um império. Uma cabeça que perdeu o corpo e quase todos os seus membros, mas que ainda mantem os hábitos e os trejeitos de um império que durou quase seis séculos.

O império sempre negligenciou as periferias e as deixou à sua sorte nos momentos de dificuldade. Mesmo assim, as periferias portuguesas sempre resistiram e sobreviveram. Habitaram-se a resolver os seus problemas na ausência do Estado.

Hoje, nos Açores, o Estado, novamente em dificuldades, porta-se como sempre se portou. Fragilizou a nossa Universidade até ao limite do suportável. Não protege e fiscaliza, convenientemente, o mar dos Açores.

Negligenciou gravemente a RTP/Açores. Diminuiu, de forma inaceitável, o dispositivo policial e os mecanismos de segurança coletiva. Aumentou, duplamente, a carga fiscal nos Açores por via do aumento nacional dos impostos, facto que a diminuição do diferencial fiscal açoriano irá agravar muito significativamente. Diminuiu as transferências do Orçamento de Estado e vulnerabilizou, de uma forma geral, as funções do Estado nos Açores.

Nada disto é novo e nada disto pode ser atribuído a um partido específico. O mal é geral e atravessa todo o espaço partidário português.

Como se tudo isto não bastasse, o Estado nomeou um embaixador do centralismo, que aqui exerce as funções de Representante da República.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Termina já Sra. Presidente.

Trata-se de uma espécie de inquisidor-mor. Um personagem político não eleito, não representativo e de nula legitimidade democrática.

Uma figura que só aqui está para assegurar que a vontade de Lisboa prevalece e que a nossa Autonomia obedece, a bem ou a mal. Foi assim na questão das 35 horas e também na questão da jurisdição e exploração do mar dos Açores. Também será assim – não é difícil perspetivar – em todas as questões sociais em que o Parlamento Açoriano decida e legisle no sentido de criar mecanismos de compensação social.

Meus senhores! Nada disto é admissível. Temos de preparar-nos para dar o bom combate. Os açorianos não aceitarão um retrocesso no processo autonómico. Por nós, Partido Popular Monárquico, a corda não se parte. Estamos prontos para ir tão longe quanto for necessário.

Por tudo isto, o PPM insiste na adoção de fortes medidas de promoção da identidade açoriana. Na criação da disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores, na criação de seleções desportivas próprias, na criação de um domínio de primeiro nível na internet, na defesa e divulgação dos falares dos Açores, na proteção do património cultural imaterial dos Açores e muitos outros projetos desta natureza e com estes fins.

Os Açores já não são uma pequena parte deste país. As nossas áreas terrestres e marítimas representam cerca de 60% do total da área sob soberania ou jurisdição nacional, tendo em conta o projeto de alargamento da Plataforma Continental entregue na ONU. Representamos muito do futuro e da esperança deste país. Seremos solidários, como sempre fomos, mas os Açores têm de assegurar uma parte justa de todo este potencial e da sua respetiva gestão.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

O Governo Regional anunciou predisposição para encontrar convergências e dialogar com as diversas oposições.

Presidente: Tem de terminar Sr. Deputado.

O Orador: Da parte do PPM, a nossa predisposição para o diálogo é total. A nossa prioridade política centra-se no combate aos mostrengos neoliberais e centralistas.

Neste contexto de particular gravidade para a Autonomia Açoriana, o PPM privilegia a unidade autonómica e uma demonstração de força dos mecanismos de autogoverno dos Açores.

Conseguimos encontrar espaços de convergência política suficientes no Plano e Orçamento, para que nos seja possível anunciar, pela primeira vez na nossa História Parlamentar, a abstenção no Orçamento e a votação favorável do Plano.

O PPM diz, desta forma, presente na batalha que é necessário travar contra as correntes neoliberais que querem destruir o Estado Social e fragilizar o processo autonómico. Este é o sentido último do nosso voto.

Disse!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Assistimos, ao longo destes três dias, a um debate morno e com escassas novidades, com os membros do Governo sonolentemente a repetirem, com cada vez menos entusiasmo, as mesmas promessas adiadas e os velhos projetos suspensos ou atrasados, perante o quase silêncio das bancadas da oposição; uma delas, com horas de tempo à sua disposição mas com pouco ou nada para retorquir ou questionar, enquanto as outras, com muito para dizer, mas amordaçados por imposição regimental e pela vontade política da maioria, como foi o nosso caso.

E foi assim, sobretudo porque este Plano e este Orçamento representam apenas uma coisa: a continuação da mesma política que não conseguiu, ao fim de 39 anos de Autonomia, resolver nem um dos nossos problemas estruturais.

Baixas qualificações, baixos rendimentos, desertificação, falta de coesão regional, desemprego elevado, pobreza, dependência externa, escassa diversificação da economia, baixo valor acrescentado eram alguns dos nossos principais problemas há 30 anos atrás e continuam a sê-lo.

Progressos? Sem dúvida que houve – e estranho seria que não tivesse havido, dados os níveis de financiamento que a Região teve ao seu dispor nas últimas décadas. Mas o facto, comprovado a cada passo é que os muitos milhões de euros investidos nos Açores nos últimos anos não foram direcionados nem para resolver os défices estruturais da nossa economia, nem para melhorar os rendimentos dos açorianos, mas sim para alimentar as diversas clientelas políticas e para as grandes obras, por vezes de utilidade duvidosa, projetadas para trazer ganhos políticos e eleitorais e não para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das açorianas e açorianos

Em vez de transformar e romper com modelos de desenvolvimento falidos, o Governo Regional prefere antes mudar as palavras para tons mais cor-de-rosa, é mais prático, mais barato e, sobretudo para manter a sua fidelidade dogmática aos mercados e à terceira via.

Por exemplo, ficámos a saber que já não há desemprego nos Açores! Agora há “aumento da população ativa”! Também já não há baixos salários, há “remunerações competitivas”! No mundo de fantasia, em tons de rosa desbotado, que nos foi sendo servido em desinspiradas intervenções pelos membros do governo e pelos deputados maioria, todas as dificuldades – se é que existem – vêm de fora, porque por cá só se fazem maravilhas de governação.

As dificuldades dos açorianos, os problemas da Região, esses, continuam e as opções políticas não passam de meros paliativos, como mostram os documentos que discutimos, falta como durante o debate referi, um rasgo de coragem

construir um novo paradigma de desenvolvimento para os Açores. Um modelo que atenda às nossas especificidades mas, sobretudo, às nossas potencialidades. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foram três dias longos e de pouco interesse, pois as respostas que os açorianos esperavam não se ouviram neste hemiciclo.

Mas essas respostas existem. E mesmo que nos continuem a limitar a palavra, não deixaremos de o mostrar, com atos e propostas concretas.

É possível reduzir os custos da eletricidade, bastando para isso que os dividendos da EDA revertam para os seus principais acionistas, as açorianas e os açorianos, para as empresas, para o setor cooperativo, enfim para apoiar a economia regional.

É possível aumentar o Complemento Regional de Pensão para os 60 Euros, é possível aumentar, em 10%, o Abono de Família, é possível aumentar em 3% a Remuneração Complementar e, simultaneamente repor os cortes salariais aos trabalhadores da Administração Pública Regional através da Remuneração Compensatória, alargando-a a todos os níveis remuneratórios, ou seja, fazendo outras opções orçamentais e entendendo que o dinheiro que se põe na mão das açorianas e açorianos acrescenta diretamente dinamismo à economia regional.

É possível acabar com as injustas taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde, criar extensões de saúde nas Lajes das Flores ou em Ponta Garça, instituir a distribuição gratuita dos manuais escolares e reforçar as verbas par o apoio social, se entendermos que sem solidariedade não há desenvolvimento e que a generosidade do Governo tem de valer mais do que 1 Euro por mês!

É possível direcionar os nossos recursos para desenvolver a nossa produção e dinamizar o nosso mercado interno, por exemplo construindo a nova fábrica da SINAGA, criando uma ligação marítima regular entre São Miguel e Santa Maria, reforçando o apoio ao sector vinícola, criando condições para o escoamento do coelho bravo, reabrindo o fumeiro de Santo Antão em São Jorge, reabilitando a sede da Adega Cooperativa da Graciosa, melhorando o

porto de pescas da Ribeira Quente ou criando um espaço para empresas para pequenas reparações navais na cidade da Horta.

Os meios existem, as nossas propostas provam-no. O que falta é a vontade política, o que falta é uma visão diferente e um modelo de desenvolvimento sustentável para o futuro dos Açores.

Mas nada é como era dantes. As dificuldades dos açorianos agravam-se de dia para dia, enquanto se esboroa a base social de apoio a este governo e a esta política. Estamos perante um Plano e Orçamento onde não se vislumbra uma nova Via Açoriana para o Desenvolvimento, antes se constata que o caminho continua a ser uma vereda, um atalho, um atalho para o continuado empobrecimento das famílias açorianas, um atalho para a ruína de micro, pequenos e médios empresários.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para terminar esta, que será a última intervenção da Representação do Parlamentar do PCP neste debate, na generalidade, das propostas de Orçamento e Plano para 2014, quero deixar uma palavra de esperança às açorianas e açorianos ainda que para isso tenha de me socorrer das palavras de José Saramago, citando os dois últimos versos do poema “Não me Peçam Razões...”

(...)

Quando a noite é de mais é que amanhece

A cor de primavera que há-de vir.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na discussão deste Plano e Orçamento, foi este Parlamento brindado com uma concepção singular - por parte do Senhor Presidente do Governo Regional - sobre o papel das oposições.

Oposições, aparentemente, 'descartáveis', caso não alinhem na lógica política do Governo, detentor de uma maioria absoluta de suporte.

É uma concepção arredia do mais elementar conceito básico da democracia parlamentar e representativa.

No entanto, não queremos acreditar que a suspensão da democracia parlamentar - por seis meses ou (quem sabe?) por um ano - sejam práticas que não incomodem o Presidente do Governo Regional dos Açores.

Independentemente das suas concepções sobre democracia e estatuto da oposição, o Bloco de Esquerda quer assumir, aqui, que da mesma maneira que respeita (de forma integral) o veredicto do povo Açoriano, nas eleições, não abdica, nem abdicará nunca, da sua independência política, acção e poder de propositura que os/as eleitores/as entenderam atribuir-lhe agora ou noutra oportunidade.

Estão, hoje, os/as Açorianos/as - como todos os portugueses - sujeitos a uma extorsão e chantagem inigualável, nos tempos da democracia.

A chantagem da dívida é o instrumento para atacar salários, direitos sociais e do trabalho, empobrecer os trabalhadores, atacar os serviços públicos (como a saúde e educação), por forma a manter as taxas de lucro e a acumulação de capital do sector financeiro.

Mas o golpe final desta estratégia é a mudança de regime, a qual passa pelo ataque à Constituição Portuguesa. Este plano, executado a régua e esquadro pelo governo da República PSD/CDS, está a lançar o País e os/as portugueses/as de todas as regiões, num caos económico e social que lança todo o país, para uma situação de autêntica emergência social, a qual os Açores sofrem, como o todo nacional.

Hoje, defender o país, os portugueses e as portuguesas, impõe, de forma urgente, a demissão do governo PSD/CDS.

Todos/as sabemos que não está ao alcance do Governo Regional impedir esta tragédia da governação da República. Mas cabe ao Governo Regional ser aquilo a que se comprometeu, nas últimas eleições regionais: - ser uma barreira às políticas nefastas do governo da República. Infelizmente, o Governo Regional

do Partido Socialista não tem sido uma 'barreira' mas, antes, uma 'rede' contra as políticas do governo PSD/CDS.

Após a entrada em funções do actual Governo Regional, o desemprego, na Região, aumentou em flecha e passou para a taxa de 17,7%, sendo a sua velocidade de crescimento a maior do país. A pobreza – como reportam as instituições de solidariedade social, grupo de voluntários, Cáritas e a própria Igreja –, aumentam a olhos vistos por toda a Região e o desemprego jovem atinge a cifra de 43%.

Estamos perante uma autêntica situação de emergência social.

Mas o que propõe o Governo Regional, neste Orçamento? Nada mais, nada menos, do que a continuação das políticas, das prioridades e das acções que tem defendido até aqui, as mesmas que, em vez de abrandarem o caos social, o têm aumentado.

Este Orçamento não responde às pessoas que sofrem, nem à economia da Região.

São precisas acções imediatas que combatam, de forma rápida, o desemprego. Para isso, urge um plano sério e bem orçamentado de Reabilitação Urbana de espaços públicos e reabilitação urbana privada. Contudo, para além da propaganda, em campanha eleitoral, neste Orçamento, nada vimos.

O Bloco de Esquerda propôs medidas e financiamento concretos para estas duas áreas, mas o silêncio foi a regra.

Continuar a dar apoios às empresas que têm problemas, que continuam na mesma situação porque não têm quem compre os seus produtos e serviços, é errado.

As empresas precisam de quem compre os seus produtos e serviços. Para isso, medidas como o aumento de salário mínimo regional, em 10 euros, ou o aumento do complemento regional das pensões, em 15 euros, seriam um significativo contributo, contudo, negado.

Para além da pobreza estrutural existente, na nossa região, cada vez mais sectores caem nela, mesmo pessoas da chamada 'classe média', por via do

desemprego, do fim dos subsídios de desemprego e de outros apoios sociais estão em situações de extrema dificuldade.

Propusemos a criação do Rendimento Social dos Açores, de forma complementar ou supletiva do rendimento social de inserção existente a nível nacional que o actual governo da república tem vindo a cortar de forma drástica.

Quem por via da crise é lançado no desemprego e sem quaisquer apoios sociais merece que a sua vida tenha o mínimo de dignidade e não passe a viver do assistencialismo. Infelizmente, apesar da simpatia como esta medida foi acolhida pela detentora da pasta da solidariedade social, não foi aceite.

A razão é simples e dita pela boca da secretária: o governo regional não pode promover novos complementos.

Ficámos todos a saber pela voz de um membro do Governo regional, aquilo que este mesmo governo tem negado sistematicamente.

Afinal, a hipoteca da Autonomia é uma realidade. O memorando assinado entre o governo regional e o da República impõe restrições à Autonomia, facto por nós sempre denunciado e constantemente negado pelo Partido Socialista e seu governo.

Nada disto abona em defesa do Partido socialista e seu governo.

Mas este governo que continua a negar ter dinheiro para aplicar medidas anticíclicas sérias para combater o desemprego coloca neste orçamento 31 milhões para pagar as parcerias público-privadas.

Recusa-se a renegociar esta renda para os poderosos e mesmo a aceitar a proposta do Bloco de passar estes contratos a pente fino, por uma comissão técnica independente, particularmente o apuramento das rentabilidades pagas aos consórcios.

Contudo em matéria de negócios pouco claros e transparentes a porfia do governo regional não fica por aqui. A saga das derrapagens nas obras públicas, forma de transferência de dinheiros públicos sem controle para bolsos privados. O pouco claro negócio da ASTA e o ainda mais complicado negócio das

energias renováveis, contrastam de forma evidente com a penúria de recursos para combater o desemprego e a pobreza.

Com os Socialistas para os poderosos há sempre dinheiro.

Mas este orçamento marca o ano em que os açorianos e açorianas, em cima de todas as dificuldades, são vítimas de um saque fiscal sem precedentes.

Para além do aumento brutal de impostos do ano passado que se mantém, somos duplamente roubados com a diminuição do diferencial fiscal em 10%.

Mais 10% em impostos é quanto o Governo da República nos impõe. Mas aqui a culpa não fica solteira.

O Partido Socialista dos Açores assim como todos os partidos do arco da governação como tanto gostam de se intitular numa primeira fase há dois anos e meio apoiaram. Cedo o Partido Socialista começou a minimizar as medidas dizendo que a alteração da lei das finanças regionais era só em aspectos normativos e só depois se mostrou contra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso não é verdade, Sra. Deputada!

A Oradora: A razão é simples, há dois anos e meio quem estava no governo era o camarada José Sócrates, era preciso defendê-lo, mas então a apregoada frase dos “Açores primeiro”.

Presidente: Agradeço que termine Sra. Deputada.

A Oradora: Termina já Sra. Presidente.

PS e PSD enchem a boca a dizer que primeiro estão os Açores, mas passam horas de debate a atacar e defender cada qual os seus respectivos governos da República.

A farsa da lei das finanças regionais é o exemplo do que acabo de dizer.

Este orçamento não serve pois os Açores e fundamentalmente as pessoas dos Açores, este orçamento consagra políticas e práticas contrárias aos interesses dos Açores.

A melhor prova de que não serve é nos dito pelo próprio vice-presidente.

Segundo este governante, as políticas do governo regional são aprovadas pela União Europeia: segundo ele, esta entidade diz que os Açores estão no bom caminho.

Este mesmo governante açoriano desdobra-se em declarações, afirmando que a política da União Europeia é errada e contrária aos interesses de Portugal e tem razão.

Perante isto, mais palavras para quê?

Disse.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Debatemos nos últimos dias as propostas do Governo Regional de Plano e Orçamento para 2014. Não são documentos maravilhosos; têm carências de investimento; em muitas áreas promovem apenas a continuidade das políticas socialistas; o Plano e Orçamento para 2014 precisa de melhorias.

Nesse sentido, há três dias atrás, lancei um repto ao Sr. Presidente do Governo para que se abrisse ao diálogo, na busca de um consenso alargado para fazer frente à maior crise económica e social da era autonómica.

Registamos, com satisfação, a disponibilidade do Sr. Presidente do Governo para percorrer esse caminho. Saberemos por isso dar a resposta na votação dos documentos aqui presentes.

Mas registamos também a insistência – diria até teimosia – com que alguns membros do Governo persistem em opções que não são boas e, por isso, penalizam os Açorianos.

Falo, por exemplo, da forma como não são geridas as listas de espera cirúrgicas (apesar da existência de uma medida do CDS-PP aprovada por unanimidade – o Vale Saúde) e da forma indigna como uma boa medida de apoio social, também proposta pelo CDS-PP e aprovada por unanimidade – o regime de empréstimo de manuais escolares – está sendo sabotada.

A estes Srs. Secretários Regionais não posso deixar de lembrar que os pequenos actos que se praticam são melhores que todos os grandes que se planeiam.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2014 é debatido num contexto de profunda crise: crise económica, financeira e social.

Deixem-me recordar: Portugal faliu! O Portugal das baixas psicológicas; o Portugal dos direitos adquiridos para sempre; o Portugal das fugas fiscais; o Portugal das reformas antecipadas; o Portugal dos subsídios para tudo e mais alguma coisa; o Portugal dos salários iguais para os que trabalham e para os que preguiçam... esse Portugal não é mais sustentável e os Açores não podem trilhar caminhos semelhantes...

Podemos discutir, discordar, opormo-nos às condições do resgate que nos foi imposto e à sua gestão por parte do actual Governo da República.

Mas não podemos, se formos sérios, esquecer o essencial: se fomos resgatados, é porque fomos à falência; e, se fomos à falência, é porque não produzimos riqueza para sustentar o modo de vida que tínhamos.

Se alguém conhece uma alternativa mágica, em que se possa ter professores sem alunos, auto-estradas sem carros, reformas sem dinheiro para as pagar, acumulando dívida a juros altíssimos para as próximas gerações pagarem, então que o diga. Mas que o faça sem recorrer ao populismo fácil ou à demagogia barata.

Todos sabemos quem foram os responsáveis pela falência do País.

O problema chama-se crise; a crise que a falência nos trouxe.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que o CDS-PP vai propor no âmbito deste Plano e Orçamento é simples na sua aplicação, mas significativa e com um forte impacto social.

Vejamos: há cerca de quatro centenas de jovens estudantes da Universidade dos Açores com propinas em atraso. O Grupo Parlamentar do CDS-PP, sensível a esse drama familiar, propõe um apoio extraordinário aos estudantes universitários com propinas em atraso.

Destina-se aos jovens cujos pais ou encarregados de educação estejam, ambos, desempregados. Este programa é também aplicável aos alunos de famílias monoparentais em que o pai ou a mãe estejam desempregados.

Por outro lado, importa combater as listas de espera cirúrgicas que nos envergonham a todos nos Hospitais regionais, pelo que propomos o reforço de um programa pioneiro – o Vale Saúde –, que o Governo Regional, incompreensivelmente tem teimado em não implementar. Esperemos mudança nesse sentido.

Nos últimos anos atiraram-se milhões, por nós aqui várias vezes referido, para cima das listas de espera que foram, alegadamente, utilizados nesse combate. Só que as listas de espera incompreensivelmente aumentaram!

É um paradoxo no qual não vale a pena insistir!

O Vale Saúde possibilita salvar os doentes dos lobbies instalados no Serviço Regional de Saúde para serem operados em unidades de saúde dos sectores social, cooperativo, privado ou mesmo noutros sistemas públicos de saúde.

O CDS-PP continua convencido que esta ainda é a melhor solução para terminar com as situações de sofrimento de milhares de Açorianos.

1. Outra medida de grande alcance social passa pela comparticipação da vacinação das nossas crianças contra a meningite pneumocócica. A vacina, que já fez parte dum excelente Plano Regional de Vacinação, e muito bem introduzida nos Açores, foi também incompreensivelmente retirada e desde então passou a ser integralmente suportada pelos pais, num custo superior a 250 euros.

O CDS-PP recomendou ao Governo (e o PS aceitou) a sua reintrodução no Plano Regional de Vacinação, pelo que agora é preciso dotar as unidades de saúde com as verbas suficientes para que as vacinas sejam comparticipadas com as regras aprovadas.

Investe-se na promoção da saúde e na prevenção da doença e apoiam-se as famílias Açorianas que ficam libertas de avultados encargos com a saúde dos seus filhos. A prevenção custa infinitamente menos do que a cura!

No campo da Educação, o CDS-PP não desiste do programa de empréstimo de manuais escolares gratuitos nas escolas da rede pública regional.

Esta é mais uma medida com extraordinário impacto social e económico nas nossas famílias, que foi criada por proposta do CDS-PP.

O empréstimo de manuais escolares gratuitos é para todos os alunos do sistema público, independentemente da sua situação económico-financeira.

Porém, o Sr. Secretário Regional da Educação restringiu a aplicação da medida apenas aos alunos da acção social escolar e, pior do que impedir que todos possam aceder ao programa, retira aos alunos de famílias mais pobres quase todo o escalão a que têm direito, por conta do empréstimo dos livros.

Assim, não abdicamos de repor a justiça numa medida que visa apoiar todas as famílias açorianas com educandos a frequentar o ensino regular obrigatório. Este não é um apoio social; este é um apoio que pode e deve ser para todos os alunos que a ele queiram recorrer, pois foi esta a génese da medida.

Também no capítulo da Educação, o CDS-PP não prescinde de propor ao Governo Regional que dê um apoio à Escola Profissional da Ilha de São Jorge, que vive com acentuados constrangimentos financeiros.

Este estabelecimento de ensino, para além da sua importância na formação técnico-profissional dos jovens Açorianos, é um pólo de dinamização da economia da ilha de São Jorge e do Concelho das Velas, em particular, pois tem mais de 300 alunos, muitos deles oriundos de outras ilhas da Região.

A proposta não tem qualquer fundamento político-partidário, nem surge agora porque a Câmara Municipal das Velas é liderada pelo CDS-PP. Já no ano passado, quando a Autarquia era gerida pelo PS, nós apresentamos uma proposta nesse sentido. O que está em causa não são os Partidos; o que está em causa é a economia de um Concelho e de uma Ilha; o que está em causa é o direito à formação e à igualdade de oportunidades dos nossos jovens. Somos coerentes!

Para o CDS a preservação da nossa história e cultura são fundamentais e podem trazer mais-valias para a nossa economia, nomeadamente na vertente do turismo. Por isso, propomos a inclusão de uma verba para a instalação, na Trinity House, do Núcleo Museológico de História dos Cabos Submarinos do Museu da Horta. É imprescindível que os nossos jovens e quem nos visita saiba que, aqui, no Faial, no centro do Atlântico, já fomos o centro do mundo das telecomunicações.

No âmbito da captação de investimentos produtivos e reprodutivos para a economia dos Açores, vamos propor um reforço na aposta em projectos empreendedores na área da aquicultura, defendendo que possam beneficiar da concessão de subsídios ou outras formas de apoio e também que os lucros desses investimentos beneficiem de dedução à colecta.

Com a profunda crise que nos assola é imperiosa a aposta em projectos dinâmicos, inovadores e geradores de postos de trabalho e riqueza.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para qualquer lado que olhemos, há trabalho que tem que ser feito. A nossa economia exige acção ousada, mas rápida. Há que agir, não apenas para criar novos empregos, mas para lançar as novas fundações do futuro; um novo modelo de desenvolvimento para os Açores.

É fundamental uma aposta firme na exploração dos nossos recursos endógenos para produção de energia, reduzindo a dependência externa e a criação de empregos altamente qualificados;

A agricultura tem que se modernizar para aumentar a produção alimentar e as nossas exportações;

É imperioso um forte incentivo à instalação de negócios vocacionados para as novas tecnologias e investigação científica;

O potencial do mar dos Açores tem que ter uma expressão significativa na economia; não pode ser apenas um canto de sereia;

Temos que fomentar a existência de um verdadeiro e forte mercado interno, seja através da circulação de mercadorias, mas também de pessoas;

Temos que, de uma vez por todas, valorizar os nossos activos geoestratégicos e geopolíticos e deles tirar dividendos...

Tudo isto sabemos fazer.

E tudo isto tem que ser feito!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Haverá sempre quem ponha em dúvida a escala das nossas ambições, quem insinue que a nossa dimensão não pode permitir muitos e grandes planos. Serão os mesmos de sempre; serão os que têm memória curta.

Os nossos desafios podem ser novos.

Os instrumentos de que dispomos para os enfrentar podem ser novos.

Mas os valores dos quais depende o nosso sucesso – trabalho árduo, honestidade, coragem, justiça, tolerância, curiosidade, lealdade e a nossa Açorianidade – são sempre os mesmos.

Os nossos valores devem ser a força tranquila do nosso progresso.

O que se exige de nós é uma nova era de responsabilidade – um reconhecimento, por parte de todos os Açorianos, de que fomos capazes e responsáveis para tirar os Açores da crise e a crise dos Açores.

Devemos isto aos Açorianos que nos elegeram, devemos isto à nossa Terra; devemos este legado aos nossos filhos e netos.

Não há nada tão compensador para o espírito, tão definidor do nosso carácter, como nos entregarmos inteiramente a uma tarefa difícil.

E perante esta tarefa difícil, o CDS-PP diz: presente!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores vivem hoje um momento decisivo na sua História Autonómica.

Nunca nestes quase quarenta anos de democracia açoriana conhecemos semelhantes dificuldades.

Os 21.545 açorianos que se encontram desempregados, os muitos milhares que frequentam programas ocupacionais ou de formação, os jovens que se sentem perdidos em programas de estágio prolongados no tempo, os dois terços de agregados familiares da Região que vivem com menos de 500 euros mensais precisam, com urgência, de soluções para as suas dificuldades.

Num tempo de desafios sem precedentes para a nossa Autonomia compete aos políticos dos Açores saber dialogar, conseguir encontrar consensos e chegar a soluções que tenham efeito na vida das pessoas.

Deputados Jorge Macedo e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os açorianos podem contar com o nosso trabalho determinado, podem contar com a Autonomia e podem contar com a social democracia açoriana para ajudar a encontrar esses consensos.

Como o PSD/Açores esclareceu atempadamente, temos muitas reservas em relação aos documentos aqui apresentados e duvidamos da eficácia de muitas das medidas aqui propostas pelo governo regional.

Consideramos, tal como a generalidade dos parceiros sociais dos Açores, que o Plano para 2014 não pode ser considerado de investimento quando está orientado para pagar muitas obras já feitas ou juros de obras por pagar.

O PSD/Açores aqui está, por isso, cumprindo aquele que é o seu dever como partido da oposição democrática.

Durante estes três dias, apresentamos propostas, debatemos e defendemos essas mesmas propostas na convicção de que elas melhoram a vida dos açorianos.

De facto, é para tornar um pouco melhor a vida de cerca de 70 mil açorianos com baixos rendimentos que propomos o aumento, em 10 por cento, dos complementos regionais de pensão e ao abono de família.

Deputada Judite Parreira e Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Afirma o Partido Socialista que esta é uma proposta incoerente. Assim não o entendemos.

Incoerência seria um partido político afirmar-se preocupado com a situação dos agregados familiares açorianos, como faz o Partido Socialista, e depois não aumentar o complemento ao abono de família pelo segundo ano consecutivo.

Incoerência seria um partido político afirmar-se preocupado com os açorianos que mais sofrem, como faz o Partido Socialista, e depois apresentar uma proposta para aumentar o complemento de pensão em 1 euro por mês.

É por estarmos preocupados com os mais de 9000 açorianos que esperam por uma intervenção cirúrgica que propomos a afetação de 700 mil euros para o combate às listas de espera cirúrgicas.

Aos açorianos não basta a confissão do Partido Socialista de que não está satisfeito com a sua atuação nesta área e de que errou na forma como abordou o problema ao longo dos anos que já leva de governo.

Essa confissão, infelizmente, em nada vem resolver o problema de quem espera há muito, há tempo de mais, por uma intervenção cirúrgica.

Assim como de nada serve o argumento extraordinário aqui dito pelo Partido Socialista de que esses açorianos não precisam estar preocupados porque os serviços de urgência funcionam.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

A Universidade dos Açores é uma das instituições basilares da nossa Autonomia e não pode ser abandonada.

Propomos, por isso, o reforço em 350 mil euros nas verbas destinadas à tripolaridade da nossa Universidade, acompanhando assim o parecer dado pela instituição ao Plano e Orçamento para a Região, e em 350 mil euros nas verbas destinadas à investigação dedicada.

Para o PSD/Açores não é a Autonomia que deve pagar o que é responsabilidade da República, nomeadamente as verbas destinadas à componente do Ensino Superior.

Mas é a Autonomia que deve assumir as responsabilidades que permitam manter uma instituição tripolar de valor incalculável para os açorianos e reforçar os apoios naquilo que nos dá valor acrescentado, a investigação dedicada.

Esta posição do PSD/Açores não é incoerente e a verdade é que, apesar de fazer disto mais um cavalo de batalha para atacar o PSD/Açores, as propostas do governo não andam muito longe das nossas.

Deputados Jorge Macedo e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Incoerente seria um governo regional, como faz o Partido Socialista, calar e pagar investimentos quando os governos de José Sócrates retiraram verbas à Universidade dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Quando os governos socialistas da República se recusaram a financiar a construção do Departamento de Oceanografia e Pescas ou do Pólo da Terra Chã, o Partido Socialista não encontrou qualquer problema ou incoerência.

O presidente Carlos César afirmava mesmo em Janeiro de 2008, e cito: “temos um relacionamento baseado na discrição e na eficiência com a Universidade. Não fazemos comunicados nem conferências de imprensa sobre os sucessos da nossa intervenção junto do Governo da República a favor da instituição”, fim de citação.

O sucesso da intervenção socialista já sabemos como acabou. O governo regional pagou as obras no valor de 11 milhões de euros, assumiu outras despesas e calou-se.

Agora, depois de ter falido o país, e depois de ter mudado o governo da República, o Partido Socialista já faz comunicados e declarações bombásticas a exigir aos outros aquilo que nunca exigiu de si.

O PS muda de opinião sempre que Lisboa muda de cor.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A incoerência socialista e a dupla personalidade quando se trata do relacionamento com o governo da República é também visível quando se fala em serviço público de rádio e televisão.

Este governo, ao longo de anos, foi sempre conivente com as omissões dos governos da República socialistas.

Hoje acusa o PSD/Açores de romper consensos regionais e fala alto para esconder que o seu projeto é, na verdade, um plano para coisa nenhuma sem estratégia ou visão para o futuro.

O Partido Socialista quer disfarçar de regional a sua proposta esquecendo que essa proposta, a prazo, acabará por liquidar o serviço público de rádio e televisão.

Ao contrário, o PSD/açores sempre defendeu uma solução partilhada e sempre defendeu que o Estado é o primeiro responsável por assegurar o serviço público de Rádio e Televisão.

Acreditamos que esse serviço deve ser concretizado através de uma empresa com sede na Região e administração ratificada por maioria de dois terços neste parlamento.

Para o PSD/Açores, e ao contrário daquilo que o Partido Socialista insinua, normalmente para tentar confundir os açorianos, os 51 por cento do capital social dessa empresa não devem ser do governo da República.

Essa participação no capital social da futura empresa deve ser da RTP. E deve ser da RTP não porque o PSD/Açores queira que seja Lisboa a mandar, mas sim porque essa é a forma a assegurar que é mantida uma ligação fundamental para a sustentabilidade funcional e empresarial da RTP e da RDP Açores.

Ela é também a melhor forma de assegurar o vínculo dos seus trabalhadores e isto é algo muito importante e que não é protegido pela proposta do PS.

E, de forma verdadeiramente autonómica, entendemos que o que os açorianos pagam como taxa, ou seja, contribuição audiovisual, deve ser considerado na componente das receitas regionais da futura empresa, o que representará cerca de três quartos das verbas com que a região se deve responsabilizar.

O PSD/Açores não duvida que esta solução que apresentamos aos açorianos é a que melhor garante a qualidade futura do serviço público de rádio e televisão e protege os seus profissionais.

E é também aquela que impede que este assunto continue a ser gerido pelo silêncio cúmplice dos socialistas quando na República manda o Partido Socialista ou pelo protesto inconsequente quando o governo lá fora muda de cor partidária.

O PS quer agora uma televisão em que o governo da República paga tudo e o governo regional manda em tudo. Sendo esta solução o melhor de dois mundo, porque é que o governo regional não apresentou essa proposta ao governo da República quando o governo da República era socialista?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O silêncio cúmplice do Partido Socialista, umas vezes, ou a gritaria inconsequente, outras, são os únicos responsáveis pelo estado em que se encontra a RTP e a RDP Açores.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Afinal, parece que o governo regional não quer resolver o problema da RTP/Açores quer sim é alimentar mais problemas com a República e isto infelizmente para os seus trabalhadores.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

As empresas regionais conhecem neste momento grandes dificuldades.

Aos receios generalizados de que a crise se continue a agravar durante o próximo ano junta-se o receio de diferentes entidades, como a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, de que o Plano e Orçamento apresentados pelo governo regional não constituam os documentos que a Região precisa para combater a atual crise.

Propomos, por isso, o alargamento das deduções à coleta dos lucros reinvestidos pelas empresas regionais.

Acreditamos que esta é uma medida mitigadora da austeridade nacional e uma compensação justa pela injusta diminuição do diferencial fiscal acordada entre o Partido Socialista e a troika.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

É, também, um contributo para dar às empresas mais capacidade para criarem postos de trabalho.

Numa fase tão difícil, as empresas regionais precisam de medidas concretas e não do discurso permanente de auto elogio do Partido Socialista sobre um oásis económico que ninguém encontra e sobre um dinamismo económico que não se vislumbra.

O PSD/Açores continua, também, sem compreender os motivos pelos quais o Partido Socialista decidiu deixar de considerar a EDA uma empresa estratégica. Não há motivo nenhum para que tal aconteça e voltamos a propor que essa classificação seja retomada. Continuaremos a apresentar essa proposta caso o governo continue a não a aprovar.

Perante a recusa do governo em voltar a considerar a EDA uma empresa estratégica, a proposta do PSD/Açores garante que o governo regional aqui virá todos os anos, a esclarecer se quer ou não privatizar a Empresa de Eletricidade dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por muito que custe ao Partido Socialista compete também à oposição fiscalizar a ação do governo regional.

Sinalizar os compromissos assumidos que se transformam em compromissos desaparecidos ou em compromissos esquecidos.

Durante os últimos três dias, e ouvindo apenas as intervenções do Partido Socialista, seríamos levados a pensar que o governo regional é da responsabilidade do PSD/Açores e que é o próprio Partido Socialista que se encontra na oposição.

Mas, assim não é.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Este Partido Socialista queixa-se de tudo, mesmo quando não se pode queixar de nada.

Este é o Partido Socialista que já admite que algumas das suas políticas se transformaram em vícios, que critica os parceiros sociais e que se queixa no Parlamento de que a oposição tem demasiado tempo para falar.

Foi, por isso, com grande surpresa que ouvi o presidente do governo desconsiderar o PSD/Açores considerando-o irrelevante ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não foi bem isso!

O Orador: ... para a discussão do Plano e Orçamento da Região, em virtude dos resultados registados nas últimas eleições legislativas regionais.

Em democracia não é um problema o governo considerar a oposição irrelevante. O verdadeiro problema da democracia é quando os governos se tornam arrogantes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Nestes três dias, o Partido Socialista encontrou desculpas para tudo, muitas vezes sem sequer se preocupar com o facto de cair no ridículo.

Chegou-se ao ponto, neste plenário, de se afirmar que os terríveis números do abandono escolar se devem a uma mudança de conceito ou que, imagine-se, as dormidas turísticas desceram na Graciosa porque a essa ilha só vão os turistas que são prejudicados pelas medidas do governo da República.

Para o Partido Socialista a descida das dormidas na Graciosa não tem nada a ver com o óbvio facto das Termas do Carapacho terem deixado de funcionar em resultados das deficientes obras de remodelação ali concretizadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Vejam bem, os Açores tinham termas a funcionar desde a ditadura. Elas sobreviveram a tudo até ao dia em que chegaram as obras de remodelação socialista. Nesse dia acabou-se o turismo termal e agora vamos gastar mais milhões a fazer a remodelação das obras de remodelação socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este Partido Socialista está tão preocupado em encontrar desculpas para tudo que nem nota, por exemplo, que é o único culpado pelo lugar que Açores ocupam nos principais indicadores relacionados com a Educação. Somos dos últimos onde queremos e precisamos de ser dos primeiros.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os resultados escolares nas nossas escolas são um embaraço para a Região no exterior, uma tragédia para os alunos nas escolas e uma vergonha para um governo que se diz socialista e que há 17 anos é o único responsável pelas políticas educativas.

Um jovem açoriano que se encontre hoje no Ensino Superior cumpriu toda a sua escolaridade inserido nas políticas socialistas para a Educação.

O falhanço educativo dos Açores é uma nódoa para o Partido Socialista, mas é, acima de tudo, um problema geracional para os açorianos.

Entendemos que é possível fazer mais e que é possível fazer melhor. Tem de ser possível fazer mais e melhor.

Deputada Judite Parreira e Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Ao governo regional exige-se mais e nestes tempos de crise exige-se melhor.

Aqui estamos, prontos para ajudar este governo a ajudar os açorianos.

Precisamos todos de um governo muito melhor do que aquele que aqui se apresenta, que se arrasta em justificações sem sentido, que perdeu a noção da

realidade e que se queixa todos os dias dos parceiros sociais e dos partidos da oposição.

O PSD/Açores vai abster-se na votação deste Plano e Orçamento mas este não é um sinal de confiança no governo regional.

É uma oportunidade, para os açorianos, que não pode ser desperdiçada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Aquando da discussão do programa deste governo, o PSD/Açores demonstrou a sua disponibilidade para o diálogo e para ajudar as famílias e as empresas açorianas.

Para demonstrar que essa disponibilidade não era mera retórica política e facilitar o dialogo, apresentámos matérias de regime e matérias da governação para as quais estávamos, desde logo, prontos para avançar.

Mesmo que o governo não goste de analisar a sua própria governação e os seus compromissos, entendemos, como maior partido da oposição que devemos, perante os açorianos, fazer um ponto de situação em relação aos nossos compromisso e efectiva capacidade e vontade de diálogo.

Levámos até às últimas consequências políticas a defesa dos açorianos ao votar contra o governo da República na Lei de Finanças Regionais.

Deputados Luís Garcia e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Demos o nosso contributo para a forma como deverão ser aplicados os futuros fundos comunitários e conseguiu-se a manutenção do seu montante.

Estamos ao lado dos açorianos na defesa da titularidade dos fundos marinhos e são bem conhecidos os nossos esforços a favor da manutenção do contingente militar da Base das Lajes, em coordenação institucional com o governo regional e pela via diplomática nos Estados Unidos.

Sempre recusámos a mera demagogia política em favor de interesses maiores e não damos trunfos aos adversários da Base das Lajes, como quis fazer recentemente o Partido Socialista na Assembleia da Republica, levantando questões que devem - e estão a ser estudadas, mas que não podem ser arma de arremesso partidário, sem que se lute até ao fim pela decisão que mais nos interessa: a manutenção do contingente militar norte americano na Base das Lajes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E, embora não seja possível, por indisponibilidade do Partido Socialista, não desistiremos de continuar a defender a redução do número de deputados regionais, garantindo a realidade ilha, assegurando a proporcionalidade e a representatividade de todos os açorianos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quanto aos assuntos da governação, concretizamos a nossa disponibilidade dando o nosso contributo escrito e concordância de princípio para a concretização da Agenda Açoriana para o Emprego e para a Competitividade Empresarial.

Demos o nosso contributo na revisão do POSEI, participámos ativamente na reforma do Serviço Regional de Saúde e conseguimos – toda a oposição e todos os açorianos conseguiram – evitar que o governo regional levasse a sua intenção de cortar tanto nos serviços de saúde aos açorianos como queria.

Nunca nos furtamos ao diálogo e à apresentação de soluções.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Açorianos,

Os Açores enfrentam hoje grandes desafios.

Temos um regime preparado para ser herdeiro de si próprio, mas pouco competente a gerir a pesada herança que recebeu.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Um regime preparado para manter o poder, alimentar o seu séquito e gerir a região sem rasgo e sem visão de futuro.

Este governo regional desapareceu em combate contra o Governo da República e desapareceu do combate à maior crise financeira, económica e social da Autonomia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Hoje, os açorianos que sofrem procuram pelo governo da sua terra e não o encontram.

Podem todos os açorianos contar com o PSD/Açores.

Não desistiremos de combater ao seu lado. Sempre que for necessário, aqui estaremos para lutar contra as medidas da República que consideramos injustas.

Mas aqui estaremos também, e sempre, para exigir que o governo regional cumpra as suas obrigações para com os açorianos.

Não capitularemos nesse combate.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Terminamos agora o Debate do Plano e Orçamento para o ano de 2014.

Começo, assim, com uma justa e merecida saudação aos deputados do Partido Socialista neste Parlamento pelo trabalho desenvolvido nas últimas semanas e no debate que agora termina em torno destas propostas.

Um trabalho sério, responsável, sempre na defesa dos Açores e dos Açorianos.

É, por isso, um privilégio enorme presidir a este Grupo Parlamentar que deu um excelente contributo para a qualificação da democracia e para a credibilização da actividade política.

Nas últimas semanas realizámos reuniões sectoriais, fizemos jornadas parlamentares, reunimos com os parceiros sociais, com representantes dos empresários, dos trabalhadores, da agricultura, das pescas e da construção civil. Ouvimos contributos, ideias e propostas. Partilhámos preocupações e discutimos soluções.

Fizemos a nossa obrigação. Afirmámos a importância do diálogo e da concertação social e laboral permanentes que muito prezamos e valorizamos como nenhum outro partido político nesta Região.

Alias, a esse propósito, ouvimos notícias recentes sobre alegadas pressões e perseguições a trabalhadores do sector privado nos Açores. Lamentamos profundamente essa postura, solidarizamos-nos com os trabalhadores nessa situação e jamais compactuaremos com esse tipo de comportamento.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Nada, mesmo nada, pode ser invocado para por em causa os direitos dos trabalhadores e o direito à reivindicação por uma melhor situação laboral.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Plano e Orçamento que tivemos oportunidade de discutir aqui ao longo desta semana, são documentos que materializam o nosso empenho em resistir às adversidades e em minimizar nas famílias açorianas o impacto da maior crise financeira mundial dos últimos 80 anos, bem como da política de austeridade que, infelizmente, continua a chegar de Lisboa.

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Nem mais!

O Orador: Cortar salários, cortar pensões e aumentar brutalmente os impostos foi o caminho escolhido pelo actual Governo da República do PSD e do CDS-PP. Sem prejuízo de análises macroeconómicas mais profundas, e numa análise

mais superficial, não é preciso ser economista ou especialista em finanças para perceber que isso tem um efeito negativo brutal no poder de compra, no consumo e, conseqüentemente, na geração de emprego e de riqueza.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas convém saber alguma coisa!

O Orador: Apesar dos constrangimentos externos e da conjuntura que vivemos, o PS Açores e o Governo escolheram outro caminho. O caminho da proteção social, da promoção e criação de emprego e da defesa dos nossos concidadãos.

É por isso que o Plano e Orçamento para 2014 materializam uma agenda compensatória para amenizar os impactos da crise e das más opções políticas do Governo da República, que assegura, só no próximo ano, apoios e benefícios às famílias e empresas açorianas de mais de 230 milhões de euros que não teriam se vivessem na Madeira ou no continente português.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Quando a palavra de ordem no resto do País e na Europa é cortar, ter a capacidade de alargar a remuneração complementar, manter e, nalguns casos, aumentar os apoios sociais, continuar a salvaguardar políticas de protecção social, desenvolver um conjunto de instrumentos de apoio às empresas e manter índices consideráveis de investimento público na Região são opções políticas que nos orgulham e que deviam ser inspiradoras para o resto do País.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, quem se diz a favor das políticas sociais, do esforço para manter e promover a criação de postos de trabalho e contra os cortes nos salários e nos apoios sociais deve apoiar, de forma inequívoca, este Plano e este Orçamento para 2014.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas apesar deste esforço, sabemos que há muito para fazer.

Temos enorme consciência das dificuldades, temos um grande combate pela frente e precisamos de todos, sem excepção, para esta luta.

Este é o tempo de promover consensos e convergências a favor dos Açores e dos Açorianos.

As pessoas não querem políticos que dão mais importância à guerrilha partidária e à retórica de circunstância.

As pessoas querem políticos que resolvam os seus problemas.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: O combate politico-partidário é sempre importante em democracia, mas a assertividade e a contundência não se podem confundir com debates estéreis e inconsequentes que não nos levam a lado nenhum.

Temos divergências políticas e ideológicas com todos os partidos da oposição. É normal e saudável que assim seja. Mas isso nunca se pode sobrepor ao interesse colectivo, sobretudo no tempo de excepção que atravessamos.

Saúdo, assim, o esforço feito por todos para a apresentação de propostas e ideias para o Plano e Orçamento e anuncio que, com a excepção do Bloco de Esquerda com quem infelizmente não foi possível chegar a consensos, aprovaremos propostas de todos os partidos da oposição.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

O Orador: Aliás, essa tem sido uma prática deste grupo parlamentar.

Desde que o Partido Socialista está no Governo dos Açores nunca aprovámos um Plano e Orçamento sem analisar cuidadosamente, ter em conta e aprovar propostas dos Partidos da oposição, numa postura contrastante com os Governos que nos antecederam.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Se tomarmos como exemplo os anos entre 1989 e 1996 verificamos que os Governos da altura do PSD, então com maioria absoluta, nunca aceitaram uma única proposta dos partidos da oposição.

Dirão com certeza que me refiro a um período longínquo de há cerca de 20 anos atrás, mas é uma comparação relevante porque nessa altura estavam no Governo Regional e na bancada do PSD vários deputados que se sentam hoje nessa mesma bancada, e que sempre que podem acusam injustamente o PS de não aceitar propostas da oposição.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Lá diz o ditado, não se atira pedras, quando se tem telhados de vidro.

Este é apenas mais um exemplo da espécie de dupla personalidade que por vezes assola o maior Partido da oposição nos Açores.

Isso tem sido evidente em vários momentos.

Sobre o Plano e Orçamento anunciou com pompa e circunstância que se iria abster.

Esperávamos, portanto, que isso tivesse consequências ao longo da semana e que tivéssemos um novo PSD Açores, a querer fazer rupturas com o discurso radical e do bota abaixo do passado recente. Afinal enganámo-nos, como se comprovou na intervenção que me antecedeu.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Em muitos casos, a vontade de fazer moossa ao Governo e ao PS foi mais forte que a vontade de ter uma postura responsável e contribuidora para o bem comum.

É caso para concluir que o PSD de Duarte Freitas é igual ao PSD de Passos Coelho.

Aquilo que faz é diferente daquilo que diz.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Outro exemplo desta dupla personalidade é a incongruência total entre o que o PSD Açores disse e fez aqui durante esta semana e fez (ou melhor não fez) durante esta semana na Assembleia da República. É que ao mesmo tempo que se discutiu o Plano e Orçamento dos Açores aqui, discutiu-se o Orçamento de Estado no Parlamento Nacional, um orçamento que impõe cortes de salários às famílias, que aumenta os impostos, que corta pensões e prestações sociais e que impõe cortes aos Açores e aos Açorianos, por exemplo reduzindo as transferências para a Região no âmbito da Lei das Finanças Regionais, reduzindo o financiamento para a Universidade dos Açores ou obrigando um açoriano a pagar como se de um estrangeiro se tratasse quando acorre ao Serviço Nacional de Saúde.

Depois do PSD Açores estar repetidamente a dizer aqui que o que lhe interessa é defender os Açores e os Açorianos, os deputados do PSD Açores na Assembleia da República votaram a favor deste Orçamento de Estado e destas propostas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Fica claro que o PSD na República governa ao contrário de tudo o que prometeu e nos Açores promete o que todos os dias contraria na República.

Assim, é difícil acreditar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O terceiro exemplo tem a ver com a Base das Lajes. Nesse mesmo Orçamento de Estado, o PS Açores propôs a criação de um fundo de revitalização económica para a Praia da Vitória e Ilha Terceira a ser implementado em articulação com o Governo dos Açores, para minimizar o impacto económico e social das reduções naquela Base. O PSD votou contra a criação desse plano, facto que nos deixa perplexos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Está a assumir a derrota!

O Orador: Como se sabe esta é uma matéria que une todos os partidos. Esperávamos que o PSD quisesse manter essa união apoiando esta proposta. Infelizmente isso não aconteceu.

Aliás, sobre esta matéria vimos, recentemente, o Presidente do PSD Açores em contactos e diligências nos Estados Unidos para sensibilizar sobre este tema, numa iniciativa que nos parece correcta e que aliás é decalcada da iniciativa do Presidente do Governo algumas semanas antes. Esperávamos que esse empenho também fosse tido junto do Governo da República e do PSD Nacional que, infelizmente, não se tem empenhado muito para salvaguardar os direitos dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes e para salvaguardar os interesses da Ilha Terceira e dos Açores nessa matéria.

Mas apesar destes exemplos e destas incoerências, esperamos, genuinamente, que o PSD Açores se deixe destas indefinições e destas inconsistências políticas porque não temos dúvidas da importância do maior partido da oposição responsabilmente activo e disponível para contribuir para o desenvolvimento dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos assim grandes desafios pela frente.

Desafios que aumentam a nossa responsabilidade e que exigem muito de nós, e cujas respostas são materializadas nas opções do Plano e Orçamento e no projecto político de médio prazo do PS e do Governo dos Açores.

Permitam-me que, nesse âmbito, destaque três questões que nos parecem muito relevantes para o futuro:

Em primeiro lugar o rigor, a transparência e a responsabilidade extrema nas políticas públicas.

A margem para falhar é mínima. A política de verdade e o cumprimento dos compromissos assumidos são elementos centrais na nossa actuação.

Isso confere-nos credibilidade interna e externa e reforça a nossa posição no contexto nacional e europeu, com inevitáveis consequências positivas para o desenvolvimento e bem-estar dos nossos concidadãos.

A este propósito, temos sido um exemplo para o resto da Europa na aplicação dos fundos comunitários enquanto promotores de desenvolvimento regional. Estamos agora no final de um quadro comunitário e perto de entrar noutro, com as novas perspectivas financeiras 2014-2020 que terão um reforço de financiamento para os Açores. Do conjunto dos fundos de coesão, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que apoia as infraestruturas e o fomento ao investimento privado, do Fundo Social Europeu (FSE), que financia as políticas de inclusão social, de emprego e de formação, e do Fundo de Coesão, orientado para investimentos em transportes e ambiente, bem como do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEMAP), os Açores conseguiram assegurar, à partida, um envelope financeiro de 1.546 milhões de euros de cofinanciamento comunitário, o que representa um aumento de 8 milhões de euros em relação ao atual Quadro Comunitário de Apoio, o que é ainda mais significativo e relevante no contexto da diminuição real de fundos comunitários no Orçamento da União Europeia.

Esse facto é uma importante vitória política do Governo dos Açores e o reconhecimento do trabalho que tem vindo a ser feito.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Este novo quadro será um instrumento fundamental para um novo ciclo de desenvolvimento na Região, apostando na promoção de emprego, na consolidação de sectores estratégicos para a economia regional como o Turismo e o sector primário bem como para a criação de bens transaccionáveis de valor acrescentado.

Esta referência leva-nos à segunda questão que gostaríamos de destacar. Talvez, o desafio dos desafios. A criação de emprego.

A capacidade de, no âmbito das nossas competências, sermos um facilitador da criação de emprego, com particular relevância para o emprego jovem. Infelizmente, o nosso País tem perdido milhares de jovens qualificados para o estrangeiro, que partem em busca de novas oportunidades.

Realço, portanto, a opção política do Governo dos Açores de reforçar em 100 milhões de euros as dotações disponíveis no próximo Quadro Comunitário de Apoio para o financiamento dos programas de promoção do emprego.

Realço a opção de, reforçar, no próximo ano, o apoio aos estágios profissionais; à contratação de jovens pelas empresas após a conclusão dos estágios; o incentivo e apoio à criação de novos postos de trabalho pelas empresas; o estímulo à adaptação de trabalhadores, empresas e empresários à modernização e inovação; o apoio à economia social e às empresas sociais; a qualificação dos jovens açorianos com dificuldade de empregabilidade; a promoção do acesso à aprendizagem ao longo da vida e a atualização das aptidões e das competências dos açorianos desempregados.

Temos, assim, de tudo fazer para fazer com que os jovens que estão hoje a estudar e a qualificar-se regressem e se fixem na Região. O nosso capital humano é a nossa maior riqueza e não a podemos desperdiçar de forma resignada como tem feito, infelizmente, o Governo da República.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Por fim, a terceira questão que destacamos, indissociável das duas anteriores, a afirmação e sustentabilidade da nossa Autonomia.

Tal como a Constituição da República é hoje uma das mais importantes manifestações da nossa soberania, a nossa Autonomia protegida na Constituição tem de ser a fortaleza preservada onde construímos formas alternativas de solidariedade e de desenvolvimento.

Somos todos chamados a agir nesse contexto.

Com a desculpa da crise e devido à concepção errada sobre o papel do Estado do actual Governo da República do PSD e do CDS-PP, têm sido evidentes as tentativas de diminuir, condicionar ou minorizar a Autonomia que várias gerações de açorianos lutaram para implementar, preservar e defender.

Que fique muito claro. O Partido Socialista dos Açores irá manter-se vigilante e bater-se-á, sem tréguas, pela defesa da autonomia regional, nem que o tenhamos de fazer sozinhos, seja contra quem for.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não confundimos cooperação com subserviência.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: Não confundimos solidariedade com desresponsabilização do Governo da República nas suas obrigações para com os Açores.

Os açorianos não são portugueses de segunda.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A história de sucesso da autonomia dos Açores é hoje a prova material de que a afirmação da Portugalidade no meio do Atlântico só se fez com sucesso e com garantias de modernidade a partir da implementação do regime autonómico.

É pois fundamental que saibamos resistir aos ímpetos dos que se sentem tentados a promover um recuo histórico na relação entre a Região e o Estado.

Contamos, por isso, com todas as forças políticas açorianas na defesa do nosso património autonómico.

Sejamos claros. A defesa da dimensão atlântica de Portugal só é possível com uma autonomia vigorosa que não seja comprometida pela visão redutora e pela estreiteza de pensamento estratégico que reduz Portugal à pequenez das circunstâncias financeiras.

Dessa forma, viveremos sem ambição de futuro, sem respeito pela herança histórica e sem sentido de Estado numa manifesta diminuição da nossa identidade política e cultural enquanto povo.

Devemos continuar a fazer Autonomia. Uma Autonomia que não está circunscrita às páginas de livros de legislação ou às discussões e debates entre elites, mas uma Autonomia que todos os dias é colocada ao serviço dos cidadãos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É isso que este Governo faz, definindo com coragem e ambição um futuro melhor.

É isso que este Governo faz criando, mantendo e reforçando complementos de apoio social regionais que amenizam os impactos do que nos chega de fora.

É isso que este Governo faz, usando essa Autonomia para trilhar um caminho diferente do que se faz no resto do País.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

O PS Açores fez muito, mas tem a consciência que tem muito mais para fazer.

Não escamoteamos os problemas. Não inventamos desculpas.

Os tempos exigem grande lucidez e grande responsabilidade. Não embarcamos em posturas propagandistas e vendedoras de ilusões.

Fazê-lo é um exercício de negação inaceitável e meio caminho andado para o insucesso.

Num ano difícil como o que se perspectiva, não podemos abrandar por um minuto que seja.

Pedimos aos açorianos que acreditem nas suas próprias capacidades. É por eles que aqui estamos. É por eles que fazemos política.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Queremos continuar a contar com os açorianos como parceiros imprescindíveis e insubstituíveis desta caminhada de muito trabalho, de alguns reveses, mas de sentimento de dever cumprido, de alegrias e de objectivos alcançados.

O Partido Socialista está pronto para aprender com todos. Com os socialistas e com os não socialistas. O PS quer aprender com o empresário de sucesso, mas também com o desempregado. O PS necessita de aprender com o pescador e com o agricultor. O PS tem urgência de ouvir os conselhos dos idosos que

trabalharam toda a vida e motivar-se com o jovem que quer entrar no mercado de trabalho.

O PS tem, em suma, a pressa própria de quem quer evoluir, fazendo a correcta sintonia entre a experiência e a inovação e modernidade.

Cá estamos, e cá estaremos sempre, a dar a cara e a responder pelos nossos actos e pelas nossas acções.

Fazemo-lo em nome do Partido Socialista, um partido que lidera pelas convicções e pela vontade constante de continuar a modernizar a nossa terra.

Fazemo-lo em nome dos Açores, a melhor Região do mundo para se viver, cumprindo o verso do nosso Hino que diz “OS AÇORES SÃO A NOSSA CERTEZA”.

Disse.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra., Srs. Membros do Governo, açorianas e açorianos:

No termo dos três dias de debates parlamentares sobre as propostas de Plano de Investimento e de Orçamento para 2014, cabe-me, nesta intervenção final, salientar alguns aspetos que ressaltam destes documentos, que resultam destes debates e que nortearão a nossa ação no próximo ano.

O Governo dos Açores apresentou estas propostas e chegou a este debate com um entendimento claro do que aqui estaria em causa e daquilo que de si se esperava.

Num momento em que os desafios do Presente, bem como aqueles que se perfilam no futuro das famílias e das empresas açorianas, são tantos e tão significativos, o Governo não se entrincheirou nas suas propostas.

O Governo não se esquivou ao debate e ao esclarecimento.

O Governo sempre se prestou a esclarecer, a concretizar e a reavaliar as medidas que propôs porque, é essa a nossa convicção, a tal comportamento nos impele o nosso sentido democrático, essa atitude é-nos exigida pelos tempos que vivemos e porque é essa a forma de respeitar todo o Povo Açoriano que também representamos.

Estamos, pois, também nesse domínio e na prática política aqui reafirmada, a construir uma verdadeira Via Açoriana que nos diferencia e distingue face a outras práticas políticas e governativas no País.

E essa é, também, uma das forças do nosso Governo que, apesar de, pelas regras da Democracia representativa e pela vontade do Povo Açoriano, do ponto de vista numérico, não necessitar do apoio parlamentar de outros partidos para a aprovação destes documentos, por convicção democrática e por valores partidários, se afirmou disponível, e mais do que disponível, se mostrou interessado, em confrontar as suas propostas com outras perspectivas, com outras análises e com outras eventuais soluções.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é assim a primeira nota que gostaria de deixar vincada: o Governo valoriza este Parlamento, gosta do debate franco e politicamente sério e partiu para este debate com total abertura para esclarecer posições e para acolher propostas, tendo apenas um pressuposto: que fossem benéficas para as Açorianas e para os Açorianos e que, claro, estivessem imbuídas da imprescindível responsabilidade financeira e política.

No final destes três dias, fica, pois, a certeza de que o Governo dos Açores a todos respondeu, tudo procurou esclarecer, com um sentido democrático que se orgulha de aplicar dentro e fora deste Parlamento e que prestigia a nossa Autonomia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra., Srs. Membros do Governo, açorianas e açorianos:

A substância e as opções estratégicas desses documentos previsionais não podem ser analisadas sem ter em conta o caminho que o Governo percorreu neste primeiro ano do seu mandato.

Nesse período, a Região enfrentou vários desafios e, dentro das suas capacidades e recursos, o Governo apresentou respostas a uma conjuntura desfavorável que teima em condicionar a vida dos cidadãos e a desajustar o normal funcionamento da economia e das empresas.

Tempo exigente, desafios grandiosos, tudo o Governo enfrentou com determinação, com coragem e com sentido de servir.

Ainda não tinham decorrido 100 dias sobre a data da tomada de posse e já o nosso Governo apresentava a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mais de seis dezenas de medidas devidamente articuladas, coerentes entre si e integradas numa estratégia que visa recolocar a nossa economia, a nossa sociedade, as nossas Ilhas, no trajeto do crescimento económico e da criação de emprego.

Desde medidas concretas destinadas à melhoria da capacidade dos Açorianos obterem um emprego ou melhorarem a segurança do emprego que têm, até medidas de incentivo ao investimento e de ajuda às empresas açorianas, o Governo dos Açores lançou mão de todos os recursos que tinha à sua disposição para acudir às empresas e para acudir às famílias, que nestes tempos são tão duramente postas à prova.

Mas os efeitos da entrada em vigor das medidas que constam da Agenda vão, sobretudo, para além deste ano de 2013.

Há medidas que ainda agora estão a começar a produzir efeitos, da mesma forma que há também medidas que, de acordo com a sua calendarização, serão implementadas no futuro próximo para, a partir daí, ajudarem a nossa economia e a nossa Região.

Importa, talvez, fazer aqui uma referência mais detalhada à relação que se estabelece entre o funcionamento dessas medidas e o cumprimento dos objetivos que visam servir, nomeadamente, o da criação de emprego.

A conclusão que resulta de dados estatísticos da responsabilidade do Instituto Nacional da Estatística recentemente vindos a público é que a economia açoriana, nos últimos dois trimestres deste ano 2013, foi capaz de criar emprego para cerca de 2.500 Açorianos.

Apesar disso, a entrada no mercado de trabalho, apenas no último trimestre, de cerca de 3.200 pedidos de emprego, leva à constatação de que o ritmo de criação de empregos não foi o necessário para absorver e suplantar os pedidos, entretanto, surgidos.

Tudo isto são constatações, tudo isto são factos que resultam dos dados atrás citados.

Mas algumas análises a estes dados e, sobretudo, algumas reações políticas que os mesmos suscitaram, não podem passar sem uma referência.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Alguns partidos da Oposição, nomeadamente o PSD, alimentaram durante estes dias, e ainda hoje desta tribuna, uma estratégia que assentou na referência, a propósito e a despropósito, a estes números.

Acusaram o Governo dos Açores de não apresentar resultados.

Acusaram o Governo dos Açores que vai no primeiro ano do seu mandato, de não apresentar resultados.

Acusaram o Governo dos Açores cujo primeiro Plano de Investimentos e cujo primeiro Orçamento está em vigor há cerca de seis meses de não apresentar resultados.

Ora, nós não pedimos para o nosso Governo aquilo que o Governo da República também desse partido reclamou para si: tempo para apresentar resultados.

Apenas consideramos que daquele que se diz o maior partido da Oposição espera-se, ou dito de forma mais rigorosa, as Açorianas e os Açorianos esperam mais e, sobretudo, esperam melhor.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: As estatísticas, todos nós as conhecemos.

E os contributos? E as propostas de solução?

Bom, para a resposta a essas perguntas bastará salientar às Senhoras e Senhores Deputados e dar a conhecer às Açorianas e Açorianos que nos ouvem que esse mesmo partido, esse PSD que parece acusar o Governo dos Açores de ser a raiz de todos os males, num Plano para 2014 que tem mais de 400 ações, apenas apresentou quatro propostas de alteração ao Plano, e nem uma delas, repito, nem uma delas, tem diretamente a ver com o Emprego.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Aqui chegados, das duas, uma: Ou esse partido concorda com o rumo seguido pelo nosso Governo em mais de 99% das medidas desse Plano ou não tem a capacidade de apresentar soluções ou propostas que sejam diferentes, ou que vão para além daquelas.

Em qualquer das situações, é caso para dizer, parafraseando o conhecido grupo de humoristas, que no que respeita à criação de Emprego, este PSD fala, fala, fala, mas, afinal, não faz nada!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra., Srs. Membros do Governo, açorianas e açorianos:

Na área da Solidariedade Social, este primeiro ano de mandato do XI Governo marcou bem a forma como aqui, nos Açores, assumimos orgulhosamente, até ao limite das nossas competências e até ao limite dos nossos recursos, um caminho Açoriano que se manifesta em, nuns casos garantirmos a existência, e noutros reforçarmos, medidas específicas e próprias de apoio social.

É o caso do Complemento Regional de Pensão, o “cheque pequenino”, que abrange mais de 30 mil idosos;

É o caso do Complemento Açoriano do Abono de Família para Crianças e Jovens, pelo qual apoiamos mais de 37 mil crianças e jovens Açorianos;

É o caso do Apoio à Aquisição de Medicamentos por Idosos, pelo qual apoiamos mais de 2 mil idosos Açorianos;

É, em suma, o caso de tantas e tantas outras medidas, convém já agora relembrar, que foram criadas ou postas em prática pelos Governos Regionais do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aliás, o conjunto de medidas que, em diversos domínios da nossa ação, nos diferenciam do que outros fazem noutras paragens do nosso País, assegura que, só em 2014, as famílias e empresas Açorianas têm apoios e benefícios de mais de 230 milhões de euros, os quais não teriam se vivessem na Madeira ou no Continente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Mas o significado e a importância política destas medidas do Governo dos Açores não resultam apenas da sua existência.

Esse significado é tão mais patente e notório quanto o facto dessas medidas serem mantidas e reforçadas ao mesmo tempo que, no resto do País, se segue uma orientação política diametralmente oposta, caracterizada pelo roubo de pensões aos pensionistas e reformados, pelo ataque aos funcionários públicos, pelo virar as costas às crianças e aos jovens.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: Mas também aqui, importa tornar claro perante as Açorianas e os Açorianos algo que nos parece absolutamente essencial do ponto de vista político.

O nosso Governo não cria, mantém ou reforça esses apoios porque existe um Governo da República que os corta, que os assalta e que os elimina.

O nosso Governo cria, mantém ou reforça esses apoios apesar de existir um Governo da República que age dessa forma e que tem esses propósitos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Fazemo-lo não por tacticismo político, mas por convicção.

Fazemo-lo pela irredutível convicção de que é responsabilidade de um Governo, que é responsabilidade de um Governo animado e inspirado pelo Partido Socialista, ir até ao limite das suas competências, ir até ao limite das suas forças, ir até ao limite dos seus recursos para não deixar ninguém para trás.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E, pelos Açores, é isso que faremos enquanto tivermos a confiança e o apoio das Açorianas e dos Açorianos.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Na área da Saúde, concretizámos, neste primeiro ano de mandato, uma reforma directamente ligada à sustentabilidade do nosso modelo do Serviço Regional de Saúde.

Tão importante como as soluções substantivas, as modificações e as melhorias que estabelecemos, é o facto desse ter sido um processo debatido com os Açorianos, construído em parceria com os Açorianos, fechado com os Açorianos.

Aos que defenderam que a Saúde dos Açorianos deveria ter sido decidida pelo Governo da República, - e eles andam aí! -, ...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... os mais de 70 contributos escritos apresentados, a significativa participação de centenas de Açorianos nas sessões realizadas pelas nove ilhas dos Açores, são a resposta cabal e mais do que suficiente de que os Açorianos não prescindem de serem os senhores do seu destino.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Assim é, quando os de fora nos querem mandar.

Assim é, quando os de dentro querem que sejam os de fora a mandar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Mas, também aqui, não nos iludamos, nem deixemos que nos iludam.

O objetivo do Governo não se esgotou na elaboração do Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde.

O objetivo que nos mobilizou, o objetivo que ainda hoje nos mobiliza, e que prosseguimos ativamente, é o de termos um Serviço Regional de Saúde cada vez melhor e cada vez mais capaz de dar resposta célere e qualificada às solicitações dos Açorianos.

É com base nesta visão que vamos avançar, no próximo ano, com a construção do novo Centro de Saúde de Ponta Delgada, com a conclusão e equipamento do Centro da Saúde da Madalena, do Bloco C do Hospital da Horta e do Solar da Glória, equipamento este que vem permitir a reabilitação de toxicodependentes com a mais-valia de assegurar que não tenham de sair do lugar onde vivem, de perto dos seus familiares e das suas ligações afetivas, facilitando, assim, o processo de recuperação.

Mas a nossa atenção não se centra apenas na componente das infraestruturas.

O Plano para o próximo ano prevê um elevado nível de investimentos em infraestruturas informáticas e de comunicação que são estruturantes para o Serviço Regional de Saúde.

Desde logo, a criação de uma rede de telemetria, um projeto inovador que consiste na monitorização, em tempo real, dos doentes que são atendidos nos serviços de urgência básica dos centros de saúde.

Permite-se, assim, que um médico, num hospital, apoie os médicos de medicina geral e familiar que trabalham nesses serviços, nas situações de atendimento de emergência, dando maior segurança no tratamento e no encaminhamento dos doentes.

O Governo tem, porém, a perfeita consciência que o nosso Serviço Regional de Saúde só será completo se conseguirmos aliar o investimento público em infraestruturas e equipamentos ao reforço da humanização dos serviços.

É por isso que pretendemos, no próximo ano, dar uma atenção muito especial à Rede de Cuidados Continuados e Paliativos. No total, estão previstos 800 mil euros, avançando-se, também aqui, no cumprimento dos compromissos que tínhamos assumido.

Tudo isto deve ser feito com ambição, com determinação e com humildade.

Mas tudo isto deve ser feito também nunca esquecendo que temos, nos Açores, um Serviço Regional de Saúde que pode e deve orgulhar todos os Açorianos.

Temos bons e modernos hospitais e centros de saúde. Temos bons profissionais e profissionais motivados.

Mas, por tudo isto, temos que ambicionar ser cada vez melhores a dar respostas às cada vez maiores exigências dos Açorianos. Nesse domínio, um dos aspetos a merecer especial atenção no próximo ano é o das Açorianas e dos Açorianos que aguardam, em lista de espera, uma intervenção cirúrgica.

Temos de fazer mais e temos de fazer melhor.

E é exatamente por isso que, para além de considerar que esta questão constitui uma prioridade da ação da Secretaria Regional da Saúde, como Presidente do Governo, como Açoriano, convoco para esse combate o esforço acrescido, o trabalho, a dedicação, o empenho e o profissionalismo de que dão provas todos os envolvidos: dirigentes, conselhos de administração dos Hospitais, diretores de serviços, médicos e enfermeiros, no sentido de darmos uma resposta melhor do que a que temos dado às Açorianas e Açorianos que dependem dessa intervenção.

Ao nível da Educação, continuaremos, em 2014, o esforço para melhorar o parque escolar regional onde, para além das intervenções já aqui anunciadas,

avancaremos também com as obras da Escola Básica e Secundária da Calheta de S. Jorge e anteciparemos em um ano, para 2014, o processo para a construção da Escola Básica e Integrada de Rabo de Peixe, na ilha de S. Miguel.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: As medidas que, ao longo dos últimos anos, foram sendo tomadas constituíram um passo decisivo para que hoje tenhamos, no geral, um parque escolar que está em fase de conclusão na sua modernização, um corpo docente estável e uma política clara de objetivos e de motivação de todos os envolvidos. Mas, também aqui, a função do Sistema Educativo Regional não é a de servir-se a si próprio, seja na componente da máquina administrativa, seja na componente dos docentes ou dos funcionários.

É por isso que ganha tanta urgência a questão relativa ao insucesso escolar.

O Governo não está nem pode estar satisfeito com os resultados que têm sido tornados públicos no que respeita às escolas dos Açores.

É necessário termos a consciência que, nesta matéria, está muito mais em causa do que apenas uns resultados menos satisfatórios num ano ou noutro.

Estamos a falar do futuro dos Açores, estamos a falar da qualificação, da preparação daqueles que, no Futuro, tomarão nas suas mãos os destinos da nossa terra e da nossa gente.

E isso deve ser motivo de sobressalto cívico, deve ser motivo de inquietação, isso é, em suma, motivo para uma ação que o Governo quer e vai seguir, a qual não deve ceder a nada mais do que à eficácia, ao mérito e aos resultados das medidas que podem e devem inverter esta situação.

É por isso que, também aqui, e falando às Açorianas e Açorianos que nos ouvem, falando às famílias Açorianas que nos acompanham, é importante reafirmar a importância que o Governo dá a esse desafio.

Mas julgo eu ser também importante ter sempre presente que a Educação e as condições necessárias para o seu sucesso não começam aqui neste Parlamento.

Não começam na Secretaria Regional. Não começam sequer nos conselhos executivos ou nos conselhos pedagógicos das nossas escolas.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Começam em casa de cada família Açoriana, onde a Educação e a criação de condições para o seu sucesso constitui um direito e um dever de cada Pai e de cada Mãe.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É pois nesta aliança que se deve forjar entre todos os intervenientes que podemos construir, verdadeiramente, o sucesso nesta área.

Uma referência especial à Universidade dos Açores e ao apoio que, em 2014, o Governo dos Açores prevê disponibilizar.

Já muito foi dito neste Plenário a propósito da situação da Universidade dos Açores e às necessidades que a mesma tem para o seu funcionamento.

Mantemos, em 2014, o apoio referente à tripolaridade no montante de 371 mil euros.

Mas, para além dessa, é também consagrada a verba de um milhão de euros de apoio potencial à nossa Universidade correspondente, neste caso, ao início do cumprimento do compromisso eleitoral de celebrar com esta um Contrato para a Criação de Emprego e para a Criação de Riqueza.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Muito embora neste caso se trate, em bom rigor, de um apoio que depende do cumprimento de determinados pressupostos por parte da Universidade, a verdade é que dessa forma a Região pretende contribuir para a concretização do potencial que acreditamos a Universidade tem para a criação de emprego e para a criação de riqueza na nossa Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra., Srs. Membros do Governo, açorianas e açorianos:

Ao longo do corrente ano o Governo dos Açores promoveu um conjunto de intervenções com o objetivo de requalificar vias e espaços públicos das nossas ilhas.

Queremos que esta dinâmica seja consolidada numa intervenção transversal, sistematizada e sustentada ao longo dos próximos anos.

Assim, posso anunciar que, no próximo ano, o Governo lançará um plano integrado de valorização dos espaços públicos, designado por ValorUrbe. Este programa privilegiará, sempre que possível, a cooperação com instituições e com o Poder Local, fomentando o recurso às empresas locais de modo a potenciar a economia de cada uma das nossas freguesias, vilas e cidades e, assim, preservando os existentes e criando novos postos de trabalho.

Com a concretização deste investimento criaremos condições para dinamizar ainda mais a nossa economia, para que as nossas empresas possam crescer e para que possam surgir mais empresas, capazes de gerar riqueza e com isso preservar e criar postos de trabalho.

Também no Turismo, este ano permitiu que os resultados do trabalho de tantos há tanto tempo começassem a produzir resultados que, esperamos, sejam fortes, sustentáveis e progressivos.

O facto é que a estratégia que alguns afirmavam não existir, as medidas que alguns desmereceram e com elas ironizaram, bem como os recursos que foram dirigidos a esse setor, estão a produzir efeitos com uma subida de número de dormidas e do valor dos proveitos e com sinais do início da recuperação desse setor.

Ao nível dos tradicionais setores produtivos, o Governo dos Açores pretende avançar para novas áreas com grande potencial de criação de riqueza e de emprego e que permitam retirar mais-valias, em absoluto respeito pelas questões ambientais.

É nesse âmbito que se enquadra a exploração da fileira da madeira, um projeto prioritário que entra em execução em 2014, designadamente, na fase de exploração dos primeiros 100 hectares de floresta localizada em área pública.

Passadas que estão mais de cinco décadas sobre a atuação dos visionários de outrora que cultivaram os nossos terrenos mais íngremes, inacessíveis e menos produtivos para a produção agrícola, é chegado o momento de encetar o processo da sua exploração com um retorno evidente para as gerações atuais.

Presentemente, estão concluídas as peças para o concurso público, bem como a variada documentação relativa aos planos de gestão, manuais de boas práticas para a gestão florestal, normas técnicas para a gestão integrada de matas, entre outros procedimentos.

Ainda este mês estará finalizado o Estudo de Incidências Ambientais, necessário ao lançamento do concurso público internacional que se seguirá.

Com a criação desta nova fileira, que num primeiro momento é impulsionado pela utilização de matas públicas, mas que deve ter efeitos também e principalmente no setor privado, o nosso objetivo é a criação de postos de trabalho diretos e indiretos, mas também que seja possível à Região obter o máximo de retorno com este processo, nomeadamente, ao nível do incremento das exportações com o surgimento de um novo setor na nossa economia.

Este nosso sentido de inovação não pode, porém, fazer descurar o investimento na criação de condições para que a nossa Agricultura continue a ganhar competitividade e valor no mercado.

Assim, em 2014, iniciaremos os procedimentos para a construção dos novos matadouros do Faial e da Graciosa, com os quais o Governo dos Açores pretende concluir a rede regional de abate, dotando cada uma das nossas ilhas de estruturas de abate modernas, eficientes e que respeitem os mais exigentes critérios hígio-sanitários e de bem-estar animal.

Ao nível das Pescas, avançaremos também com uma obra de especial relevância para a valorização do pescado e há muito ansiada pelo setor.

Trata-se da construção do Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada, orçado em mais de cinco milhões de euros. Com mais este investimento estratégico para os Açores, dotamos a Região com maior capacidade de conservação e de congelação dos produtos da pesca, materializando a nossa estratégia de valorização e melhoria do preço desses mesmos produtos.

Mas também neste setor queremos mais, mais riqueza e mais emprego. Queremos garantir novos setores de atividade e atrair novos investimentos. Por isso o Governo dos Açores pretende que até final do primeiro semestre do próximo ano já esteja redefinido o novo quadro legal e regulamentar da

aquicultura nos Açores, fazendo um cruzamento com as novas orientações e potencialidades dos fundos europeus.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra., Srs. Membros do Governo, açorianas e açorianos:

O Governo dos Açores tem uma perspectiva realista e séria do estado da Região. Tem perfeitamente claro o diagnóstico dos desafios e dos constrangimentos que enfrentamos, mas também sabe como potenciar as muitas oportunidades colocadas ao nosso dispor.

Acreditamos que 2014 poderá, pois, ser o ano de estabilização de setores fundamentais para o nosso crescimento económico.

Para isso contribuirão, certamente, dois factos da maior relevância política para a nossa Região.

O primeiro teve a ver com a recente revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, o outro com a definição das perspetivas financeiras para o próximo Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020.

No primeiro caso, é um facto que se salvaguardou a existência da Lei e, por conseguinte, a previsibilidade e segurança do relacionamento financeiro entre a Região e a República. Mas convém que não esqueçamos que isso foi feito à custa de um corte no montante das transferências para os Açores e por um aumento de impostos unilateralmente imposto pela maioria PSD/CDS-PP aos Açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

O Orador: E, já agora, a este propósito, convém esclarecer a falsidade que alguns, conscientemente, tentam fazer passar: a de que o atual Governo dos Açores considera mau um aumento de impostos, mas que o anterior Governo dos Açores considerava esse aumento bom.

Esquecem-se, ou talvez não, que na altura em que o anterior Governo tomara essa posição, o risco, efectivo e real, era o de haver, por vontade da troika, um total desaparecimento da diferença fiscal passando os Açorianos a pagar os mesmos impostos que no Continente se pagavam.

Deputado Luís Garcia (PSD): Retórica!

O Orador: E é por isso que, na altura em que havia o risco de desaparecer completamente o diferencial fiscal, a existência de pelo menos 20 por cento era considerada como uma medida menos má.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mas é por isso, também, que, no momento em que o Governo da República já alterou tantas determinações da troika,

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Temos que agradecer!

O Orador: ... também poderia ter alterado esta e permitir que continuássemos a ter os 30 por cento.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O outro aspecto prende-se, como atrás referi, com a aprovação dos montantes disponíveis para os Açores no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Presidente: Sr. Presidente agradeço que abrevie.

O Orador: Já termino Sra. Presidente.

A Região deverá dispor, no próximo ano, de novos fundos comunitários, que foram recentemente aprovados pelo Parlamento Europeu, no âmbito do quadro financeiro plurianual para 2014-2020, que consideramos essenciais como mola impulsionadora ao investimento público e privado.

Estes sinais, que interessa cimentar nos próximos tempos, garantem-nos uma nova perspectiva de futuro, redobram a nossa confiança na capacidade empreendedora das empresas e motivam a nossa esperança na qualificação dos Açorianos.

Perante o cenário da previsível redução de fundos comunitários destinados à Coesão da União Europeia, apresentamos, técnica e politicamente, os nossos argumentos e, perante as evidências, os Açores vão receber um montante global de financiamento - 1.546 milhões de euros - que supera o valor do período de programação que agora termina.

Ao longo deste processo, o Governo ouviu os parceiros sociais e partidos políticos, fez o seu trabalho de casa e está em condições de entregar os respetivos programas operacionais no mesmo dia em que isso for formalmente possível.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Porque temos Confiança nos nossos empresários e na sua capacidade de enfrentarem os desafios e ajudarem à criação de emprego, o Governo dos Açores decidiu alocar 330 milhões de euros ao reforço da competitividade das Pequenas e Médias Empresas e à empregabilidade dos Açorianos.

Porque não deixamos ninguém para trás, o Governo dos Açores afectou 180 milhões de euros à promoção da inclusão social e ao combate à pobreza.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: E para que esse Futuro seja construído com bases sólidas, o Governo dos Açores reservou 240 milhões de euros para a Educação e Formação, que serão destinados para medidas de investimento no ensino, nas competências e na formação e qualificação dos trabalhadores, especialmente dos que se encontram sem emprego.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: As nossas metas são claras e queremos que estes recursos tenham resultados diretos e objetivos na prevenção e redução do abandono escolar, na melhoria da qualidade do ensino, na promoção do acesso à aprendizagem, na melhoria dos níveis de sucesso escolar e no desenvolvimento de infraestruturas de ensino e formação.

Por outro lado, com o objetivo de acelerar a concretização de investimentos privados estruturantes para a economia regional e para a criação de emprego,

iremos lançar, no próximo ano, um novo Fundo de Capital de Risco para apoio ao financiamento de novos projetos de investimento que assegurem a produção de bens e serviços transacionáveis, que potenciem a nossa base económica de exportação ou que reduzam a nossa necessidade de importações.

Deputados Francisco César e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Com estas opções do Governo, os Açores ganham estratégia. Com estes fundos comunitários, os Açores ganham competitividade e capacidade de criar valor. Com a motivação e a resiliência dos Açorianos, os Açores ganham o seu Futuro.

Deputados Francisco César e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Temos, pois, as condições para criar uma verdadeira aliança de boas-vontades a favor da nossa terra e a favor da nossa gente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Este é o compromisso que, aqui, deixo a cada um e a todos os Açorianos que estão, verdadeiramente, empenhados neste que deve ser o nosso desígnio colectivo na próxima década: Ganhar o Futuro para os nossos Açores. Muito obrigado.

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada Sr. Presidente.

Terminámos assim o debate na generalidade.

Vamos interromper agora os nossos trabalhos e conforme deliberado em Conferência de Líderes regressamos às 22 horas.

(Eram 19 horas e 26 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 22 horas e 29 minutos).

Vou anunciar os tempos para o debate na especialidade.

São os seguintes:

O Governo Regional e o Partido Socialista dispõem de 40 minutos;

O PSD de 30 minutos;

O CDS de 15 minutos;

E as Representações Parlamentares, BE, PCP e PPM, dispõem de 10 minutos.

Vamos começar a votar. Agradeço aos Srs. Deputados o favor de ocuparem os vossos lugares.

Vamos então proceder à votação na generalidade do **Plano Regional Anual para 2014**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/X, foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos proceder agora à votação na especialidade. Será feita a votação quanto às propostas de alteração para as respetivas ações e depois Programa a Programa.

Vamos começar com a proposta de alteração à ação 1.1.1, apresentada pelo PCP
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Para a ação 1.1.10, temos duas propostas de alteração.

A primeira a ser votada é a do CDS.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra?

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, peço imensa desculpa à câmara e à Sra. Presidente, mas sou obrigada a pedir um intervalo Regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 5 para as 11.

(Eram 22 horas e 37 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com as votações do Plano para 2014.

(Eram 22 horas e 58 minutos)

Estava à votação a proposta de alteração do CDS para a ação 1.1.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta de alteração julgo que fica prejudicada a proposta de alteração do PPM para a mesma ação.

Vamos agora votar a criação de uma ação...

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, está à votação a proposta de alteração do Partido Socialista. É para fazer uma intervenção.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração ao Plano de Investimentos aplicando e concretizando, na prática, um anúncio que foi feito pelo Sr. Presidente do Governo na sua intervenção há pouco.

O objetivo do Partido Socialista é fomentar o empreendedorismo, fomentar o aparecimento de novas empresas e para isso há uma forte aposta neste Plano de Investimentos. Há uma aposta de 5 milhões de euros.

Este novo Fundo de Capital de Risco, conjugado com outros programas que já estão em vigor na Agenda para a Criação de Emprego, podem fomentar e ajudar a termos mais emprego, mais empresas em áreas que são fundamentais para o crescimento da nossa Região.

Na prática, esta medida é a concretização daquilo que temos vindo a referir: ajudar as empresas, ajudar mais as famílias a poderem ultrapassar esta crise.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então votar a criação da ação 1.1.16, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 1.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação uma proposta de alteração, também apresentada pelo PCP, que altera a participação da ação 1.3.7.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP apresenta esta proposta no sentido de dotar a Inspeção Regional do Trabalho de mais meios para combater aquilo que são alguns problemas que se detetam, e que há pouco o líder da bancada parlamentar do Partido Socialista referiu na intervenção de tribuna. Tem a ver com algumas situações laborais, até de perseguição aos trabalhadores, como foi aqui referido, pelo líder da bancada parlamentar do Partido Socialista.

Como tal, julgamos que é fundamental que se reforce os meios da Inspeção Regional do Trabalho, até porque a crise, por vezes, serve de desculpa para muitos abusos sobre os trabalhadores, designadamente os trabalhadores açorianos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos agora com a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, à ação 1.3.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 votos contra do CDS-PP.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta de alteração fica assim prejudicada a proposta de alteração, para a mesma ação, apresentada pelo PPM. Vamos agora votar o Programa 1 com as alterações que lhe foram introduzidas. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 1 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos para o Programa 2.

A primeira proposta de alteração, neste caso de criação, é do PCP, para a ação 2.1.11.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PCP visa dotar a Ilha Graciosa de uma infraestrutura moderna e adequada para que os produtos, quer da vinha e do vinho, quer da produção de meloa e alho, possam ser, assim como alguns derivados como as compotas de meloa e de uva, comercializados nas melhores condições.

Parece-nos fundamental, para uma ilha como a Graciosa, que fique dotada de uma infraestrutura, à semelhança das que existem em outras ilhas, de modo a que os produtos do setor agrícola da Ilha Graciosa possam ser reforçados e possam ter uma maior distribuição em termos do mercado, nas melhores condições de venda.

Daí a nossa proposta para que aquele projeto seja concluído.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar conta da posição do PS relativamente a esta proposta.

A Adega Cooperativa, de facto, para a Graciosa é uma estrutura importante (já é!), por isso temos acarinhado este projeto e, por proposta nossa, porque fazia parte do nosso manifesto eleitoral, apostámos também nesta estrutura.

Ela tem potencialidades e é por isso que o promotor, que é a própria Adega Cooperativa, apresentou um projeto ao Pró-Rural que vai garantir o financiamento de 75% a fundo a perdido.

A participação da Região Autónoma dos Açores está prevista no Orçamento do IAMA em cerca de 220 mil euros.

A Região Autónoma dos Açores, e isto já foi dito quando o Sr. Deputado Aníbal Pires apresentou uma proposta parecida no Orçamento anterior, não pode substituir o promotor do projeto na parte restante do financiamento.

É por isso que nós não podemos viabilizar esta proposta.

Obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A verdade é que ouvimos este discurso pelo menos desde 2009.

Existe projeto, projeto aprovado. A necessidade é reconhecida pelo Partido Socialista, a obra não se concretiza (o grande problema é esse!) e é indispensável para a economia de uma ilha, como a Graciosa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era só para explicar ao Sr. Deputado Aníbal Pires que o projeto está dependente do promotor encontrar o financiamento para esta obra.

É só aquilo que falta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Avançamos agora com a proposta de alteração à ação 2.2.10, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Avançamos agora com a proposta de alteração do PCP à ação 2.2.11.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PCP visa dotar o Plano da apresentação de uma verba para dar corpo a uma iniciativa do PCP que foi aqui aprovada por unanimidade, nesta

câmara, recentemente, e que tem a ver com a revitalização da produção vitivinícola e da Paisagem Protegida da Vinha, ligando esse projeto também ao turismo, designadamente ao enoturismo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Avançamos agora com a proposta de alteração, apresentada pelo PPM, à ação 2.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Votamos agora a proposta de criação da ação 2.4.07, apresentada pelo PCP.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PCP, à semelhança de outras, visa acrescentar, ainda que não tenha uma grande dimensão, valor às pequenas economias locais.

Por outro lado, sabendo-se e conhecendo-se o problema que existe em São Jorge, relativamente aos coelhos, parece-nos que o incentivo... Desculpem: fumeiro.

Deputado Ricardo Cabral (PS): A dos coelhos é a seguir.

O Orador: É a seguir.

O fumeiro!

Deputado Francisco Coelho (PS): Nós dizemos que é uma cassette, Sr. Deputado. É uma cassette!

O Orador: Não é não. É Blu-ray.

Já vai ver como é que isto funciona.

Sr. Presidente, como eu estava a dizer, tudo o que seja para acrescentar valor às pequenas economias locais, como seja a revitalização do Fumeiro de Santo Antão, parece-nos importante.

Aliás, aproveito para falar já na medida que vem a seguir e que tem a ver com o escoamento da carne de coelho bravo a partir da Ilha de São Jorge.

Conhecendo-se, como se conhece, o problema que existe em São Jorge, relativamente ao coelho, que é de facto uma praga, qualquer incentivo, designadamente ao escoamento da carne de coelho bravo, parece-me que é um contributo, não só para a economia local de São Jorge, mas também de combate àquilo que é considerado uma praga.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PPM, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Coloco agora à votação a proposta do PCP para a criação da ação 2.4.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PPM, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 2 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de sentar.

Secretária: O Programa 2 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PPM, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Entramos agora no Programa 3 do Plano, com uma proposta de alteração, apresentada pelo PCP, à ação 3.1.2.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Face à importância que tem o setor das pescas, o contributo que o Departamento de Oceanografia e Pescas dos Açores dá para o estudo e para a inventariação dos stocks das espécies piscícolas e a importância da Região estar dotada de um navio oceanográfico equipado e adequado às necessidades do trabalho dos investigadores, leva-nos a propor esta iniciativa, de modo a que se inicie o estudo para a substituição do navio oceanográfico Arquipélago, por um navio mais adequado às necessidades que a Região tem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos vender um submarino e comprar o barco!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por exemplo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Coloco agora à votação também uma proposta de alteração do PCP para a ação 3.2.4.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É muito simples.

O entreposto frigorífico vai ser construído na zona onde estava implantado o antigo matadouro. Apenas ocupa um terço daquele espaço.

É fundamental que se garanta, tal como o Governo Regional tem prometido aos santaclarenses, que aquele terreno seja limpo e requalificado.

A proposta do PCP visa apenas isso, reforçar esta ação de modo a que se garanta a limpeza e a requalificação daquele espaço onde vai ser implantado o entreposto frigorífico. Apenas e tão só!

Espero, por isso, que a bancada do Partido Socialista dê o seu apoio a esta iniciativa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora para a proposta de criação de uma ação 3.2.9, apresentada pelo PCP.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vai gastar o tempo todo. Não vai dar para todas as propostas!

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Tenho que o gastar de alguma maneira, não é Sr. Vice-Presidente?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta ação visa responder a uma necessidade de melhorar a proteção do porto da Ribeira Quente. Aliás, e infelizmente, não há muito tempo, por não ter sido feita a obra que é necessária no porto da Ribeira Quente, houve um acidente que teve depois como origem...

Deputado Francisco César (PS): O senhor sabe perfeitamente!...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Veja a Carta Regional das Obras Públicas!

O Orador: Sr. Deputado, o que eu sei perfeitamente é que a obra é necessária. O que eu sei perfeitamente é que, em virtude da obra não ter sido feita ainda, já morreu gente.

É isso que eu sei.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Veja a Carta Regional das Obras Públicas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Benilde Oliveira tem a palavra.

(*) **Deputada Benilde Oliveira (PS):** Boa noite, a todos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta ação, gostava de fazer aqui um pequeno esclarecimento, Sr. Deputado Aníbal Pires.

É louvável a sua ideia, mas o Governo já tem isso em conta, Sr. Deputado.

Embora não seja para o próximo ano, está previsto para a legislatura. Para ser mais precisa, faz parte da CROP, a construção do contra-molhe sudoeste para proteção do porto da Ribeira Quente. Isto está previsto na Carta Regional das Obras Públicas.

Muito obrigada.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas isto é alguma novidade para mim?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos agora para a proposta de alteração à ação 3.3.7, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Avançamos agora para a ação 3.4.2 e com uma proposta de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos agora com a proposta de alteração do PPM para a ação 3.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Por último, temos a proposta de criação da ação 3.4.5, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 3 com as alterações que lhe foram introduzidas,

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 3 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: O Programa 4 tem apenas uma proposta de alteração, apresentada pelo PCP, que cria a ação 4.2.3.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de criação da rúbrica 4.2.3, referente à requalificação do farol da Ribeirinha, já na legislatura passada veio a esta casa.

Só para indicar o sentido de voto do Partido Socialista.

Como sabem, o farol da Ribeirinha (os faróis) é propriedade da Marinha, ou seja, mais uma competência que efetivamente é da República.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): E o dos Capelinhos também. O dos Capelinhos também é da Marinha!

O Orador: Há vontade do poder local, nomeadamente da Junta de Freguesia, da própria Câmara Municipal da Horta e da própria Marinha, no sentido de haver um entendimento de, no futuro, haver uma requalificação do farol que ficou completamente destruído pelo sismo.

Deputado Luís Garcia (PSD): E o dos Capelinhos também não é da República?! E ainda te levantas para dizer uma coisa dessas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos então votar o Programa 4 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 4 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Entramos assim no Programa 5.

A primeira proposta a ser votada é a do PPM, para a ação 5.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Avançamos com uma proposta de alteração do CDS, que cria a ação 5.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 5.3.2, está prejudicada, uma vez que uma das contrapartidas é do Programa 1, que já foi votado.

Sendo assim avançamos para a proposta de alteração do PPM que cria a ação 5.3.2, por contrapartida da 5.9.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Avançamos para a proposta de alteração do PPM, que cria a ação 5.3.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Avançamos com a proposta de alteração do PCP à ação 5.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: De seguida temos a proposta do CDS que cria a ação 5.4.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: De seguida temos a proposta do PPM que cria a ação 5.6.4.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta visa implementar um programa de tutorias escolares com recurso à figura do professor tutor, que é uma figura que já existe na nossa legislação.

Eu tive a oportunidade, quando estudei os sistemas educativos europeus, do norte da Europa, que têm maior sucesso, de verificar que a implementação desta figura tem possibilitado um sucesso evidente aquando da sua aplicação.

Temos que entrar numa nova fase na abordagem às nossas dificuldades no meio escolar, nomeadamente em relação aos resultados escolares que aqui foram referenciados, quer no discurso do PPM, quer também no discurso do próprio Presidente do Governo e das outras forças políticas que tiveram oportunidade de o referenciar, nomeadamente o PSD.

Portanto, este é um problema que é reconhecido por todos. É necessário uma nova abordagem e a abordagem agora é entrar numa segunda fase de intervenção no sistema educativo.

Tivemos que construir infraestruturas escolares, tivemos que construir um parque escolar moderno. É um parque escolar que está à altura daquilo que se faz no resto da Europa. Temos ótimas instalações, temos a estabilização do quadro docente. Agora é necessário sair da fase da massificação e começarmos a tratar os problemas, um a um, a nível das dificuldades da aprendizagem, a nível do aproveitamento escolar.

O que nós propomos é que com esta figura cada aluno seja acompanhado de perto, do ponto de vista do seu rendimento escolar e de todas as dificuldades que possa ter na inserção do meio escolar, por um professor tutor que esteja devidamente habilitado e que também tenha apetência para desenvolver esta atividade educativa.

É uma resposta concreta a um problema que foi por todos referenciado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Para a ação 5.7.4, a mesa recebeu 3 propostas de alteração.

A primeira a ser votada é a do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ó Lúcio sabes o que é acabaste de votar? Não foi um barquinho, foi a tripolaridade!

Presidente: Para a mesma ação, temos a proposta de alteração do Bloco de Esquerda.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por uma economia de tempo, Sra. Presidente, falaria nas quatro propostas de alteração para o Plano, que são simples, fáceis de compreender, conhecidas já publicamente e que vão continuar a ser aprofundadas pelo Bloco de Esquerda.

Uma delas tem a ver com o apoio ao desenvolvimento tripolar dos Açores, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A proposta já foi rejeitada, porque já foi aprovada uma com contrapartida!

A Oradora: Eu estou a aproveitar para apresentar todas, Sr. Vice- Presidente. Fica o assunto resolvido.

Aproveitei esta oportunidade que a Sra. Presidente me deu...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Para apresentar a proposta!

A Oradora: A Sra. Presidente deu-me a palavra. Eu estou a aproveitá-la.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas essa já está prejudicada!

A Oradora: Vou resumir, Sra. Presidente, se me permite.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor não é Presidente da Assembleia. O senhor manda no Governo, mas não manda na Assembleia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pois não!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, eu já nem estava a falar da proposta que vamos votar.

Estava a aproveitar...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, só para esclarecer.

De facto, esta proposta em concreto está prejudicada, porque é exatamente de igual teor à proposta do PSD, a mesma dotação que foi apresentada.

No entanto, eu dei a palavra à Sra. Deputada que aproveita o momento para apresentar todas as suas propostas de alteração.

A Oradora: Exatamente.

Presidente: Pode continuar, Sra. Deputada.

A Oradora: Estava eu a dizer que são quatro, são simples, compreensíveis, a opinião pública conhece-as e vai continuar a conhecê-las.

Têm a ver com aquela que foi prejudicada, que é o apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores; tem a ver com a implementação do Rendimento Social dos Açores; tem a ver com o combate à infestação por térmitas, desinfestação e obras de reparação de imóveis danificados por térmitas; tem também a ver com a reabilitação e a renovação urbana e do espaço público.

Mas tendo o partido parlamentar maioritário anunciado publicamente, dentro desta casa e fora, como foi notícia no Telejornal dos Açores, de que votará contra todas as propostas do Bloco de Esquerda, penso que não tenho mais nada a explicar sobre esta matéria.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não foi isso que o PS disse nesta Casa!

Deputada Zuraída Soares (BE): Foi o que foi dito na televisão!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não foi não!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então votar a proposta de alteração do Bloco de Esquerda.

Vozes da Câmara: Qual?

Presidente: Esta proposta de alteração.

Vozes da Câmara: Está prejudicada!

Presidente: Considerando os esclarecimentos da câmara, está prejudicada a proposta do Bloco de Esquerda.

Vamos avançar com a proposta do PPM que, apesar de ser para a mesma ação, é de diferente teor.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 5.8.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Avançamos para a proposta do CDS que cria a ação 5.9.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos com a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 5.10.11.

Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional sempre apoiou ao longo destes anos a Filarmónica Lira Corvense. Aliás, consta do nosso manifesto eleitoral esse apoio contínuo à única filarmónica da Ilha do Corvo.

A sede utilizada por esta filarmónica tem vindo a degradar-se com o decorrer dos anos, sendo necessária a sua reparação.

Na visita do Governo Regional à Ilha do Corvo, em maio passado, o Sr. Secretário da Educação e Cultura transmitiu à Direção desta filarmónica a intenção da resolução deste problema com a maior brevidade possível.

Sendo o apoio a esta filarmónica um compromisso eleitoral, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta de alteração.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para apresentar a minha proposta. O Sr. Deputado Iasalde Nunes já fez a apresentação.

(Risos da Câmara)

Concordo com a descrição que foi feita pelo Sr. Deputado Iasalde Nunes e também concordo com a minha própria proposta.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é que se chama coerência!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vota a favor?!

O Orador: Nesse sentido estamos juntos nesta preocupação e com certeza na sua votação favorável.

Deputado Francisco César (PS): Ainda bem que está de acordo connosco!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vota a favor da sua proposta?!

Presidente: Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos para a ação 5.10.16 e com a proposta de alteração apresentada para esta ação pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos agora com a proposta do CDS para a criação de uma ação 5.10.28.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam...

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta proposta, pedi a palavra para informar a câmara do sentido de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que será a favor da criação do Núcleo Museológico da História dos Cabos Submarinos no Museu da Horta.

Relativamente àquilo que está presente no manifesto eleitoral do Partido Socialista, já foi promessa do Partido Socialista em relação à cedência da *Trinity House*, onde hoje funciona a Escola Básica Integrada da Horta e que, com certeza, terá em conta a segunda fase das obras da Escola Básica Integrada da Horta.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vai anunciar que vai votar a favor!

A Oradora: Exatamente, tirou-me as palavras da boca.

Queria plagiar aqui o Sr. Deputado do PPM...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é crime, Sra. Deputada!

A Oradora: ... e informar o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues que voto a favor das suas palavras.

Imagino que tenha sido uma proposta do PS. Não foi uma proposta, foi uma concretização e nem sequer foi do PS, foi do anterior Presidente do Governo que muito gentilmente...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Foi uma proposta!

A Oradora: Não foi uma proposta, foi uma negociação que existiu à qual o Sr. Presidente foi sensível e fez a cedência, na palavra da Sra. Secretária Cláudia Cardoso, que numa cerimónia organizada pelos Amigos do Cabo Submarino cedeu a *Trinity House* aos Amigos dos Cabos Submarinos para uma futura construção do espaço museológico.

Deputado Berto Messias (PS): Que história!

A Oradora: Obviamente com muito agrado, vejo que se está a dar um primeiro passo nesse sentido.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Sr. Deputado vai dizer que é mentira, que não foi a Sra. Deputada Cláudia Cardoso! Vai desmentir a senhora!

O Orador: Sr. Deputado Jorge Macedo, para a asia é bom maçãs verdes.

Em relação à explicação da Sra. Deputada Graça Silveira, e muito bem, eu só queria dizer que se fiz a minha intervenção primeiro do que a senhora foi porque a Sra. Presidente ia colocar à votação. Como a senhora não se tinha inscrito, eu inscrevi-me. Foi nesse sentido.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação à questão da *Trinity House* tenho acompanhado esse processo e inclusive o Sr. Secretário Regional da Educação o tem feito.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Como todos os outros!

O Orador: Só queria informar que nessa cerimónia estava o antigo Presidente do Governo, ou a Sra. Secretária Regional da altura, a Sra. Deputada, neste momento, Cláudia Cardoso. Eles, antes e agora, continuam a ser do Partido Socialista.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem? Os cabos submarinos?!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta do PPM para a criação de ação 5.10.28, que depois em sede de redação final... é outra ação. É uma nova ação que ficou com o mesmo número.

Coloco à votação a proposta do PPM para uma nova ação 5.10.28.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Deputada Zuraida Soares (BE): Antecipou-se!

O Orador: Antecipei-me, porque o Partido Socialista não falando em primeiro lugar, quer dizer que vai chumbar a proposta, mas deveria votar a favor.

Deputado José Ávila (PS): Ainda não sabe!

O Orador: Deveria votar a favor, porque este Projeto de Resolução que cria este Atlas da Cultura Imaterial foi votado favoravelmente pelo Partido Socialista e foi viabilizado por esta casa.

Nesse sentido, é necessário que tenha a componente financeira para se poder concretizar.

Eu gostaria muito de folhear, dentro de um ano, o Atlas do Património Imaterial ou de verificar então, se tiver outro suporte, o suporte digital, no computador, aquilo que foi aqui aprovado e aquela coletânea que foi feita pela Direção Regional da Cultura nesta matéria.

Portanto, do ponto de vista lógico, do ponto de vista racional, esta proposta deveria ser aprovada por esta câmara.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso diz o senhor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos então votar o Programa 5 com as alterações que lhe foram introduzidas

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 5 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Entramos assim no Programa 6 com uma proposta de criação da ação 6.2.5, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A proposta do PCP...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está prejudicada.

Presidente: ... para a criação da ação 6.2.6 está prejudicada, por ter como contrapartida uma ação do Programa 1 que foi votado, pelo que avançamos para a proposta do CDS para a ação 6.7.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado Ricardo Cabral tinha pedido a palavra?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Sim senhora.

Presidente: Peço desculpa. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exma. Senhora Presidente, Exmo. Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores tem tido uma atenção especial e permanente com a redução das listas de espera cirúrgicas do Serviço Regional de Saúde.

As administrações das instituições públicas de saúde da Região retomaram a proposta de uma maior rentabilização dos recursos do Serviço Regional de Saúde como mais uma forma de controlar as listas de espera.

Os açorianos devem saber que foram efetuadas um total de 13.968 cirurgias durante o ano de 2012.

Em suma, as instituições de saúde e os profissionais de saúde estão a fazer um grande esforço para servir as populações.

O grande e já muito conhecido problema é sempre o défice de recursos médicos, sobretudo os anestesistas, o que exige por parte de todos um empenhamento no que diz respeito à formação médica.

Sabemos que é impossível eliminar as listas de espera. Todavia podemos contribuir para diminuir o tempo de espera para períodos de tempo aceitáveis.

Sabemos que os esforços todos não têm sido suficientes para reduzir os atrasos tanto quanto desejaríamos.

Necessitamos de dar continuidade às políticas do Governo Regional que visam a rentabilização das estruturas, a avaliação dos desempenhos e a eficiência dos profissionais de saúde para otimizar o Serviço Regional de Saúde e melhorar os níveis de saúde dos açorianos e dos que optaram por viver nos Açores.

A acessibilidade aos cuidados de saúde é uma perene preocupação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os mecanismos e os procedimentos que possamos criar para diminuir esta espera devem ser implementados em equilíbrio financeiro para melhorar os cuidados prestados aos utentes, especialmente nos casos onde o Serviço Regional de Saúde mostre alguma dificuldade nas solicitações, razão pela qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai aprovar a proposta de alteração do Plano e Orçamento regional que reforça a ação 6.7.1, Vale de Saúde, no montante de 125 mil euros, por ser uma medida complementar às já implementadas pelo Governo Regional dos Açores na recuperação das listas de espera cirúrgicas.

A saúde das pessoas é um bem precioso para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Disse.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Domingos Cunha (PS):

Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Penso que agora estamos em condições de passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passamos à última proposta de alteração para este Programa, apresentada pelo PSD, que dota a ação 6.8.1.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, com esta proposta, assume uma coerência de ação.

Retoma em 2014, no âmbito do Plano de Investimentos, uma verba que estava contemplada no Plano de 2013 e que, no âmbito do debate do Plano e Orçamento, que decorreu nestes últimos dias, o PSD teve oportunidade de afirmar que o Sr. Secretário Regional da Saúde e o Governo a tinham rasgado. Isto é, não respeitou uma decisão unânime da Assembleia Regional quando em março introduziu um reforço que permitiu atingir 700 mil euros, o mesmo valor que agora propomos inscrever no Plano de Investimentos para 2014, com vista à recuperação das listas de espera.

A nossa coerência mantém-se e a nossa proposta aqui está nos exatos termos em que o fizemos em março de 2013, aprovado por unanimidade nesta câmara e desrespeitada de forma clara pelo Governo Regional dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Fazemo-lo no pressuposto de que são necessários mecanismos de produção adicional, para além do horário normal de serviço nos nossos hospitais, para que as listas de espera que são vergonhosas, que atingem cerca de 9 mil açorianos em espera cirúrgica, possam ser combatidas.

Acreditamos que os mecanismos de racionalização das infraestruturas e dos recursos humanos não são suficientes (muito longe disso!) para combater este flagelo e para as listas de espera, se não forem tomadas medidas adicionais, nomeadamente de produção adicional fora do horário normal de serviço, não será possível responder a este flagelo.

É por esta razão que apresentamos esta proposta, não com o intuito de atirar dinheiro para cima dos problemas, mas porque entendemos – repito – que com os recursos humanos atuais, e com as estruturas logísticas atuais dos nossos hospitais, não é possível conter, em horário normal de serviço, as listas de espera cirúrgicas.

Fazemo-lo com esta proposta no sentido de ir ao encontro daqueles que sofrem e que estão há muito à espera da sua vez, de modo a que o seu sofrimento seja reduzido, seja eliminado.

Sr. Secretário Regional, lamentamos a insensibilidade do Governo em mais uma vez não ter concretizado aquilo que esta Assembleia Regional, em março de 2013, aqui propôs e aqui foi aprovado por unanimidade, sob proposta do PSD, e que, em consciência e em função da atitude prévia assumida perante a votação anterior, a bancada do Partido Socialista deveria aprovar a nossa proposta.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto porquê, Sr. Secretário? – ainda lhe digo mais no sentido de caracterizar de forma mais diferenciadora a nossa proposta, relativamente àquela que foi aprovada, imediatamente, antes da que estamos a propor.

É que com a nossa proposta propomos a utilização dos recursos do próprio hospital, da logística do próprio hospital e não propomos o estabelecimento de convenções com qualquer entidade fora do Serviço Regional de Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que há pouco, ao aprovarmos a proposta de alteração anterior, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deu uma indicação de que está preocupado com as listas de espera.

Já disse publicamente que é uma situação de difícil resolução, mas estamos todos empenhados em que se resolva o assunto.

Para resolver o assunto temos que rentabilizar o que temos, a capacidade instalada, arranjar forma de fixar médicos especialistas para produzir ainda mais.

Foram feitas em 2012, 12 mil ou perto de 13 mil cirurgias.

Queremos fazer mais e o Sr. Secretário, o Governo Regional e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estão empenhados que sejam rentabilizados todos os recursos que temos, e vamos arranjar ainda mais, para se produzir mais nas nossas instituições de saúde públicas.

Mesmo assim, dividindo o tempo de cirurgia pelos 250 dias/ano, que se fazem cirurgias nos nossos hospitais, não vamos conseguir diminuir consideravelmente as listas de espera.

Temos que fazer um esforço para chegar e temos que arranjar forma, para que aquilo que aprovámos na proposta anterior, o Vale de Saúde, para que as pessoas façam as suas cirurgias o mais rapidamente possível.

Muito obrigado.

Deputados Francisco César e José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que o Partido Socialista acabou de fazer com a votação da proposta anterior, por parte do CDS-PP, foi um ato de pura demagogia política.

Aquilo que os senhores quiseram fazer com esta aprovação foi dizer que estavam disponíveis para dar um contributo, ...

Deputado André Bradford (PS): E demos!

O Orador: ... em relação ao qual nós concordamos e por isso votámos favoravelmente, mas que achamos que é perfeitamente insuficiente.

Se a bancada do Partido Socialista e o Governo estão, na realidade, dispostos a criar mecanismos alternativos à produção normal dos hospitais, no sentido de reduzir as listas de espera cirúrgicas, para além de aprovar uma proposta no valor de 125 mil euros – e bem, em relação à qual nós também manifestámos

favoravelmente o nosso voto – o desafio que faço à bancada do Partido Socialista é que vote favoravelmente a nossa ação.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, já andamos preocupados com as listas de espera cirúrgicas, há muitos anos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nota-se! Nota-se que estão muito preocupados pelos números nas listas de espera!

O Orador: Estamos bastante preocupados, Srs. Deputados.

A estratégia que temos utilizado nos últimos anos é exatamente a mesma que o senhor está a propor agora, que é adjudicar.

O Governo, com o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, optou por outra estratégia, rentabilizar todos os recursos, melhorar o número de consultas, diminuir as listas de espera e apostar no Vale de Saúde, para que as pessoas possam, fora das instituições públicas, resolver o seu problema.

Antes fizemos exatamente o que o vosso partido propõe agora, que foi abrir uma rubrica para as listas de espera, mas não conseguimos durante estes anos todos.

Agora queremos rentabilizar internamente, fixar médicos, arranjar forma de ter especialistas suficientes e rentabilizar os blocos, à tarde e à noite, sempre da melhor forma, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Coitados dos doentes! Coitados do que estão à espera!

O Orador: ... e paralelamente arranjar forma, nas instituições privadas, para resolver rapidamente as pessoas que estejam interessadas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Realmente o Sr. Deputado Ricardo Cabral fez um esforço, até pelo semblante que aqui apresentou ao longo da sua intervenção, ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... de manifestar uma preocupação pelo problema, que eu acredito que seja absolutamente sincera.

Sr. Deputado Ricardo Cabral, eu quero reafirmar em nome do PSD, e para memória futura, porque ela vai ficar registada no Diário das sessões, que o PSD considera que não é pela rentabilização dos recursos humanos, ou não é apenas pela rentabilização dos recursos humanos, ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Ainda bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... nem pelas estruturas logísticas.

Não há neste momento capacidade nos três hospitais da Região, utilizando os recursos humanos e as estruturas físicas de que a Região dispõem, de combater este flagelo.

Portanto, não é pela aprovação apenas e só do Vale de Saúde – que nós, como lhe disse, também votámos favoravelmente – que esta questão se irá resolver.

Desculpe que lhe diga, Sr. Deputado Ricardo Cabral, mas não é por se ter estabelecido, em tempos, um programa de recuperação de listas de espera cirúrgicas, que as listas de espera cirúrgicas irão acabar. Elas irão sempre existir.

Agora, uma coisa bem diferente disto é o crescimento exponencial dos doentes que estão em espera para realizar as suas cirurgias.

O que se tem verificado é um crescimento – repito – exponencial ao longo dos anos.

Nós não acreditamos que com as estruturas e com os recursos humanos atuais consigamos dar resposta a esta situação.

Por isso, em coerência com a posição assumida em março passado, reiteramos a proposta que aqui hoje vos apresentamos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, eu compreendo que o aumento do número das listas de espera tem uma causa e esta causa é a melhoria do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Jorge Macedo (PSD): José San-Bento, regressa que está perdoado!

O Orador: Melhores meios auxiliares de diagnóstico e mais cirurgias propostas.

Agora faço-lhe uma pergunta, Sr. Deputado:

Há muito tempo que temos essa preocupação, mas conseguimos aumentar o número de consultas ao longo destes anos.

Se o senhor for às estatísticas, nós não andamos para trás, andamos para a frente.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Só que a tecnologia no *know how* da saúde na Região, que cada vez se aproxima sempre dos diagnósticos mais apurados e com maior acessibilidade aos cuidados de saúde, aumentou o número nas listas de espera.

Não conseguimos resolver este aumento colocando nas nossas instituições de saúde os doentes para resolver os problemas.

Cada vez mais, há mais doentes; cada vez mais, há mais cirurgias.

Eu tenho aqui os números, cedidos gentilmente pelo Dr. Domingos, porque eu tenho os meus no meu computador. Queria chamar a atenção para as cirurgias programadas com um aumento de 30% no Hospital de Ponta Delgada, na Terceira de 16% e na Horta de 29%.

Portanto, tem havido um aumento do número real de cirurgias. Agora temos é mais doentes.

Por que é que temos mais doentes?

Porque temos um melhor diagnóstico para propor as cirurgias e fazemos mais cirurgias do que fazíamos antigamente, porque os médicos estão melhor preparados.

Temos médicos anestesistas a menos? Menos tempo de bloco? Temos problemas? Vamos resolver.

É isso que o Sr. Secretário Regional e o Governo Regional têm como preocupação e nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vamos ajudar a este aumento de qualidade...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e aumento de tratamento. É aumentando a acessibilidade dos doentes que conseguimos todos melhorar os números e a saúde de todos/as os/as açorianos/as.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Ricardo Cabral não me contradisse em nada em relação àquilo que afirmei.

De uma maior procura, naturalmente surgiu uma maior necessidade.

O que V. Exa. não me conseguiu contradizer é que apesar do número de cirurgias ter aumentado, o número de listas de espera não deixou de aumentar. Pelo contrário, aumentou e muito e aumentou a um ritmo muito maior do que o número de cirurgias realizadas. Isso o senhor não conseguiu, de maneira nenhuma, desmentir.

Portanto, o número de doentes em espera aumentou exponencialmente e aumentou a um ritmo muito superior ao número de cirurgias realmente efetuadas.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é “muito”. É exponencialmente (ponto!).

O Orador: O problema existe. Estamos convictos de que a solução por vós proposta não é solução. Por isso propusemos o que aqui está proposto e veremos no futuro quem é que tem razão, Sr. Deputado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Devo dizer o seguinte sobre esta matéria:

O combate das listas de espera é um assunto que deve merecer a melhor atenção, mas também devo dizer que se há coisa que se provou ao longo destes anos é que este sistema não funcionou.

Acho que os 700 mil euros deve ser uma fixação do PSD. Não percebo por que é que não é 1 milhão e meio? Ou 2 milhões? Ou 2 milhões e meio?

Lembro-me que já foi 1 milhão e 700 mil e o resultado foi o aumento das listas de espera.

Também me lembro de uma pergunta que fiz aqui e de uma estatística que se fez de que a produção no horário normal diminuiu e que a produção extra horário normal aumentou.

Portanto, o resultado destes anos todos foi o aumento.

Tenho realmente pena e espero que efetivamente o Governo aplique o Vale de Saúde, mas para o Vale de Saúde ser eficaz há uma condição prévia: não pode ser a parte interessada a geri-lo, como foi até aqui.

A parte interessada foi os hospitais.

Por que é que os hospitais não queriam que o Vale de Saúde funcionasse?

Porque exatamente queriam esse dinheiro para os seus recursos. Agora eu não sei se esse dinheiro foi efetivamente utilizado na redução de cirurgias.

Não há números e era preciso números para se perceber qual foi a redução e o montante, quantas cirurgias foram feitas com esse dinheiro.

Se todo o esforço é pouco, não me parece que este seja o caminho.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 6 com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 6 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação. Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos à meia-noite e meia.

(Eram 00 horas e 17 minutos)

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

(Eram 00 horas e 35 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar com a nossa votação.

Entrámos no Programa 7.

A primeira proposta a ser votada é a do PPM que altera a ação 7.1.11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: A proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda para a ação 7.2.1 está prejudicada, porque apresenta como contrapartida ações do Programa 4 que já está encerrado, pelo que avançamos para a proposta apresentada pelo PSD à ação 7.2.3.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas umas breves palavras para justificar a proposta do PSD relativamente à alteração ao reforço de verba em 228 mil euros para a ação 7.2.3 – Fundo Regional de Ação Social.

Esta proposta está diretamente relacionada com o Orçamento Regional, no que diz respeito à proposta de aditamento do artigo relativo ao reforço do Complemento Regional de Abono de Família.

Nessa medida, pedia à Sra. Presidente que pudesse também mencionar a proposta do PSD relativamente a essa matéria e também do reforço do Apoio Complementar aos Pensionistas.

Estes 228 mil euros são relativos aos 10% de reforço do apoio ao Complemento Regional de Abono de Família, na sequência do que foi esclarecido pela Sra. Secretária Regional em sede de comissão, de que a verba relativa ao Apoio Regional ao Abono de Família sai deste Fundo Regional de Ação Social.

Sendo a totalidade que a Região disponibiliza anualmente de 2 milhões, 280 mil euros, 10% significa este reforço de 228 mil euros.

O PSD, tal como ficou já suficientemente explanado durante o debate do Plano e Orçamento durante estes 3 dias, e amplamente reforçado pelo Sr. Presidente do Partido Social Democrata, entende que numa época em que as famílias açorianas vivem situações extremamente difíceis e em que os mais frágeis sentem com maior acuidade a crise que se instalou na Região Autónoma dos Açores, o Complemento Regional de Abono de Família, não sendo aumentado durante o ano de 2013 e não havendo qualquer proposta de aumento para o ano de 2014, naturalmente sendo um apoio que incide essencialmente sobre pessoas que têm fracos rendimentos, o PSD entende que será de justiça que possa haver este reforço de 10%, aliás fazendo justiça àquilo que tem sido a nossa orientação para enfrentar estes momentos difíceis.

Em consequência também disso, entendemos que relativamente ao Complemento Regional de Pensão a proposta que o Governo apresenta é insuficiente, é uma proposta meramente simbólica...

Deputado Francisco César (PS): Simbólica?!

O Orador: Simbólica! Três cêntimos por dia, Sr. Deputado, é simbólico!

Três cêntimos por dia, de reforço, numa altura em que as pessoas têm pensões de miséria é, digamos, 1 euro por mês. Como li num jornal, dará para um pacote de batatas, ...

Deputado José San-Bento (PS): Bom é o Governo da República!

O Orador: ... dará para um café e pouco mais.

Deputado José San-Bento (PS): E cortes de 10% nas pensões dá para quê?

O Orador: Portanto, por mês, pensamos que é manifestamente pouco, atendendo àquilo que são as disponibilidades e as possibilidades que a Região tem e que são amplamente manifestadas pelo Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Afinal há disponibilidade!

O Orador: Sr. Deputado, se não houvesse disponibilidade, nós não encontrávamos a verba suficiente para reforçar este apoio.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, 10% de reforço do Complemento Regional do Abono de Família e do Complemento Regional de Pensão, pensamos que são verbas que vêm ajudar aqueles que mais fragilizados estão com a crise que vivemos na Região.

Não podemos esquecer que são pessoas que muitas vezes têm que pensar, a esta hora ou antes da hora a que nos encontramos, quando pensam naquilo que vão fazer no dia seguinte, qual das refeições é que vão abdicar.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma tristeza!

O Orador: É para essas pessoas que devemos ter uma maior atenção, uma maior preocupação e temos que apoiar.

É isso que propomos com estas alterações.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor devia ter vergonha de fazer uma intervenção dessa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Lamento a forma como a intervenção do Sr. Deputado foi feita, com alguma demagogia, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Alguma?!

O Orador: Pronto, muita!

... utilizando de uma forma quase ostensiva as dificuldades com que as pessoas estão a atravessar no dia a dia para conseguir ter algum proveito.

Sr. Deputado, o senhor conhece perfeitamente, tão bem como nós, as dificuldades que as pessoas estão a passar nos seus dias. O senhor sabe as condições financeiras que a Região está a atravessar, condições que fazem com que nós possamos cumprir os nossos compromissos, mas também possamos ajudar as famílias.

O senhor não esquece, com certeza, o que se passa lá fora, onde todos dos dias se corta aos nossos trabalhadores, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... aos nossos reformados.

Estamos a fazer um trabalho de ajudar as famílias e as empresas e consideramos que com a verba que temos alocada para ajudar e para pagar o Complemento de Pensão, conseguiremos dar um apoio, ou reforçar substancialmente o apoio que é dado a esses reformados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o abono de família?

O Orador: Aquilo que os senhores trazem para esta Assembleia, infelizmente, é a irresponsabilidade típica do PSD.

Dinheiro para cima, mais do que aquele que o Partido Socialista já atribuiu responsabilmente.

Estas medidas devem ser feitas não para dar mais do que aquilo que o PS dá, mas, sim, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... para conseguir ajudar concretamente as pessoas.

O senhor sabe que o Partido Socialista tem tido uma agenda compensatória, uma agenda estrutural, por um lado tentando manter o rendimento das famílias, ajudando quer as crianças, quer os pensionistas, quer os trabalhadores, quer os desempregados, com programas de emprego.

Nós estamos a trabalhar!

Os senhores o que vêm para aqui trazer é sempre mais, é tentar fazer uma propaganda tentando oferecer mais do que aquilo que o Partido Socialista, responsabilmente deu.

Infelizmente os senhores continuam com essa postura que não é de agora.

Por isso, o Partido Socialista compromete-se a continuar a ajudar as famílias e as empresas para conseguirem ultrapassar estas dificuldades.

Sabemos que não será fácil, mas o nosso compromisso é de continuar a trabalhar.

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias e José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, ofensivo para quem auferem uma pensão de 200 e poucos euros por mês, é atribuir um reforço do Complemento de Pensão de 3 cêntimos por dia.

Deputado José San-Bento (PS): Ó senhor, os senhores estão a cortar 10%!

O Orador: Isso é que é ofensivo, quando os senhores dizem e reforçam que têm disponibilidade para aumentar essas pensões.

O que estamos aqui a propor, e senhor habilmente fugiu a essa vertente da questão, é também um apoio de 10% ao abono de família.

Sr. Deputado, as pensões de 200 euros não sofrem cortes por parte da República.

O que temos na Região é um aumento de impostos que vai atingir também essas pessoas que recebem o mínimo dos mínimos, e que muito bem o PSD apoia.

O aumento do IVA atinge de igual forma todos os açorianos e naturalmente que atinge aqueles que têm pensões mais baixas.

Deputado Manuel Pereira (PS): Quem é que o aumentou?

O Orador: Sr. Deputado, nos Açores, 54% dos agregados familiares estão no primeiro escalão; mais de 18% estão no 2º escalão.

Todos esses agregados familiares dos Açores significam dois terços dos açorianos que sobrevivem com menos de 500 euros por mês.

Estamos a falar de apoiar, de reforçar aquilo que é a propaganda do Partido Socialista, de reforçar os apoios complementares na região. Ignora pelo segundo ano o reforço do abono de família e aumenta 1 euro por mês o Complemento Regional de Pensão.

O que é não coerente, o que não é sério...

Deputado Francisco César (PS): O que não é coerente?!

O Orador: ... o que não é justo, é o senhor fazer uma propaganda enorme com o reforço do Complemento de Pensão e do Complemento do Abono de Família, quando pelo lado do abono de família não reforça nada e o Complemento de Pensão reforça 1 euro por mês àqueles que têm pensões de sobrevivência e de miséria.

O que nós estamos a falar é de um total de pouco mais de 2 milhões de euros de reforço para o Complemento Regional de Pensão e para o abono de família, Sr. Deputado. Estamos a falar de um reforço de 228 mil euros.

Deputado Luís Garcia (PSD): Com tantos milhões isso não é nada!

O Orador: Metade dos assessores de imprensa do Governo Regional.

Disse.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, o senhor vem falar de coerência?

Sinceramente, já não vos percebo.

Os senhores são um caso crónico de dupla personalidade, mas uma coisa irremediável, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Por um lado, os senhores vêm dizer que nós estamos completamente falidos, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não estão! Gastam é mal!

O Orador: ... estamos cheios de dificuldades financeiras; o Setor Público Empresarial está na falência, não tem possibilidade nenhuma. Por outro lado, já acham que há disponibilidade financeira e vêm aqui fazer propostas.

Os senhores dizem: Há crise! Há cortes! Os senhores têm que acudir!

Mas os senhores, na Assembleia da República, a primeira coisa que fazem é votar ao lado do seu partido...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... no Orçamento de Estado que corta a estas famílias e aos funcionários públicos.

Quem é que vos percebe, Sr. Deputado?

Sr. Deputado, tenham coerência!

Digam lá fora o mesmo que dizem aqui!

Deputado André Bradford (PS): Assumam!

O Orador: Sr. Deputado, os senhores são um caso crónico de dupla personalidade.

Nós temos uma palavra aqui e uma palavra lá fora.

Deputado Luís Garcia (PSD): Quando?

O Orador: Nós estamos a defender os trabalhadores, estamos a defender os reformados contra que governo for, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... seja ele do Partido Socialista, seja ele do PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O nosso partido é os Açores!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O nosso compromisso é continuar a ajudar as famílias e as empresas na medida das nossas possibilidades.

Façam-no os senhores responsabilmente também.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Três cêntimos é gozar com a cara das pessoas!

Deputado Rogério Veiros (PS): O PSD é bipolar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para que fique esclarecido. As pensões sobre as quais incide o Complemente Regional de Pensão não sofreram cortes na República.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E sofreram aumento?

O Orador: Que isso fique esclarecido para que não continue a haver o engano que o senhor pretende demonstrar com as suas declarações.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Para além disso, voltou a não dizer uma palavra sobre o Complemento de Abono de Família que, pelo segundo ano, não sofre qualquer aumento. Com o aumento do custo de vida acaba por se revelar uma diminuição do Complemento do Abono de Família.

Para além disso, Sr. Deputado, o senhor e o Partido Socialista, do governo de José Sócrates, assinaram no Memorando da Troika um corte de 150 milhões na Segurança Social.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Podemos ficar aqui indefinidamente.

Sr. Deputado, eu, no seu lugar, teria algum pudor na forma como apresentou as suas questões.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Pudor, a esta hora?

O Orador: O senhor pode criticar o Governo de José Sócrates. Nós também já o criticámos no passado e não temos problema nenhum ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... em fazê-lo no presente, o Partido Socialista dos Açores.

Agora, Sr. Deputado, tenha algum pudor!

O Partido Socialista de José Sócrates é que cortou na Segurança Social?

E os senhores? Os senhores não estão a cortar na Segurança Social?

Os senhores estão a destruir a Segurança Social!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Tenha vergonha nessa matéria, Sr. Deputado!

Nós estamos a ajudar as famílias. Veja o Orçamento da Região, Sr. Deputado. Temos a Remuneração Complementar para conseguir ajudar as famílias a manter o seu consumo interno intacto...

Deputado Bruno Belo (PSD): E o abono?

O Orador: ... apesar da austeridade que o seu partido lá fora traz.

O senhor vem aqui fazer-nos essas acusações.

Está a falar do Governo Socialista de José Sócrates?

Sr. Deputado tenha pudor! E, sobretudo, tenha amor aos Açores!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, pudor, quando o senhor na resposta a um requerimento diz que, ...

Deputado Francisco César (PS): Eu?! Eu?!

O Orador: ... o Governo gasta mais com assessores de imprensa do que o senhor está disponível para reforçar o abono de família daqueles que menos têm nos Açores?

Deputado Francisco César (PS): Eu não respondo a requerimentos!

O Orador: O senhor fala-me de pudor quando tem 50 mil pensionistas nos Açores que recebem pensões inferiores a 300 euros?

O senhor tem coragem de me vir falar em pudor, quando tem uma crise social nos Açores, em que há pessoas a passar fome?

Deputado José Ávila (PS): Isso é demagogia!

O Orador: O senhor vem falar-me de pudor quando se gaba, sorri e vangloria, perante tantas manigâncias do seu Governo, ...

Deputado Francisco César (PS): Manigâncias?!

O Orador: ... quando tem uma sociedade que vive na pobreza, com 70 mil açorianos que podia apoiar e reforçar o seu apoio, recusa-se, e quer dar-lhes 3 cêntimos por dia?

Deputado José Ávila (PS): Isso é demagogia!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Acha que 3 cêntimos por dia é pouco?

Deputado Duarte Freitas (PSD): É!

Deputado Luís Garcia (PSD): É gozar com a cara das pessoas!

O Orador: O senhor vem-me a acusar, a mim, de falta de pudor?

O senhor apoiou e ainda esta semana citei aqui o seu Vice-Presidente da bancada, em que tecia loas ao Primeiro-Ministro pelos cortes que fazia aos funcionários públicos.

É o senhor que me vem falar de pudor...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... quando foram os senhores que assinaram o Memorando da Troika que nos levou ao resgate financeiro? Depois de nos terem levado à falência?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Fala-me o senhor de pudor?

O senhor é que devia ter vergonha de propor o aumento de 1 euro por mês àqueles que nada têm e que têm dificuldade em pôr comida na mesa!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de contribuir para o debate nesta matéria, lembrando que o Governo dos Açores, no âmbito de um enorme esforço que será reforçado em 2014, irá, no conjunto e na globalidade das medidas de apoio às famílias...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não devia ser a Sra. Secretária na área?! Afinal ele é que manda em tudo!

Deputado Bruno Belo (PSD): Tinhas razão há pouco!

O Orador: ... e às empresas açorianas, assegurar que as famílias e as empresas, por viverem e trabalharem nos Açores, tenham um benefício adicional, só em 2014, de 230 milhões de euros em relação àquilo que se vê na Madeira e no Continente.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro) e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Podem sempre dizer que 230 milhões é pouco.

Evidentemente que qualquer valor será sempre pouco para aquilo que nós gostaríamos de disponibilizar e será sempre pouco para as efetivas necessidades dos açorianos, mas é tudo aquilo que dentro das nossas competências e dos nossos recursos podemos apoiar, na certeza, porém, que essas famílias e estas empresas nos Açores têm mais 230 milhões de apoio num ano do que se vivessem no Continente.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Pode fazer-se as contas todas de dividir, ao dia, à hora e ao minuto; Pode omitir-se que durante os últimos 4 anos o Complemento Regional de Pensão que o senhor critica por aumentar este ano 2%, foi já aumentado, nesse período, 22%. Portanto, estamos a associar mais 2% a um aumento de 20%.

Podemos entrar nas contas todas dessa demagogia.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Demagogia?!

Deputado José Ávila (PS): Demagogia pura!

O Orador: Acho que os açorianos não merecem essa demagogia, porque (tenho que lhe dizer, Sr. Deputado!) o senhor entrou numa absoluta contradição. O senhor utilizou palavras pouco qualificáveis para redizer e criticar o Governo por ter feito um aumento de 1 euro por mês no Complemento Regional de Pensão, mas fez isso no contexto de vir defender uma proposta que demora 100 dias para ela assegurar um aumento do mesmo 1 euro, porque a proposta que os senhores vêm aqui defender, dá um aumento por criança de 1 cêntimo por dia, ou seja, 30 cêntimos por mês.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Ou seja, um terço daquilo que os senhores criticaram.

Por isso, Sr. Deputado, não digo isso para entrar nessa análise que não resolve nada os problemas dos Açores.

Afirmei e demonstrei a sua contradição para que da próxima vez tenha mais cuidado em usar determinadas palavras e em utilizar determinada demagogia.

Como se demonstra, essa demagogia e essas palavras, neste caso, viraram-se exatamente contra si.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava com ideias de vir ao debate neste momento, até porque a matéria que estamos a tratar será discutida depois em sede de discussão do Orçamento, mas face a este diálogo que se estabeleceu entre os dois partidos do centrão, eu gostaria de lembrar o seguinte:

O Partido Socialista de José Sócrates tem responsabilidade por três PEC's que V. Exas. também subscreveram; tem responsabilidade pelo Memorando de Entendimento que V. Exas. também subscreveram e V. Exas. têm responsabilidade pela execução do Memorando de Entendimento e por terem ultrapassado tudo aquilo que lá estava.

Portanto, não se trata aqui uma questão de pudor, nem de amor.

Tenham vergonha!... Tenham vergonha!...

Sr. Vice-Presidente, gostaria, se fosse possível, que me desse a seguinte informação:...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A proposta não é minha!

O Orador: Dos 230 milhões que o Governo da Região, através deste Plano e Orçamento, disponibiliza para apoio às famílias e às empresas, qual é a parte que cabe às famílias e qual é a parte que cabe às empresas?

Agradecia a resposta.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não sei se posso!

Deputado Joaquim Machado (PS): Já não era a primeira intervenção!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para o debate na especialidade.

Não havendo inscrições vamos passar à votação.

Sr. Vice-Presidente...

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu sei que não tenho obrigação de estar atento a todas as intervenções que se faz nesta casa, durante este plenário, mas quero lembrar que na minha intervenção inicial de apresentação do Plano e Orçamento detalhei, discriminadamente, todos estes valores em termos de famílias e de empresas.

Como acredito que o senhor tem uma boa capacidade para somar os valores, é só ir à minha intervenção e verá qual é a parte das famílias e qual é a parte das empresas.

Deputados Francisco César e José Ávila (*PS*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É evidente, Sr. Vice-Presidente, que eu ouvi a sua intervenção. Aliás, até tive oportunidade de intervir após a intervenção de V. Exa.

Agora, eu fiz a pergunta neste momento e neste debate, porque V. Exa. trouxe ao debate (como veio repetidamente ao debate durante a discussão na generalidade), constantemente, o número, mas não veio desagregado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Veio, veio!

O Orador: Não, não! Não veio desagregado, posteriormente.

Eu pedi ao Sr. Vice-Presidente que agora informasse a câmara sobre isso.

V. Exa. não quer responder. Tudo bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Eu já respondi!

O Orador: Eu procurarei depois a desagregação que tem para as empresas e para as famílias, mas não será por acaso que V. Exa. não quis agora responder.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito rápida à Sra. Secretária Regional da Segurança Social.

Se me podia confirmar se estas duas medidas do Complemento do Abono de Família e de Pensão abrangeriam sensivelmente 70 mil açorianos e qual a sua repartição, por favor.

Deputado António Ventura (PS): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): O senhor não conhece a suas propostas?

Deputado Berto Messias (PS): A proposta é do PSD, não é do Governo!

Deputado Duarte Freitas (PS): A pergunta é simples, se ela quiser pode responder!

Deputado Berto Messias (PS): Que culpa é que o Governo tem se o PSD não percebe a suas propostas?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a mesa não tem mais inscrições, vamos passar à votação.

Sr. Deputado Duarte Freitas...

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, peço desculpa.

Eu insisto.

Eu perguntei se a Sra. Secretária da Segurança Social confirmava ou não que estas duas medidas abrangeriam 70 mil açorianos.

É uma pergunta simples, pode dizer sim ou não.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Responda, Sra. Secretária!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, uma interpelação.

Para pedir a V. Exa. para explicar como é que se processa o debate.

Deputado Joaquim Machado (PS): Agora?!

O Orador: Nós estamos a discutir uma proposta do PSD/Açores e é muito estranho que o PSD/Açores peça a Sra. Secretária da Solidariedade Social para explicar a proposta do PSD/Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não é para explicar!

Deputado Francisco César (PS): É uma coisa incrível!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Explicar a abrangência da proposta!

O Orador: Peço imensa desculpa, mas aquilo que fica aqui, depois desta pergunta do Sr. Deputado Duarte Freitas, é que o PSD/Açores não percebe as suas próprias propostas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): É só para confirmar!

Deputado Berto Messias (PS): Não sabe o número?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu sei o número. Mas gostaria que a Sra. Secretária me confirmasse!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia alguma moderação. Estamos em debate.

O Sr. Presidente do Governo pediu a palavra. Tem a palavra, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas do Partido Social Democrata, a fazer fé nos números que o próprio Partido Social Democrata apresentou, abrangem as açorianas e os açorianos que já se encontram abrangidos pelas propostas criadas e postas em prática pelos Governos do Partido Socialista.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu sei, Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Então se sabe, por que pergunta?

O Orador: Eu já lhe explico porquê, Sr. Presidente do Governo.

É porque podia ter havido um erro da nossa parte.

Os estudos que nós temos (os dados que temos!) abrangem 70 mil pessoas. É verdade, Sr. Presidente, não é? Sensivelmente 70 mil pessoas. Não é verdade?

O Sr. Presidente do Governo confirma que serão 70 mil pessoas, por aquilo que percebi.

O que eu fico estupefacto é que o Sr. Presidente do Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tenham feito uma acusação demagógica contra o PSD/Açores, porque tinha apresentado três ou quatro propostas, quando apenas uma ou duas delas abrangiam 70 mil açorianos, dos mais desprotegidos.

Deputado António Marinho (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente poderá assim ser, mas o que eu sei que efetivamente é, é que o conjunto de medidas que constam do nosso Plano e do nosso Orçamento beneficiam muitos mais açorianos do que apenas aqueles que o PSD quer ver beneficiados pelas suas propostas.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): É um tal vir para trás!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Julgo não haver mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação. Vamos votar a proposta de alteração do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam...

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Houve, contudo, um dado que eu me esqueci. É que da mesma forma que as medidas que constam do Plano e do Orçamento beneficiam muitos mais açorianos do que aqueles que o PSD diz que são beneficiados pelas suas medidas, de igual modo há muitos mais açorianos, do que aqueles que o PSD diz que beneficiariam das suas medidas, que são prejudicados pelo voto a favor dos Deputados do PSD/Açores no Orçamento de Estado na Assembleia da República.

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A partir do momento em que o Governo Regional (o seu Presidente!) é, digamos, apanhado em algo que não lhe correu bem, o único caminho é chutar para a República. Nunca falha!

Deputado António Ventura (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Se a educação não corre bem, a culpa é dos pais!

Se a saúde não corre bem, a culpa é dos profissionais de saúde!

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Ou dos doentes!

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Não apoiado!

O Orador: Se tudo o resto não corre bem, a culpa é do Governo da República. Assim ficamos!

Setenta mil açorianos eram abrangidos por duas medidas do PSD, das seis que nós apresentámos, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Foram 4!

O Orador: Foi dentro dessas seis medidas que o senhor desvalorizou, que só em duas abrangíamos 70 mil açorianos.

De resto, Sr. Presidente do Governo, deixe-me dizer-lhe uma coisa:

Quando José Sócrates chega ao poder a dívida pública portuguesa era de 59% do PIB.

Quando ele saiu do poder ultrapassava os 100% do PIB.

Deputado Francisco César (PS): E agora?

O Orador: Por isso foi preciso fazer alguma coisa...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... e os senhores mesmos assinaram o acordo da troika.

Neste momento, o que é preciso é salvar Portugal para sair do acordo da troika, nem que para isso tenha que se votar um Orçamento de Estado muito difícil, mas para ajudar a resgatar Portugal do desastre onde os seus correligionários o deixaram.

Neste caso concreto, ficou aqui desmascarado, Sr. Presidente do Governo, que nas simples propostas do PSD/Açores, se abrangiam 70 mil açorianos dos que estão mais fragilizados.

Isso é claro perante todos e é claro também que a sua demagogia tentou ofuscar esta simples realidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, eu até percebo que o senhor queira, no último dia do debate, recuperar aquilo que não conseguiu no primeiro dia do debate.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O seu primeiro dia foi ontem!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor nem sequer queira recordar o seu primeiro dia!

O Orador: Mas a realidade tem destas coisas. É que por muitas voltas que o senhor dê, por muitos José Sócrates que o senhor chame para este plenário, por muito Governo da República que o senhor queira tirar deste plenário, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... há um facto indesmentível: o senhor (os senhores!), no seu partido, não evitou, nem manifestou qualquer sinal de discordância relativamente ao voto no Orçamento de Estado...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Isso não é verdade!

O Orador: ... que penaliza não 70, não 80, não 90, mas 245 mil açorianos. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não é para uma intervenção, é para uma interpelação à mesa.

Deputado José San-Bento (PS): Para pedir desculpa ao plenário!

O Orador: Para informar que vou entregar à Mesa, para que possa distribuir ao Sr. Presidente do Governo, porque talvez não tenha conhecimento, a declaração de voto dos Deputados do PSD na Assembleia da República, onde claramente...

Deputado Domingos Cunha (PS): Essa não faz parte do diário das sessões!

O Orador: ... explicitam a sua posição de tentar, apesar de não concordarem com boa parte das medidas, salvar Portugal do desastre em que os correligionários que o Sr. Presidente do Governo os deixaram, ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... e retirar Portugal do resgaste a que está sujeito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para uma pergunta muito simples ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Qual foi o sentido de voto que sustentou essa declaração de voto?

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente do Governo...

Presidente: Sr. Deputado, eu ainda não lhe dei a palavra. Calma!

Aproveito o momento para recordar a todos que, apesar do adiantado da hora, vamos ter alguma calma nos nossos apartes. Vamos ter todos alguma calma, para que possamos continuar o debate com a dignidade que ele merece.

Sr. Deputado Duarte Freitas, agora sim, tem a palavra.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que o sentido de voto foi exatamente o mesmo que o senhor Dr. Fagundes Duarte usou quando votou a Lei de Financiamento das Universidades.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): O que é que isso tem a ver?

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Bruto da Costa (PS): Por mais que o senhor não queira, ele está aí na sua sombra!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a mesa não tem mais inscrições.

Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, para a ação 7.2.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta apresentada pelo CDS, que cria a ação 7.2.7.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Não fiz contas!

(Risos do Presidente do Governo)

Não sei se é 1 cêntimo, se são 2 cêntimos, se são 3 cêntimos por dia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É só alguns!

O Orador: O que eu sei é que são alguns e é uma ajuda importante às famílias, aos estudantes e à Universidade dos Açores.

Aqui está uma proposta de 100 mil euros para o pagamento de propinas para aqueles estudantes cujos pais estão desempregados e que achamos de toda a justiça que continuem os seus estudos e que, por causa disso e do infortúnio do desemprego, não sejam prejudicados e não possam qualificar-se para ter melhores oportunidades de emprego no futuro.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedia um esclarecimento, relativamente a esta proposta do CDS, que o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente.

A minha questão é se esta bolsa para as propinas é cumulável com uma outra bolsa para propinas, para o mesmo tipo de destinatários, que aqui foi aprovada nesta casa, da autoria do Bloco de Esquerda, e que não está em vigor.

A minha pergunta é se ela é ou não é cumulável, ou se eventualmente terá o mesmo destino que a nossa teve, que é existir e ninguém a conhecer.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A mesa não tem mais inscrições.

Vamos então votar a proposta apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A próxima proposta é apresentada pelo PCP e está prejudicada por apresentar contrapartidas no Programa 5, já votado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a seguinte também.

Presidente: A seguinte também está prejudicada. Obrigada, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Por isso avançamos para a proposta de alteração do PPM à ação 7.4.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Ainda tínhamos mais uma proposta de alteração do PCP...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está prejudicada.

Presidente: ... que também está prejudicada, pelo que vamos votar o Programa 7 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 7 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 20 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: As propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda ao Programa 8 estão prejudicadas.

Temos uma proposta que cria a ação 8.1.5, apresentada pelo PPM. Vamos votá-la.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A proposta é do PPM, não é tua?

O Orador: Mas preciso de um esclarecimento.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Um esclarecimento antes do Sr. Deputado apresentar a proposta?

O Orador: Experimental, porquê?

(Risos da Câmara)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

(*) **Deputada Berto Messias (PS):** Para uma interpelação.

Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos à uma e meia.

(Era 01 hora e 20 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Era 01 hora e 35 minutos)

Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho a sensação que a pergunta do Sr. Deputado do PCP teve origem no facto de eu ter alertado V. Exa, a Senhora Presidente, para o facto de 4 ou 5 propostas do PCP estarem prejudicadas.

Nesse sentido, a pergunta em relação porquê experimental, é, na minha perspetiva, relevante.

Mas vale a pena explicar o contexto.

O que me custa a perceber é que o Sr. Deputado, o ano passado, com uma proposta exatamente com a mesma designação, votou favoravelmente e não lhe causou qualquer tipo de estranheza, em relação não só ao conceito, como ao conteúdo.

Também nessa votação, Sr. Deputado, nós os dois fomos acompanhados pela Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, que também votou favoravelmente...

Deputada Zuraída Soares (BE): Olha que bom!

O Orador: ... este conceito.

E o conceito é muito simples:

É uma experiência piloto de reabilitação urbana no Corvo. Porquê no Corvo?

Exatamente porque o Corvo apenas tem 100 fogos e um projeto de reabilitação urbana que possa ser feito àquela escala, com uma população tão diminuta para um povoado com tão poucas casas e com tão poucos arruamentos, é de facto o local certo para desenvolver este tipo de projetos piloto.

Aliás, não é nada de extraordinário, porque na área do ambiente, como bem sabe o Governo Regional, estão a ser desenvolvidos vários projetos experimentais (vários projetos na área do ambiente!).

Na área das energias alternativas, a mesma coisa. Também estão a ser desenvolvidos e estão previstos vários projetos piloto. Porquê?

Exatamente devido à pequena dimensão demográfica da ilha.

Portanto, a resposta é óbvia e é a mesma do ano passado, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu sei!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar esta proposta de alteração do PPM, a criação da ação 8.1.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A proposta de alteração apresentada pelo PCP está prejudicada, pelo que vamos votar o Programa 8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 8 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 19 abstenções do PSD, 3 votos abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos entrar nas votações do Programa 9, com a proposta de alteração apresentada pelo PPM que cria a ação 9.1.8.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu sei que o Partido Socialista vai falar a seguir. Vai dizer que depois de Cristo algum secretário ou Presidente do Governo Regional já se tinha lembrado do polidesportivo da Ilha do Corvo. Eu não tenho nenhuma dúvida!

Mas este é um problema e argumentação que eu vou resolver como resolvem os árabes e como resolveu Maomé.

O que Maomé disse foi que existiram muitos outros profetas, mas que Maomé foi o último.

Portanto, meus senhores, em relação à proposta, a proposta é deste proponente, é do PPM.

Neste sentido, o que vos quero dizer é que aquela intervenção é uma intervenção oportuna, é uma intervenção que o PPM defendeu ao longo destas duas legislaturas, e como os Membros do Governo que desempenham funções desde 2005 bem sabem, também a nível do conselho de ilha.

Nós, em termos desportivos, não tínhamos uma instalação condigna na Ilha do Corvo. Faltava fechar a existência de um conjunto de infraestruturas desportivas de qualidade no conjunto da Região e nas nove ilhas da Região.

Este foi um investimento importante e foi um investimento que o Governo Regional teve na primeira fase um papel importante.

Neste momento, é fundamental que a qualidade do piso melhore e que isso venha a beneficiar os jovens corvinos que querem praticar desporto.

Nesse sentido, esta proposta significa uma melhoria de uma infraestrutura existente, uma infraestrutura em que o Governo Regional – é verdade! – já contribuiu de forma decisiva.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não vou falar de nenhum secretário.

A intenção do Governo Regional, assim como da Câmara Municipal do Corvo, de reparar o piso do polidesportivo do Corvo, é reconhecida em toda a ilha.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é só o Governo. É também a Câmara Municipal!

O Orador: Exatamente!

Infelizmente o piso do polidesportivo, na altura, não foi devidamente concluído, uma vez que existia por parte da comunidade a pretensão de utilizar esse espaço, não só para a prática desportiva, mas também para outras atividades.

Constatou-se que esta não era a melhor solução, principalmente devido às condições climatéricas que assolam a ilha especialmente de inverno.

Sendo assim, a sua reparação é necessária para a boa prática do desporto na ilha.

Deste modo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta de alteração.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a ver Sr. Deputado? Enganou-se completamente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação desta proposta de alteração do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: De seguida temos outra proposta de alteração do PPM que cria a ação 9.2.7. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Por último, temos a proposta de criação da ação 9.2.8, também apresentada pelo PPM. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: A proposta...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está prejudicada.

Presidente: Obrigada, pela vossa colaboração.

Está prejudicada sim senhor.

Vamos votar o Programa 9 com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 9 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos entrar nas votações do Programa 10.

A primeira é a do PCP que dota a ação 10.1.1.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta proposta do PCP penso (e é importante recordar) que ficou esclarecido, na intervenção do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, que a variante à cidade da Horta será lançada no primeiro semestre de 2015.

Deputado Luís Garcia (PSD): Empurra para a frente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: De seguida temos a proposta de alteração apresentada pelo PPM à ação 10.2.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos para a proposta de alteração apresentada pelo PCP à ação 10.2.14.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A proposta seguinte, do PCP, está prejudicada, pelo que avançamos para a ação 10.5.1, também com uma proposta do PCP.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à proposta apresentada pelo PCP, tendo em conta aquilo que tem sido construído e defendido nos últimos anos para a cidade da Horta que se intitulou, e muito bem, de cidade mar, porque faz parte das mais belas baías do mundo e porque também o reordenamento do porto, da marina e da baía da Horta fazem parte do manifesto eleitoral do Partido Socialista, o Partido Socialista irá aprovar esta proposta de alteração do PCP.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: As restantes propostas do PCP apresentadas ao Programa 10 estão prejudicadas, pelo que avançamos para a proposta de alteração do PPM que cria a ação 10.10.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos então agora votar o Programa 10 com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 10 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Para o Programa 11 a mesa tinha apenas 2 propostas de alteração, apresentadas pelo PCP, que estão ambas prejudicadas.

Vamos votar o Programa 11 da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 11 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Entramos assim no Programa 12. A primeira proposta de alteração é do Partido Socialista, para a ação 12.1.5.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração de reforço da ação 12.1.5, irradicação do controlo de espécies invasoras, porque assim mantém o nível de investimento do ano passado.

Justifica-se também, porque no âmbito daquilo que foi defendido durante este plenário sobre a política ambiental do Governo Regional, interessa continuar a apostar na biodiversidade dos Açores, na luta contra as infestantes que causam graves prejuízos em termos socioeconómicos, em termos ecológicos e em termos também da própria paisagem e até do turismo.

Como se sabe, as espécies infestantes são muito agressivas e alteram a própria flora autóctone da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): E o Governo não sabia nada disso?!

O Orador: Naturalmente esta é uma proposta que melhora também aquilo que já vinha sendo feito, e que está sendo feito, em matéria de política ambiental.

Por isso é uma proposta que nos parece que tem todo o interesse no sentido do reforço da política ambiental do Governo da Região Autónoma dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Deputado Berto Messias (PS): O Bloco de Esquerda vota contra isto?

Deputada Zuraida Soares (BE): Vota!

Deputado Berto Messias (PS): Os seus amigos ambientalistas vão ficar contentes consigo!

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração, apresentada pelo PPM, à ação 12.3.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A proposta do PCP para a ação 12.3.9 está prejudicada.

De seguida temos uma proposta de alteração, apresentada pelo PS, à ação 12.4.9.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta de alteração, num reforço de 50 mil euros, à ação 12.4.9 do “Programa Eco Freguesia, freguesia limpa”, projeto este já criado pelo Governo Socialista, mais uma vez o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com esta proposta, reforça, junto das nossas freguesias, nas nossas localidades, uma lógica ambiental, uma lógica de defesa daquilo que é nosso.

Ao contrário daquilo que temos visto por outras paragens, onde se corta nas freguesias, onde se corta no Poder Local, o Partido Socialista, aqui, dá um sinal de proximidade num poder de proximidade, numa lógica de localidade, transformando e beneficiando as nossas freguesias.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Deputado Berto Messias (PS): Os seus amigos ambientalistas vão ficar muito tristes!

Presidente: Passamos para a última proposta de alteração a este programa. É apresentada pelo PPM e cria ação 12.7.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 12 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 12 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 20 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o Programa 13 temos apenas uma proposta de alteração, apresentada pelo PPM, que cria a ação 13.1.4. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos então votar o Programa 13 da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 13 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos então agora passar à votação do Programa 14.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 14 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a Proposta Plano Anual Regional para 2014 foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1

voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 20 abstenções do PSD.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para uma interpelação no sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, antes de entrarmos na votação do Orçamento.

Presidente: Regressamos às duas e um quarto.

(Eram 2 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 2 horas e 18 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar agora o debate e as votações relativas à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/X – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014”**.

Vamos começar com a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014” foi aprovada, na generalidade, com 31 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 20 abstenções do PSD, 3 votos abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos passar à votação na especialidade.

A primeira proposta de alteração é apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 1º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado Aníbal Pires tinha pedido a palavra? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou aproveitar esta intervenção não só para colocar uma questão relativamente a esta proposta, mas entretanto para falar também de todas as propostas que o PCP tem relativamente ao Orçamento.

Relativamente a esta proposta, pedir apenas um esclarecimento a esta proposta que altera o Mapa XI, no sentido de se perceber a que é que se deve esta alteração.

Relativamente às propostas do PCP elas visam dois grandes objetivos.

Um deles tem a ver com o facto das decisões que hoje tomamos, aqui, e as decisões ao nível do Orçamento, o poder residir neste Parlamento. Portanto, propomos um conjunto de propostas de alteração que visam que esse poder das alterações orçamentais seja da Assembleia e não do Governo Regional.

Por outro lado, propomos a eliminação do artigo 12º que tem a ver com a alienação das participações sociais da Região em empresas públicas.

Consideramos que esse poder deve residir na Assembleia. Portanto, sempre que o Governo tenha intenção de alienar participações, venha a esta Assembleia informar e receber a devida autorização.

Temos ainda uma outra proposta que gostava de referir. Tem a ver com o facto de se limitar os vencimentos dos gestores públicos ao vencimento do Secretário Regional, portanto diminuir, porque está ao nível do vencimento do Presidente do Governo Regional. Julgamos que os gestores públicos não devem ultrapassar, em termos de vencimento, o do Secretário Regional, que é quem tutela.

Depois, temos um outro conjunto de propostas que tem a ver com os complementos regionais, quer de pensão, quer de abono de família, no qual propomos um aumento para o abono de família, nos Açores, de 10%.

Julgamos que não sendo um valor tão substantivo como desejaríamos que fosse, também não é o valor que o Sr. Vice-Presidente há pouco referiu. É um pouco mais do que isso, os 10%.

De qualquer forma, é sempre alguma coisa, é mais um apoio que se está a dar às famílias.

Por outro lado, o Complemento Regional de Pensão é uma proposta que temos vindo a fazer para o elevar até 60 euros.

Finalmente, propomos que a Remuneração Compensatória se estenda a todos os níveis salariais. Propomos que se mantenha a Remuneração Compensatória para possibilitar a cobertura dos cortes salariais, que são transitórios, utilizando este instrumento transitório, porque ele foi criado como uma medida transitória.

A Remuneração Complementar, para a qual propomos um aumento de 3%, é um instrumento que foi criado para compensar os custos da insularidade. Portanto, tem um objetivo muito preciso, daí o facto de propormos estes dois instrumentos.

Um, ele tem um carácter definitivo. Portanto, estamos a pôr-lhe um aumento natural para compensar e para o utilizar.

Por outro lado, a manutenção da remuneração compensatória, mas alargada a todos os níveis salariais, é uma medida transitória para compensar um corte, ou cortes, que serão (esperemos!) transitórios.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso não haver mais inscrições.

Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, a pergunta tinha-me passado, a justificação das alterações ao Mapa XI.

Como sabe, o Mapa XI contém as responsabilidades contratuais plurianuais.

Há uma pequena alteração, no valor de 169 milhões de euros, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Pequena! Uns cêntimos!

O Orador: ... porque não estavam contemplados investimentos que não tinham execução financeira em 2014, por isso é que não estavam aqui verificados.

Como não tinham execução financeira em 2014, não estavam aqui.

Aquilo que se verificou é que para obras arrancarem, ou para esses investimentos poderem ser feitos em 2015, eles necessitavam de um visto do Tribunal de Contas em 2014.

Portanto, teriam que estar inscritos aqui para poderem ter este visto do Tribunal de Contas.

Estes valores são divididos em 100 milhões de euros que são referentes às obrigações de serviço público aéreas e de transportes inter-ilhas. Tem uma execução de cinco anos, de 43 milhões de euros referentes às marítimas (portanto, àquilo que o Sr. Secretário já anunciou em relação aos transportes marítimos) e depois temos 26 milhões de euros, que é o valor remanescente, que estão relacionados quer com aquisição e construção dos novos navios, quer também com o Plano Integrado de Transporte.

Esta é a justificação pela qual o Partido Socialista apresenta esta proposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Agradeço o esclarecimento.

Apenas para referenciar uma outra proposta do PCP, que julgo que é importante, e que não referenciei há pouco.

Será simbólico, mas de qualquer forma pode contribuir e sinaliza uma outra forma também de encarar o Orçamento e tem a ver com alguma poupança que pode ser feita.

Propomos que havendo *software* não proprietário no mercado, equivalente ao *software* proprietário, que se dê preferência à aquisição desse *software*, aliás, até para dar corpo e dar mais força a uma proposta apresentada pelo PCP, e que

foi aprovada unanimidade na legislatura anterior, em que recomendava que a Administração Pública Regional fosse gradualmente migrando para o *software* não proprietário.

É evidente que salvuardamos na nossa proposta que esta obrigação só se tornará obrigatória se as despesas com a manutenção e a migração para o *software* não proprietário, não custarem mais do que propriamente o *software* proprietário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso não haver mais inscrições. Vamos votar a proposta de alteração, do Partido Socialista, ao artigo 1º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 1º com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Os artigos 2º e 3º não têm alterações. Penso que posso votar em conjunto. Não posso?!

Então vamos votar o artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Agora, sim, vamos votar o artigo 3º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Votamos agora o artigo 4º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 5º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do CDS ao artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Votamos agora o artigo 6º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora para a proposta de aditamento do artigo 6º-A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Temos também uma proposta apresentada pelo Partido Socialista, que cria o artigo 6º-A. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 7º ao 11º? Não? Todos em separado?

É melhor ser em separado para não haver dúvidas.

Então vamos votar o artigo 7º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 votos contra do CDS-PP e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Artigo 10º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Avançamos agora para as propostas de alteração apresentadas ao artigo 12º.

A primeira é do PSD. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: A proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, em relação a este artigo, está prejudicada, porque é exatamente do mesmo teor, pelo que iremos votar agora a proposta de alteração, apresentada pelo PCP, ao artigo 12º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 12º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Pergunto à câmara se posso votar em conjunto os artigos 13º e 14º.
Não!

Então vamos votar o artigo 13º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 14º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 votos contra do CDS-PP e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, apresentada pelo PCP, ao artigo 15º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Votamos agora o artigo 15º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PPM, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Votamos agora a proposta de aditamento, o artigo 15º-A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração ao artigo 16º, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada a este mesmo artigo pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Votamos agora o artigo 16º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento do artigo 16º-A, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PPM, ao artigo 17º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos então votar o artigo 17º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Vou tentar mais uma vez. Pergunto se posso votar em conjunto dos artigos 18º a 25º. Não! Então será cada um por si. Foi uma boa tentativa.

Artigo 18º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 19º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 20º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Artigo 21º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Artigo 22º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 23º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 24º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 25º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento do Partido Socialista, artigo 25º-A.

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Considerando que se mantém a grave crise económica e financeira internacional e o reflexo que tem na atividade económica, nomeadamente no setor da construção civil, esta proposta do Grupo Parlamentar do PS visa a manutenção da redução do valor da caução prestada no âmbito do regime jurídico de revelação e aproveitamento das massas minerais na Região Autónoma dos Açores,...

Deputado Berto Messias (PS): Extração de inertes!

O Orador: ... ou seja, a indústria extrativa.

O Decreto Legislativo Regional 20/2012/A, de 18 de abril...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): São massas minerais!

O Orador: ... já contemplava um prazo até 31 dezembro de 2013, por uma redução da garantia a prestar pelo licenciamento dessa atividade até 75%.

Portanto, a garantia é de apenas 25%.

É nesse pressuposto e garantindo também aqui a manutenção do contributo para a redução dos encargos e responsabilidades financeiras para as empresas que se dedicam a essa atividade e que tem consequências no setor da construção civil.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar a proposta de alteração do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 26º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração, apresentada pelo CDS, ao artigo 27º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para este mesmo artigo também temos uma proposta de alteração apresentada pelo PCP, que é a que coloco agora à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A proposta do PPM, sendo de igual teor à do PCP, está prejudicada.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 27º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos então agora votar a proposta do PCP, aditamento do artigo 27º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 28 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor PPM, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do BE.

Presidente: Vamos continuar a votação e entramos no artigo 29º. Temos três propostas de alteração para este artigo.

A primeira é a do PSD e é a que coloco agora à votação.

A Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, peço desculpa, mas não percebi o que está à votação.

Presidente: O artigo 29º da proposta tem três propostas de alteração: uma do PSD, outra do CDS e uma do PS.

A que está agora à votação é a do PSD.

Vou colocar à votação a proposta de alteração do PSD ao artigo 29º.

Sra. Deputado Zuraída Soares tem a palavra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, é para solicitar a votação das alíneas em separado.

Presidente: Vou colocar à votação a proposta de alteração do PSD à alínea f), do nº 1 do artigo 29º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vou colocar à votação a proposta de aditamento da alínea g), apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS a este mesmo artigo 29º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 29º.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para solicitar a votação das alíneas em separado.

Presidente: Será separado então. Temos duas propostas de alteração, mas uma altera a alínea f) e a outra altera o nº 2 do artigo 29º.

Vou colocar à votação a proposta de alteração do Partido Socialista à alínea f), nº 1 do artigo 29º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora vou colocar à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao nº 2 do artigo 29º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 29º da proposta, com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PPM ao artigo 30º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 30º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto contra do PPM, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração do CDS ao artigo 31º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração a este mesmo artigo 31º, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra PPM, 1 voto a favor do PCP e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 31º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Artigo 32º. Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS, 1 voto contra PPM, 1 voto a favor do PCP e 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação do artigo 32º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 33º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a contra do BE, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Votamos agora o artigo 34º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento ao artigo 34º-A, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PSD ao artigo 35º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para este mesmo artigo 35º também temos uma proposta de alteração, apresentada pelo BE, que está à votação.

Sr. Deputado António Marinho...

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, era para solicitar a votação dos números desta proposta em separado.

Presidente: Então vou colocar à votação o nº 1 desta proposta de alteração ao artigo 35º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Agora, sim, está à votação o nº 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, também para este artigo 35º, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 35º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento do artigo 35º-A, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, ao artigo 36º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Está agora à votação o artigo 36º da proposta, com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento do artigo 36º-A, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o artigo 37º. Temos uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista. É essa que está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o artigo 37º com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 38º temos uma proposta de alteração apresentada pelo PS, que está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos duas propostas de alteração ao artigo 39º. A primeira é do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se absterem façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PS a este artigo 39º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 39º da proposta com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos três propostas de aditamento – artigo 39º-A.

A primeira a colocar à votação é a proposta apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento do artigo 39º-A, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Por fim, a proposta do PS, também para aditamento do artigo 39º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 votos contra do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento do PCP, artigo 39º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento, artigo 39º-C, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está agora à votação o artigo 40º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o artigo 41º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação aos mapas que compõem este Orçamento, as propostas de alteração para o Mapa IV, apresentadas pelo PSD e pelo PCP, estão prejudicadas.

Penso que a do PCP, apresentada para o Mapa V tem que ser votada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): ... automaticamente os mapas estão todos aprovados, não podem alterados fora do artigo 1º.

Presidente: Muito bem. Então fica assim também prejudicado.

Vamos então proceder à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, o “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014” foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 20 abstenções do PSD, 3 votos abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Abstivemo-nos na votação do Plano e do Orçamento para 2014, como dissemos, em nome dos açorianos, de todos, e em particular daqueles que infelizmente estão a passar por maiores necessidades.

Cientes da urgência em que vivem muitos dos cidadãos açorianos, apresentámos nomeadamente propostas para apoiar cerca de 70 mil açorianos com os mais baixos rendimentos, através do reforço dos Complementos de Pensão e do Abono de Família.

Infelizmente, o Partido Socialista, apesar de propor um aumento menor no primeiro caso e nenhum no segundo, entendeu que essa proposta não merecia ser aprovada.

Apresentámos igualmente uma proposta para ajudar as empresas a reinvestir os seus lucros, criando melhor disponibilidade para gerar emprego. Nesse caso também o Partido Socialista entendeu que ela não merecia ser aprovada.

Estas propostas e as restantes, além da extrema importância que julgamos terem, sustentaram-se também no diálogo que o PSD/Açores teve com a sociedade civil, com os sindicatos, com as câmaras de comércio, com a universidade, entre outras entidades.

Ao abstermo-nos na votação final global do Plano e do Orçamento, corporizamos a disponibilidade que temos mantido para trabalhar na procura de soluções para os problemas da nossa Região.

Mas como afirmei aqui, e alguns tentam esquecer, é ao Governo Regional que compete governar. É essa a base da democracia.

Quem foi escolhido para governar tem a responsabilidade, depois, de o fazer, de governar.

Aos partidos da oposição compete naturalmente dialogar, apresentar propostas e fiscalizar a ação governativa. Esse é um dever ainda mais relevante quando os governos não gostam de ser fiscalizados.

Ao fim destes três dias de debate saímos daqui apreensivos quanto à real capacidade que o Governo tem para empreender esta tarefa que tem pela frente.

Na verdade, os açorianos não podem deixar de se interrogar quanto ao caminho que nos trouxe até aqui, quando ouvem o seu Governo Regional dizer que não pode apresentar resultados, porque precisa de tempo e não lhe deram tempo.

É que o Presidente e o Vice-Presidente do Governo Regional, juntos, têm quase 30 anos de experiência em funções de responsabilidade governativa e participam em conselhos de governo desde o início deste século.

Não podem, pois, chamar a si os louros pela criação de apoios sociais e lavar as mãos, por exemplo, da desastrosa política educativa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não podem culpar as famílias pelo insucesso escolar, os profissionais de saúde pela ineficiência do Serviço Regional de Saúde e o Governo da República por tudo o resto.

O Governo sai daqui, por isso, com a tarefa de trabalhar mais e melhor, de pensar mais no Governo, mais naquilo que tem a fazer, mais nas dificuldades dos açorianos e menos na oposição.

É hora, pois, de trabalhar pelos Açores.

Deputados António Marinho e Luís Garcia (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Terminámos agora o debate do Plano e Orçamento para 2014.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Terminámos a votação! O debate já terminámos há bocado!

O Orador: Ficam aprovados instrumentos que consideramos determinantes para o desenvolvimento da nossa terra e para a implementação das políticas públicas que o Governo dos Açores entende ser as mais pertinentes para continuarmos a desenvolver os Açores.

Reafirmámos ao longo de todo o debate a importância da geração e promoção de consensos a favor dos Açores. Acolhemos, por isso, propostas da esmagadora maioria dos partidos representados desta casa. Apenas não aprovámos as propostas do Bloco de Esquerda, enfim, talvez porque o Bloco de Esquerda não tenha querido chegar a consensos com o Partido Socialista. Infelizmente, não aprovámos as propostas do Bloco de Esquerda!

Registamos, assim, o facto de no Orçamento termos assistido à abstenção do PPM, do CDS e do PSD.

Registamos no Plano, o facto dos votos favoráveis do CDS-PP, do PPM e a abstenção do PSD.

Deputado Bruno Belo (PSD): E a conclusão?

O Orador: Isto tem também um simbolismo político relevante, porque mostra que estes partidos estão ao lado do Governo dos Açores a lutar contra as adversidades e a apoiar o Governo dos Açores nas suas opções.

Estes tempos de exceção exigem grande responsabilidade de todos. E o Plano e o Orçamento, agora aprovados, são também instrumentos de grande responsabilidade para o futuro.

Aprovámos agora o Plano e Orçamento para 2014. Estaremos naturalmente aqui, daqui a um ano, a discutir o Plano e Orçamento para 2015, mas também a fazer o balanço da implementação e da execução deste Plano e Orçamento.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Cá estaremos com a coragem e com a determinação de sempre dar a cara, com responsabilidade pelos nossos atos e pelas políticas que implementamos.

Estes documentos materializam, assim, a nossa vontade de fazer mais e, sobretudo, de fazer diferente, muito diferente, do que aquilo que está a ser feito no resto do país.

Sr. Deputado Duarte Freitas, para terminar, permita-me que lhe diga:

Referiu há pouco afirmações de que o Governo teria dito que não tinha resultados porque tinha tido pouco tempo. Isso não foi referido.

Aquilo que eu acho que é importante realçar é que este Governo dos Açores, apesar do pouco tempo de mandato que tem, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Dezassete anos!

O Orador: ... já tem muitos resultados para mostrar.

Isso devia ser motivo de orgulho e de satisfação para todos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM votou a favor do Plano e assume as responsabilidades políticas que isso significa. Abstivemo-nos no âmbito do Orçamento.

Votámos a favor do Plano, porque considerámos que ele reuniu um conjunto de condições que respeitavam aquelas que são as nossas prioridades.

É evidente que existirá sempre alguma diferença em relação aos investimentos e às nossas prioridades.

De uma forma geral, consideramos que este Plano respeitava essas prioridades também do PPM e partilhámos solidariamente essas prioridades.

Devo dizer, e isto enquanto dirigente regional do partido:

Enquanto Deputado da Ilha Corvo, eu considero que este Plano é um Plano histórico para a Ilha do Corvo.

Devo dizer que consagra o aumento da Barra do Porto da Casa, a envolvência das valências e a potenciação dessas valências.

É um investimento estrutural para que o Corvo possa contribuir para a riqueza regional e possa melhorar as suas condições de acessibilidade.

É um investimento que há muito era reclamado pelas populações.

Devo dizer também que a construção do Museu do Corvo é um compromisso que o Governo também cumpriu. Era uma injustiça histórica, na medida em que a rede de museus dos Açores não chegava à última ilha, à nona ilha, à Ilha do Corvo. Fica corrigida também essa desigualdade.

Devo também dizer que na faceta desportiva, em que durante muito tempo não tivemos infraestruturas desportivas, éramos a única ilha que não tinha infraestruturas desportivas adequadas. Também essa injustiça histórica foi corrigida e mais um conjunto de investimentos que considero estruturais.

Deputado José San-Bento (PS): Isso diz muito do que o senhor tem sobre o conjunto. Uma ilha daquelas!

O Orador: Eu, em nenhuma circunstância, poderia deixar de apoiar este Plano, porque é uma questão de justiça, porque este conjunto de reivindicações têm sido feitas por mim ao longo dos anos e agora só poderia votar a favor de um plano que as contempla.

Devo dizer também para terminar, que na nossa longa luta de 14 anos de vida política, em relação à criação da disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores, esta também foi aqui aprovada por unanimidade neste Parlamento.

São muitos anos a lutar pela afirmação da identidade dos Açores. São muitos anos a lutar por este objetivo.

Este objetivo foi também hoje consagrado nesta votação parlamentar.

Deputado José San-Bento (PS): Contra quem?

O Orador: Não é contra ninguém. É a favor. Sempre a favor dos Açores.

Viva os Açores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que em nome dos/as açorianos/as e em nome sobretudo da melhoria das condições das suas vidas, eu desejo ao Presidente do Governo Regional, e aos Membros do Governo Regional, o maior sucesso na implementação deste Plano e Orçamento para 2014.

Mas em nome do Bloco de Esquerda, quero aqui dizer e assumir a responsabilidade do que estou a dizer: duvido que daqui a um ano tal se venha a constatar.

Já agora, dizer também, que não me lembro de ao longo destes 3 dias de trabalho, ter em algum momento recusado o diálogo, ter em algum momento virado as costas a qualquer proposta de consenso.

Portanto, o Bloco de Esquerda não tem que ser injustamente responsabilizado, como se a recusa do diálogo e do consenso lhe pertencesse.

Muito obrigada.

Deputado José San-Bento (PS): E a chamada defesa da honra!

Deputado Berto Messias (PS): O que foi dito é que foi uma pena não termos chegado ao consenso!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Boa noite.

Deputado José San-Bento (PS): É para anunciar que vais cortar o bigode amanhã!

O Orador: Não, Sr. Deputado!

(Risos dos Deputados das várias bancadas)

Apenas para desejar a todos...

Deputado José San-Bento (PS): Um Feliz Natal!

O Orador: ... uma boa noite e muito bom trabalho.

(Aplausos de Deputados das várias bancadas)

Presidente: Julgo não haver mais declarações de voto.

Antes de ler a proposta de deliberação final, muito rapidamente não posso deixar de agradecer a todas as Sras. e os Srs. Deputados, ao Sr. Presidente do Governo e a todos os Membros do Governo, a colaboração, que é importante, nesta longa jornada de trabalho. Muito obrigada a todos, em nome da mesa, pela vossa colaboração.

Vou então agora ler a Proposta de Deliberação final:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de novembro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito boa noite a todos.

Bom regresso a casa.

(Eram 3 horas e 41 minutos)

(*)Texto não revisto pelo orador

Documento entrado

Listagem da correspondência

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Aprova a lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo - n.º 66/X - n.º 183/XII

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 11– 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 12– 16.

2 – Comunicações/Informações:

Assunto: O Relatório está disponível na Biblioteca para consulta

Autor: Presidente do Tribunal de Contas Europeu, Vitor Caldeira

Entrada: 2013 – 11– 25;

Assunto: Parecer relativo à Proposta de Resolução n.º 4/X - Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2012.- **Versão corrigida**

Proveniência: Seção Regional do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2013.12.26.

3 – Relatórios:

Assunto: [Petição n.º 10/X – “Contra o encerramento do serviço de atendimento urgente do centro de saúde da Praia de Vitória, aos dias de semana a partir das 20 horas, aos sábados à tarde e aos domingos todo o dia”.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.11.22;

Assunto: [Apreciação da Petição nº 12/X “Contra o Plano de reestruturação da saúde para a saúde para a RAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.11.22;

Assunto: [Relatório no âmbito da Petição n.º 5/X – “Reclamação ADSE SS”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.11.22;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.11.22;

Assunto: [Parecer referente à proposta de alteração à Lei n.º 178/XII/3ª -](#)

[Aprova o Orçamento do Estado para 2014](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.11.22.

P'la redatora: Noélia Escobar

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco